

REVISTA DA  
**ACADEMIA  
BRASILEIRA  
DE FILOLOGIA**



**N.º XXIV  
NOVA FASE  
2020  
Primeiro Semestre**

REVISTA DA  
**ACADEMIA BRASILEIRA  
DE FILOGIA**

Nova Fase  
N.º XXIV - 2020  
Primeiro Semestre

**EXPEDIENTE**

**Diretor**

Antônio Martins de Araújo

**Coordenador executivo**

Claudio Cezar Henriques

**Redator-chefe**

Manoel Pinto Ribeiro

**Secretário**

Amós Coêlho da Silva

**Divulgação e publicidade**

Antônio Martins de Araújo

**CONSELHO HONORÍFICO**

Constituído por todos os sócios-correspondentes da  
Academia Brasileira de Filologia

**CONSELHO TÉCNICO**

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,  
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,  
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere  
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza  
por conceitos emitidos em artigos assinados.

**Diretoria**  
**Academia Brasileira de Filologia**

**Biênio: maio de 2016 a maio de 2018**

**Presidente**  
**Amós Coêlho da Silva**

**Vice-presidente**  
**Deonísio da Silva**

**Primeiro Secretário**  
**Paulo César da Costa Rosa**

**Segundo Secretário**  
**Luiz Fernando Dias pita**

**Tesoureiro**  
**Márcio Luiz Moitinha Ribeiro**

**Relações públicas**  
**Marcelo Moraes Caetano**

**Presidentes de Honra da ABRAFIL**



**Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho**



# SUMÁRIO

EDITORIAL - MANOEL P. RIBEIRO ..... 7

## ENSAIOS

A IMPORTÂNCIA DAS PORÇÕES PERIFÉRICAS DA REDAÇÃO:  
ESBOÇO, INTRODUÇÃO, RESUMO E CONCLUSÃO - AFRÂNIO  
DA SILVA GARCIA ..... 8

UMA ARQUEOLOGIA DA “CENA DO TAPETE” NO  
AGAMEMNON DE ÉSQUILO - CARLINDA FRAGALE PATE  
NUÑEZ ..... 19

FILOLOGIA E RESISTÊNCIA - CEILA MARIA FERREIRA ..... 37

O PADRÃO ESCRITO CONTEMPORÂNEO NA LÍNGUA  
LITERÁRIA DE ANGOLA - CLAUDIO CEZAR HENRIQUES ..... 47

NA TELA DO CELULAR, A CRÔNICA DO SÉCULO XXI -  
DEONÍSIO DA SILVA ..... 61

O EXAME NACIONAL DOS CURSOS SUPERIORES NO  
BRASIL (ENADE): DAS ORIGENS AOS DIAS DE HOJE -  
GISELE DE MENEZES SURCIN ..... 65

O “R” CAIPIRA: UM ENIGMA - ELIZABETH APARECIDA HAUTZ  
..... 74

DISCURSO DE LUIZA LEITE BRUNO LOBO POR OCASIÃO  
DA RECEPÇÃO DO TÍTULO DE CIDADÃ MARANHENSE NA  
SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, NO  
DIA 22 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 11 HORAS ..... 84

A NOVA CONFIGURAÇÃO DOS CORPORA CAMONIANOS - MARINA MACHADO RODRIGUES .....	93
O ENSINO DO PRONOME RELATIVO - PAULO CESAR COSTA DA ROSA .....	125
A LINGUAGEM DO PODER: AS ESTRATÉGIAS (DES) INFORMATIVAS DA GRANDE MÍDIA - TEREZINHA BITTENCOURT .....	135
ESTUDO DE QUATRO ATOS PARA OÁSIS & DESERTOS - ROMANCE-POEMA DO IMORTAL DA ACADEMIA ACREANA DE LETRAS (AAL), PROF. RENÃ LEITE CORRÊA PONTES - LUÍSAGALVÃO LESSAKARLBERG .....	146
UM GRANDE ERUDITO : J. DE MATOS IBIAPINA - FRANCISCO DA CUNHA E SILVA FILHO .....	160
ENTREVISTA .....	165
RESENHA .....	168
HOMENAGENS PÓSTUMAS .....	170
MEMÓRIA .....	174

# EDITORIAL

A revista XXIV da ABRAFIL, correspondente ao segundo semestre de 2019, apresenta os seguintes trabalhos: 1. O PADRÃO ESCRITO CONTEMPORÂNEO NA LÍNGUA LITE-TERÁRIA DE ANGOLA, DO PROF. DR. CLAUDIO CEZAR HENRIQUES; 2.A IMPOR-TÂNCIA DAS PORÇÕES PERIFÉRICAS DA REDAÇÃO: ESBOÇO, INTRODUÇÃO,RE-SUMO E CONCLUSÃO, DO PROF. DR. AFRÂNIO DA SILVA GARCIA; 3. A NOVA CONFIGURAÇÃO DOS *CORPORA* CAMONIANOS, DA PROF. DR.<sup>a</sup> MARINA MACHA-DO RODRIGUES; 4. O EXAME NACIONAL DOS CURSOS SUPERIORES NO BRASIL (ENADE): DAS ORIGENS AOS DIAS DE HOJE, DA PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> GIZELE DE MENEZES GARCIA; 5. UMA ARQUEOLOGIA DA “*CENA DO TAPETE*”, no AGAMENON de Ésqui-lo, da Prof.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> CARLINDA FRALE PATE NUNES (UERJ); 6. NA TELA DO CELULAR, A CRÔNICA DO SÉCULO XXI, DO PROF. DR. DEONÍSIO DA SILVA (ABRAFIL/ ESTÁ-CIO); 7. DISCURSO DA PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> LUIZA LEITE BRUNO LOBO (UERJ/ABRAFIL), por ocasião da recepção do título de CIDADÃ MARANHENSE;8.FILOLOGIA E RESISTÊNCIA, da PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> CEILA MARIA FERREIRA (UERJ E ABRAFIL); 9. O ENSINO DO PRO-NOME RELATIVO, PROF. DR. PAULO CÉSAR COSTA DA ROSA; 10.A LINGUAGEM DO PODER: as estratégias (des)informativas da grande mídia. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> TEREZINHA MARIA DA FONSECA PASSOS BITTENCOURT (UFF E ABRAFIL).

MANOEL PINTO RIBEIRO

- EDITOR-CHEFE -

# ENSAIOS

## A IMPORTÂNCIA DAS PORÇÕES PERIFÉRICAS DA REDAÇÃO: ESBOÇO, INTRODUÇÃO, RESUMO E CONCLUSÃO

Afrânio da Silva Garcia (UERJ)  
(SELEPROT – Semiótica, leitura e produção de textos)  
[afraniogarcia@gmail.com](mailto:afraniogarcia@gmail.com)

### RESUMO:

Este texto tem por objetivo discorrer acerca das porções periféricas da redação: esboço, introdução, resumo e conclusão, as quais são abordadas de maneira menos cuidada e até superficial (algumas vezes, sequer são abordadas, como costuma acontecer com o esboço e o resumo em muitos livros voltados especificamente para o ensino de redação).

A motivação para o presente artigo é a crença, seguidamente confirmada por exemplos, de que a parte mais extensa e produtiva da produção textual, o desenvolvimento, fica grandemente comprometida se não se dá a devida atenção ao esboço e à introdução, para a progressão da argumentação e entendimento do conteúdo; e ao resumo e à conclusão, para a eficácia comunicativa e interação com o público leitor.

Neste trabalho, pretendemos demonstrar que essas partes da produção de textos são fundamentais para que o desenvolvimento da exposição e da reflexão, visto que o esboço funciona como seu arcabouço, o esqueleto sobre o qual o texto se apoiará; a introdução estabelece as diretrizes a seguir, as perguntas a serem pesquisadas e respondidas pelo texto; o resumo constitui uma apresentação muito necessária do texto ao público interessado; e a conclusão apresenta as soluções ou o desenlace dos problemas e situações apresentados na introdução e aprofundados no desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Redação, Esboço, Introdução, Resumo, Conclusão.

### ABSTRACT:

This text aims to explain about the peripheric portions of written

composition: draft, introduction, summary and conclusion, which are dealt in a less elaborated and even superficial way (sometimes, they are not dealt whatsoever, as it is customary to happen with the draft and the summary in many books specifically designed to the teaching of written composition).

The motivation for the present article is the belief, constantly confirmed by examples, that the most extense and productive portion of textual production, the development, suffers great losses if one doesn't give the due attention to the draft and the introduction, to the progression of the argumentation and understanding of the meaning; and to the summary and the conclusion, the communicative efficacy and interaction with the public of readers.

In this work, we tried to demonstrate that these parts of textual production are fundamental to the development of the exposition and of the reflexion, since the draft functions as the basis, the skeleton on which the text will be supported; the introduction stablishes the guiding lines to follow, the questions to be searched and answered by the text; the summary constitutes a most necessary presentation of the text to the interested public; and the conclusion presents the solutions or the final result of the problems and situations presented in the introduction, together with its evolution, in the development.

**Keywords:** Written Composition, Draft, Introduction, Summary, Conclusion

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é lançar luz sobre alguns elementos concernentes à redação que são geralmente menos valorizados na prática pedagógica, visto serem considerados menos importantes que o desenvolvimento, sobre o qual se debruçam teóricos e professores, sem levar em conta que o desenvolvimento será tanto mais bem exposto quanto mais nos preocuparmos com o esboço e a introdução, e também sem levar em conta que, além da boa exposição por parte do emissor, é preciso uma boa interação com o receptor, que deve se sentir interessado e motivado, muitas vezes antes de sequer começar a ler ou ouvir o texto, o que reveste de importância tanto o resumo, que serve para mostrar se o texto é de interesse para o receptor, quanto a conclusão, que apresenta os resultados duma pesquisa ou o desenlace de uma narrativa, fazendo o receptor sentir que seu esforço não foi em vão, que ele realmente aprendeu algo relevante ou vivenciou uma experiência ou emoção significativa.

Esses elementos serão apresentados na ordem cronológica padrão em que eles ocorrem na produção do texto: primeiro o esboço, em seguida a

introdução e o resumo, e por último a conclusão, que, quando bem feita, deve funcionar como um ponto final no texto.

Finalmente, confirmando a teoria proposta no caput do artigo, encerraremos o artigo com as conclusões a que chegamos.

## **O ESBOÇO**

Poucos professores e especialistas em redação (ou produção de textos) têm o hábito de citar o esboço ao fazerem sua abordagem das técnicas de redação, talvez porque ele não faça parte da própria redação, do texto em si. Cometem então um grande engano. A redação não comporta apenas o texto, mas tem seu começo bem antes, na heurística, ou seja, no processo de elaboração dos pensamentos e reflexão sobre a pertinência e eficácia da mensagem. Mesmo num texto acadêmico direcionado, como uma monografia ou tese, em que muitos dos fatores motivadores e norteadores da produção textual já estão fixados, em maior ou menor grau, uma faceta da heurística ainda se impõe: o esboço.

Isto porque muitas pesquisas ou monografias começam de um jeito ou com um propósito, e acabam de outro jeito, com outro(s) propósito(s). Aí reside a importância fundamental do esboço: é extremamente fácil reorganizar, consertar, fazer acréscimos ou retiradas num esboço, ao passo que um texto já iniciado é quase impossível de modificar, sem uma perda considerável na coerência, no conteúdo, na beleza, na argumentação, na própria essência do texto. Essa é uma das razões porque professores experientes reconhecem rapidamente uma redação copiada da internet, mesmo que tendo por base textos de autor(es) pouco conhecido(s): a parte um não se combina bem com a parte dois, não há coerência na gramática, congruência nos significados, concordância nos estilos, etc. Isso se dá porque, ao reformularmos um texto, fica por demais difícil ajustarmos todos os detalhes da porção de texto antiga com a porção de texto nova. Como dizem nos anúncios: Não tentem isso em casa! O resultado pode ser uma redação monstruosa e/ou uma reprovação.

Já reformular um esboço é extremamente fácil. Isto porque um esboço é feito por palavras ou expressões soltas, ou por frases isoladas. Sendo assim, a maioria das marcas coesivas e gramaticais, bem como dos referentes semânticos e situacionais (se não todos) não estão presentes. Assim sendo, mudar a ordem dos elementos, passar do presente para o passado ou para o futuro, aumentar ou diminuir a intensidade ou quantidade, afirmar ou negar uma situação, acrescentar ou retirar um item, são tarefas que requerem muito pouco esforço e preocupação. Afinal, a coesão e a coerência textual ainda não

existem, visto que não existe propriamente texto, apenas conteúdos linguísticos listados de maneira solta.

Tentem isso em casa! Façam um esboço de uma história qualquer: João, Maria, Sofia, Pedro, João e Maria namoram e casam, eles empregam Pedro e Sofia, João trai Maria com Sofia, Pedro mata João, Maria despede Sofia, Sofia se mata. Se você inverter: João casa com Sofia e Pedro mata Maria, etc., fica uma outra história, mas ainda assim faz sentido, não há nada intrinsecamente errado com a narrativa. Agora tente começar a escrever essa história e mudar os elementos dela, ou as situações, ou até inverter a narrativa: começar na ordem cronológica e depois começar pelo final e fazer a retomada (flashback). Fica uma confusão, uma bagunça, as vezes um texto inaceitável! E com uma profusão de erros: concordância, tempo verbal, coerência, coesão, estilo, etc.

Ensinar como fazer um esboço é uma parte importante do ofício de professor de redação. A primeira coisa é discutir com os alunos o tema da redação, pois um esboço necessita de um tema. Temas polêmicos são sempre mais motivadores. Numa turma de crianças, podemos deixar a política e problemas sociais de lado (para turmas de alunos mais crescidos) e nos voltarmos para o cotidiano escolar. Dois temas inócuos e polêmicos são: aulas no sábado e introdução de legumes e verduras no lanche escolar. O professor pode dividir a turma em dois grupos: a favor ou contra, e pedir que eles façam um esboço dos argumentos por meio de palavras, expressões ou frases curtas. Vejam os exemplos:

### **Aulas nos Sábados**

A Favor	Contra
Mais tempo	Dia Livre
Estudar mais	Ninguém quer
Outras atividades	Cansado
Faltas do professor	A falta é dele
Revisão da semana, etc.	Trabalho de casa, etc.

### **Legumes e Verduras no Lanche**

A Favor	Contra
Bom para a saúde	Gosto ruim
Mais barato	Sem costume
Não suja	Não é comida
Não dá sono, etc.	Não dá energia, etc.

Vejam como é simples mudar a ordem (por ex.: Não dá energia pode ser o primeiro item da posição contrária ao lanche com vegetais, enquanto usar o dia de sábado para repor as faltas do professor pode ser o primeiro item na posição favorável às aulas no sábado). Também não há nenhum obstáculo ao retirar ou acrescentar um item.

Uma orientação de monografia pode e **deve** ser iniciada por um esboço inescapável: a lista dos trabalhos teóricos a serem lidos e estudados e a lista dos corpora a serem abordados e analisados. Uma vez feito esse esboço inicial, podemos partir para outros esboços: as partes dos trabalhos teóricos e os elementos dos corpora que serão efetivamente pesquisados. Numa fase posterior, o esboço deve restringir-se aos resultados da pesquisa que são pertinentes e relevantes o bastante para serem levados em conta e aos fatos pesquisados dignos de menção. E assim por diante! Como tanto o orientador quanto o orientando estão apenas lidando com o esboço, qualquer mudança no conteúdo, no escopo ou na abordagem ocorre sem problemas ou dificuldades maiores.

## A INTRODUÇÃO

Muitos dos professores e especialistas em redação ou em elaboração de monografias não dão valor à importância fundamental da introdução. Alguns professores universitários e de redação chegam ao ponto de recomendar que seus alunos ou orientandos deixem para fazer a introdução somente após concluírem a redação ou monografia. Tal recomendação é um contrassenso, um dos piores equívocos que se pode cometer numa redação.

Uma boa introdução pode ser comparada com uma raia numa pista de corrida ou de natação, delimitando claramente aquilo que será apresentado no desenvolvimento, evitando que o autor da redação ou monografia desperdice tempo e esforço digredindo, ou seja, falando daquilo que não diz respeito ou interessa ao propósito da redação.

A introdução comporta dois tipos: a introdução de redações e a introdução de trabalhos acadêmicos (não trataremos da introdução de obra literária). A introdução de redações compreende dois itens: a seleção do tema e sua delimitação. A seleção do tema pode ser de três tipos: livre, quando o autor da redação decide sobre o que vai escrever; escolhida pela banca ou pelo professor; ou definida pelo cabeçalho da questão. Muitos professores de redação e retórica esquecem de lembrar seus alunos de que toda questão dissertativa é uma redação, cujo tema vem expresso de forma clara no cabeçalho da questão. A resposta pode ser um parágrafo ou uma dissertação inteira, mas nunca uma

frase ou palavra solta.

Mas a maioria dos temas são muito extensos para caber no espaço e tempo limitado de uma redação-padrão (vinte a vinte e cinco linhas; uma a duas horas); torna-se necessário, portanto, delimitar que porção, aspecto, seção, etc. do tema será abordado. É costume ver professores sugerirem a seus alunos redações sobre assuntos imensos e vagos, como a história do país, o ensino de matemática, rios da região nordeste, etc. Ora, uma boa resposta para estes temas caberia somente num livro inteiro, quiçá numa enciclopédia. O professor deve ou apresentar ele mesmo a delimitação do tema, ou ensinar aos alunos como reduzir o tema até uma dimensão que possa ser respondida de forma cabal e com proficiência dentro dos limites de uma redação: a história política do país durante o governo Temer ou Trump, o ensino de matemática nas turmas iniciais, os rios navegáveis do Sergipe. Essa delimitação do tema torna-se tanto mais importante quanto maior é o texto: várias dissertações ou teses, que seriam de outra forma brilhantes, foram empanadas pelo fato de o autor querer falar de mais tópicos do que seria capaz.

A introdução de trabalhos acadêmicos, por seu turno, compreende muito mais elementos do que a introdução de uma redação. Além da seleção do tema e da sua delimitação, ela deve conter:

- Motivação – porque o autor vai falar sobre este assunto e não sobre outros.
- Objetivos – quais os objetivos a serem atingidos com o trabalho ou o serviço proposto.
- Público-alvo – quem será atingido ou beneficiado pelo que é proposto no trabalho.
- Embasamento teórico – quais os principais autores que já discorreram sobre o assunto.
- Originalidade – em que seu trabalho se distingue dos trabalhos anteriores sobre o tema.
- Etapas da pesquisa ou do projeto (opcional) – compreendendo geralmente pesquisa bibliográfica, seleção dos corpora, análise dos corpora, análise dos resultados, apresentação dos resultados (opcionalmente: edição e publicação do trabalho).
- Etapas da apresentação do projeto (opcional) – envolvendo normalmente introdução, considerações gerais ou notas introdutórias, sessões do desenvolvimento, conclusão.
- Elucidação dos códigos (opcional) – onde se explica as siglas, símbolos, gráficos e demais códigos que serão utilizados durante o restante do trabalho.

Outro traço importante da introdução de redações e trabalhos acadêmicos é que *não se diz nada na introdução*, não se apresenta nenhum argumento, apenas se *introduz* aquilo que será dito e desenvolvido no desenvolvimento (excetuam-se, por motivos óbvios, os textos jornalísticos, principalmente as manchetes). Por isso mesmo, a introdução é sempre curta: uma a três linhas numa redação (podendo ser reduzida à fórmula: *falaremos disso dessa maneira*), meia página a uma página e meia numa monografia, até quatro páginas num livro.

Mais que isso é prolixidade; até enciclopédias não passam de doze páginas.

Antes de concluirmos esta seção, vale a pena lembrar três adendos:

- Como livros não costumam vir com resumo, a introdução de um livro deve conter um breve resumo ou sinopse, para fins de catalogação bibliográfica e para auxiliar na consulta pelo pesquisador ou leitor.
- Nada deve ser dito no desenvolvimento que não esteja previsto na introdução. Se o autor quiser incluir novos argumentos no desenvolvimento, retorne à introdução, apresente esses acréscimos na introdução e só depois escreva o desenvolvimento.
- Evite a fórmula, tão frequente em redações: *Desde o começo dos tempos...* Isso é um exemplo claro de *discurso vazio*, usado para justificar preconceitos e manipulações. Hitler a utilizava: “Desde o começo dos tempos, as raças superiores escravizaram as raças inferiores.” Não cometam esse erro, essa enrolação horrorosa!

## 4 O RESUMO

O resumo apresenta uma visão resumida sobre os pontos mais importantes e relevantes de um trabalho, procurando não deixar de lado nenhuma informação que esclareça o leitor /pesquisador sobre o conteúdo da obra, mas sem apresentar as conclusões ou dar resposta a todas as questões suscitadas, pois isso desestimularia a leitura do trabalho.

A confecção de um bom resumo parte de uma boa leitura ou de uma conveniente reflexão sobre aquilo que está sendo exposto. Deve-se evitar omitir algum elemento fundamental do texto, bem como incluir elementos de pouca importância. Por exemplo, um resumo e uma aula

deve conter não só os ensinamentos do professor como os percursos e resultados dos alunos, mas não deve se prender às dificuldades no preparo da aula ou às diferenças de aprendizagem individuais (a menos que seja uma aula de avaliação). Um resumo de uma fábula, como O lobo e a ovelha ou A raposa e as uvas, deve conter o problema inicial e o conflito resultante, mas não a solução e a moral, pois isso desestimularia a leitura. Resumindo, deve-se incluir num resumo tudo aquilo que é importante, relevante e pertinente, mas que não estrague o efeito emocional ou impactante da obra.

Finalizando, vale lembrar a importância cada vez maior do resumo, nestes tempos em que a consulta de obras pela internet é a regra e a quantidade de obras disponibilizadas é imensa. Diante de uma oferta de milhares, até milhões de obras sobre um assunto, um resumo atraente e bem elaborado pode ser a única diferença entre o sucesso ou fracasso de um artigo ou livro, principalmente na esfera acadêmica e científica. O resumo passa a ser a ponte necessária, inescapável, entre aquele que produz conhecimento ou literatura e aquele que consome este conhecimento ou literatura. Embora seja um elemento opcional, que não faz parte propriamente do artigo ou do livro, o resumo adquiriu uma importância essencial e determinante nos trabalhos acadêmicos e científicos.

## A CONCLUSÃO

Ainda que não seja bonito de dizer, o requisito básico de uma conclusão pode ser resumido na tautologia: ***A conclusão deve concluir!*** Embora pareça irritantemente óbvio, muitos autores parecem não dar a devida atenção a ela.

Uma conclusão deve concluir, ou seja, ser sentida pelo autor e principalmente pelo leitor como um ***ponto final*** após tudo que foi dito na introdução e no desenvolvimento, não havendo, portanto, nada mais a ser dito. No entanto, não é isso que se verifica em muitas redações e até em artigos acadêmicos e trabalhos de profissionais do texto. No primeiro caso, temos o exemplo das incontáveis redações em que o assunto vai se desenvolvendo com maior ou menor talento e, de repente,

nos deparamos com um ponto final aleatório, como se o autor tivesse parado à beira de um abismo, deixando o pensamento ou a narrativa incompleta. No segundo caso, temos o exemplo mais ou menos recente do primeiro filme da trilogia *O senhor dos anéis*, em que temos um grupo de cavaleiros cruzando uma floresta e, do nada, começam a correr os créditos do filme, e os espectadores ficam se perguntando: Mas acabou?

Mas como conseguir esse efeito de que tudo foi dito e só resta dar um término ao artigo, ao livro ou à conferência? Atentando para a interdependência das partes da estrutura aristotélica do discurso: introdução, em que se apresenta o assunto e aquilo que será discutido a seguir; desenvolvimento, em que se discute o que foi proposto pela introdução; e conclusão, em que se apresenta uma retomada crítica e resumida do que foi discutido e se chega as considerações finais sobre o assunto.

Nesta perspectiva, a conclusão deve fazer um *resumo crítico*, um “*apanhado*” (em inglês, fica menos coloquial e mais elegante: um “*summing up*”) de tudo que foi exposto no desenvolvimento e apontar as conclusões ou resultados a que se chegou com o estudo ou com a pesquisa. Havendo feito isto, não há mais nada a dizer e chegamos ao tão desejado *ponto final* tanto da escrita quanto da exposição.

Como toda conclusão constitui um resumo crítico do que foi exposto no desenvolvimento, ela não comporta, de modo algum, novos argumentos ou ideias. Se o autor achar que deve acrescentar mais fatos, exemplos ou argumentos ao texto, retorne ao desenvolvimento, faça os acréscimos necessários e só depois conclua. É fundamental lembrar que *nenhuma informação nova deve aparecer na conclusão*. Por essa mesma razão, a conclusão também deve ser curta: cerca de quatro linhas numa redação padrão, uma a duas páginas numa monografia, até seis páginas num livro.

Por último, para abrilhantar um trabalho, o autor deve tentar deixar a impressão no leitor de que ele adquiriu um aprendizado ou vivenciou uma experiência ao término do seu texto. Como diz a Bíblia: “Havendo feito tudo, ficai firmes”. E, se possível, satisfeitos com um trabalho bem feito.

## CONCLUSÃO

Para concluir este trabalho, queremos ressaltar que as porções periféricas da redação: esboço, introdução, resumo e conclusão, não devem ser vistas como simples complementos ao desenvolvimento, mas como elementos essenciais para a produção textual, visto que:

- O esboço é uma parte importante da elaboração heurística do texto, facilitando-a e permitindo uma experimentação e seleção textual que se tornaria muito mais difícil com o texto em si.
- A introdução estabelece as linhas guias do desenvolvimento, fazendo com que o autor não se perca no assunto e que discorra exatamente sobre aquilo que importa.
- O resumo tem uma importância enorme, pois habilita o leitor a ter uma visão prévia daquilo que será tratado no texto, determinando a validade ou não da leitura.
- A conclusão serve para garantir a qualidade do texto, e também para gerar no leitor uma sensação de que houve um efetivo aprendizado ou uma experiência positiva.

## BILIOGRAFIA

- ABREU, A. S. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 1999.
- ALEXANDER, L. G. *Fluency in English*. London: Longman, 1967.
- ALEXANDER, L. G. *For and against*. London: Longman, 1967.
- BOAVENTURA, E. *Como ordenar as ideias*. São Paulo: Ática, 1999.
- CITELLI, Adilson. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MACHADO, A. R., LOUSADA, E., ABREU-TARDELLI, L. S. *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MEDEIROS, J. B. *Técnicas de redação*. São Paulo: Atlas, 1996.
- PÉCORRA, A. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SERAFINI, M. T. *Como escrever textos*. São Paulo: O Globo, 1992.
- SOARES, M. B. & CAMPOS, E. N. *Técnicas de redação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- VAL, M. G. C. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

## **NOTAS BIOGRÁFICAS**

Afrânio da Silva Garcia é Professor Associado da UERJ, com mestrado e doutorado em Letras pela UFRJ. Realiza pesquisas na área de Semântica, Retórica, Redação e Ensino. Publicou 9 livros, 78 artigos em periódicos (5 nos Estados Unidos) e 47 trabalhos em anais de eventos. É membro da Academia Brasileira de Filologia e do grupo de pesquisa SELEPROT. Recebeu 3 prêmios, inclusive o Prêmio Francisco Alves de 1993 da Academia Brasileira de Letras (melhor livro sobre Língua Portuguesa, com sua dissertação de mestrado: *O Verbo no Português: Tipos e Tempos*). Organizou 12 eventos, sendo um internacional. Participou de 8 eventos internacionais: na China, em Portugal, na Itália, na França e nos Estados Unidos.

Endereço CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3408824183237935>.

# UMA ARQUEOLOGIA DA “CENA DO TAPETE” NO AGAMEMNON DE ÉSQUILO

Carlinda Fragale Pate Nuñez (UERJ)

## RESUMO:

A *Oréstia* de Ésquilo (458 a.C.) constitui um prodígio da dramaturgia antiga, pelo tratamento ambíguo e metafórico do enredo, mas, fundamentalmente, por se estruturar a partir de um rito familiar ao público ateniense, a *Bouphônia*. Este ensaio apresenta o substrato ritualístico explorado na primeira peça da trilogia – *Agamemnon*, e como o dramaturgo o adaptou para maximizar os efeitos catárticos de seu espetáculo.

Palavras-chave: *Agamemnon* – Ésquilo – *Bouphônia* – ritual

## ABSTRACT:

The *Oresteia* of Aeschylus (458 BC) is a prodigy of Ancient dramaturgy, first for the ambiguous and metaphorical treatment of the plot but, but, fundamentally, for its structuring over a familiar rite for the Athenian public, namely *Bouphônia*. This essay shows how the ritualistic substract is explored in the first piece of the trilogy - *Agamemnon*, and how the playwright maximized the cathartic effects of his spectacle.

Keywords: *Agamemnon* – Aeschylus – *Bouphônia* - ritual

Engana-se quem supõe que a arqueologia se ocupa exclusivamente de escavações, vestígios ou provas de mundos desaparecidos. A prática, que se esboçou no medievo com a busca de evidências para passagens bíblicas e se robusteceu com a Renascença italiana, tornou-se um troféu das coroas europeias modernas, movidas pelo afã colonializador. Utopistas bem-sucedidos como Jean-François Champollion, primeiro decifrador dos hieróglifos inscritos na Pedra de Rosetta, Sir Arthur Evans e Friedrich Schliemann, que exumaram respectivamente as civilizações cretense e micênica no ainda relativamente próximo século XIX, foram os primeiros grandes arqueólogos que inspiraram a pesquisadores, não só de campo. São também práticas arqueológicas aquelas ações que buscam, às vezes intuitivamente, presenças ocultas, mas que efetivamente estruturam corpos bem definidos; deslindam fundações simbólicas e etéreas que sustentam monumentos da criação artística<sup>1</sup>, entre

---

1- Michel Foucault concebeu o método arqueológico para investigar da história das ideias, explicável através de “formações discursivas”, análogas às formações geológicas e arqueológicas, subterrâneas, ocultas, reminiscentes, que transportam sentidos cuja constituição é fragmentar e até fantasmal.

tantas outras heranças.

Este é o caso das tragédias gregas, as produções literárias mais bem-sucedidas, na história da literatura e no cânon ocidental. Nenhum gênero como o trágico mostrou-se mais estável na tradição literária do ocidente. O prestígio insuperável desta forma literária e artística foi reconhecido pelos próprios gregos que, desde Aristóteles, o estabeleceram como paradigma da própria estética<sup>2</sup>.

A perpetuidade dos dramaturgos antigos e de seus temas como inesgotável campo de prospecção para diversas áreas do conhecimento; o sucesso seguro de público para encenações reconstrutivistas ou adaptações de peças clássicas; a abundância de leituras críticas que as obras do teatro grego inspiram são provas inequívocas de uma fenomenologia que depende menos das plateias (estas, sempre sujeitas a fatores circunstanciais e a alterações de gosto) que de propriedades inaparentes do texto teatral.

Neste ensaio, vamos escavar a formação complexa da poética trágica, num episódio que constitui um dos mais representativos testemunhos de tragicidade total, decorrente da associação entre convenções do teatro ateniense e gestos ritualísticos herdados de tempos imemoriais.

### 1. Sobrecodificação do discurso teatral

A grande peculiaridade do teatro, reconhecido como invenção totalmente original grega já no contexto da Antiguidade, aponta para dois traços exclusivos do texto dramático: são eles a *plurimidialidade* e a *multidimensionalidade* (NUÑEZ e PEREIRA: 1999).

Por *plurimidialidade* entenda-se o concurso de múltiplas mídias para a consumação da obra teatral: a primeira delas, o texto; agregados a ele, todos os sistemas extralinguísticos de que o encenador se vale, para levar a cabo a representação – cenografia, sonoplastia, iluminação, indumentária, maquiagem, mímica, gestualidade, cinésica, proxêmica, trabalhos de corpo e de voz... e tantos outros recursos correlatos a cada código não verbal recrutado pela expressão cênica.

Através do caráter plurimidiático se expressa a natureza híbrida do teatro, que adquire uma primeira existência sob o formato textual e conquista seu estatuto fundamental como espetáculo.

*A multidimensionalidade* teatral é, entretanto, o que mais nos interessa

---

2- A retomada dos estudos aristotélicos, à época iluminista, por Kant e Lessing, Hegel e Hölderlin foi revigorada, mais contemporaneamente, por ativos investigadores da questão mímica e do efeito estético tais como Wolfgang Iser, Lacoue-Labarthe, Northrop Frye, George Steiner e, entre nós, Luiz Costa Lima.

aqui. Ela se verifica por acumular estratégias de produção de sentidos os mais insuspeitáveis, contemporâneos à realização do evento teatral ou arcaicos, soterrados por memórias ancestrais e referências a outros textos, de outras eras e de procedências variadas. Isso porque o teatro incorpora procedimentos discursivos *a priori* concernentes a outros gêneros (a narratividade épica e a expansão subjetiva do lírico, por exemplo), ao mesmo tempo que *recicla formas rituais e artísticas ligadas a sistemas específicos* (como as festas e os ritos populares), sem se desfigurar ou desfigurá-las.

Vale dizer que o texto dramático vale por si próprio e pelas sobrecodificações que nele se acumulam, camadas que convocam à prospecção arqueológica da composição. Neste enredamento de múltiplos códigos, ele, o texto, vem especialmente sobrecodificado pela interação com uma tradição de espetáculos ligados à experiência cívico-religiosa das sociedades que vivenciaram a prática teatral, através de festas, cerimônias e rituais, em âmbito público ou privado.

A economia de meios com que o teatro articula sua linguagem é tributária desta tradição altamente especializada em cumular enredos ficcionais com mensagens de conteúdo simbólico-ritualístico, remissivas a questões políticas ou filosóficas, sociais ou religiosas, públicas ou privadas, enfim, de toda ordem. Aí se funda a dupla enunciação veiculada pelo teatro, constituída não só por enunciados polimorficamente verbais, acústicos, visuais, iconográficos etc., mas também por enunciados cumulativos. Através destes, o presente da representação e as idades artísticas e antropológicas de todas as plateias, de todos os teatros do mundo se tornam contemporâneos.

Essa memória do teatro se dissipa e ao mesmo tempo comparece nas representações teatrais. O texto dramático, por conseguinte, envolve mais que as palavras proferidas em cena. Integra uma constelação de discursos composta por elementos que pertencem a artes diferentes (literatura, artes plásticas, música, coreografia, proxêmica, cinemorfia, etc...) e saberes insuspeitáveis.

Por outras palavras: o texto teatral ou dramático é um lugar onde se entrecruzam múltiplos discursos. Ele se define como o próprio teatro: arte do código, da convenção, onde tudo depende da sugestão eficiente.

É próprio do dramático essa sobrecodificação, que corresponde, em primeiro grau, à interação da experiência artística e estética dos dramaturgos, do arconte epônimo, dos atores e de todos os demais integrantes das equipes ligadas aos festivais dramáticos com uma tradição religiosa, associada aos ritos agrários e ao culto a Dioniso.

Como ensina Mircea Eliade (1965), o referencial ritualístico se encontra no sistema de crenças daquelas sociedades pautadas pelo binômio

sacro / profano. Através dos ritos, estariam asseguradas as regras a partir das quais a comunidade pode participar de práticas sagradas e retornar à vida profana.

A ritualização dos mitos arcaicos, em fases anteriores ao aparecimento de um teatro estético, na Grécia, se caracterizava pela *reatualização* dos eventos sobrenaturais protagonizados por entes sobrenaturais, deuses e heróis, a partir de uma *encenação* não-artística, não-ilusionista e em muitos casos apenas convincente pelos sentimentos de respeito, reverência, fascinação e temor que se manifestam nas funções ritualísticas. Em outras palavras: a todo mito corresponde um rito que reatualiza as propriedades mágicas e sagradas a que ele (mito) se refere. Da mesma forma, a toda ritualização corresponde um gesto que suspende a temporalidade, traz para o presente as ações de um passado primordial e as organiza teatralmente.

## 2. Teatro e ritual

A dimensão sagrada do teatro grego, em geral, e do trágico, em particular, não se restringe, entretanto, aos temas retirados estatutariamente do repertório religioso da *pólis*. Deve-se perceber que a religiosidade inscrita no tratamento artístico e estético dos mitos tradicionais decorre fundamentalmente da adaptação de fórmulas rituais às convenções dramático-dramatúrgicas<sup>3</sup> vigentes.

É inegável a presença de um substrato ritualístico tanto nas peças do teatro trágico quanto nas do teatro cômico, mas os vestígios e as evidências de ritos antigos são mais discerníveis nas primeiras, o que se justifica facilmente: o caráter altamente solenizante da tragédia colaborava para a sedimentação das estruturas sociais e políticas, convenções práticas e virtuais, enquanto o *modus faciendi* da comédia sempre se desenvolveu no sentido da dessolenização de hábitos e atitudes, valores e instituições.

Desta forma, além da origem litúrgica do teatro, deve-se entender que o teatro concebido pelos gregos, no século V a.C., constitui uma forma de equacionamento artístico e estético de fórmulas ritualísticas arcaicamente praticadas. Dito por outras palavras, o teatro ático operou a *absorção secularizadora de práticas rituais* que tradicionalmente deram forma aos

3- Aqui referimo-nos às convenções estruturais do gênero (convenções dramáticas) e às normas consagradas pela encenação (convenções dramatúrgicas), salvaguardando o alto grau de variabilidade e inovação destas mesmas convenções, tendo em vista a competitividade dos concursos, a inventividade dos poetas dramáticos e essa que se acabou convertendo na primeira das regras do gênero dramático, na perspectiva ática, do século V: o trágico é um gênero que se recriava a cada concurso, à estreia de cada novo espetáculo, sob a desafiadora proposta de inovar dentro da imutável armadura do texto trágico.

mitos.

Relativamente esvaziados do seu caráter sacral e à mercê de efeitos prioritariamente artísticos e estéticos, muitos ritos foram preservados, no teatro, como estruturas de investimento poético altamente sofisticadas. A habilidade dos dramaturgos, na refuncionalização de tais ritos, pode ser comprovada pela excelência mesma das peças em que eles se encontram. É difícil, todavia, saber se os gestos constitutivos dos rituais adquiriram nova força, no ambiente teatral, ou se eles continuaram a exercer seus efeitos místéricos, ainda que camuflados, em sua reedição laica.

Para ilustrar o que se está aqui dizendo, poderíamos lançar mão de vários textos do teatro grego, quer do repertório trágico, quer do cômico<sup>4</sup>. Vamo-nos ater, entretanto, a um caso exemplar, presente no *Agamemnon* (458 a.C.), peça de abertura e que dá suporte estrutural e temático ao todo trilógico da *Oréstia*, de Ésquilo, o mais solene e fervoroso dos dramaturgos atenienses.

### 3. Base ritualística do *Agamemnon* de Ésquilo

A primeira coisa a dizer é que essa obra é o maior monumento ao equilíbrio e às demandas de *sophrosýne* (sabedoria) irradiadas pelo espírito grego e, ao mesmo tempo, uma obra desproporcional. A primeira assertiva dispensa argumentos. Quanto à segunda, principiemos por um dado matemático: o texto de abertura, *Agamemnon*, contém 50% de versos a mais que cada uma das peças seguintes, o que assinala a proeminência desta primeira peça como modelo que será seguido na concepção das duas seguintes e no desenvolvimento coerente, severo, convincente da trilogia. Ao mesmo tempo, *Agamemnon* introduz de forma contundente a segunda peça, as *Coéforas*, texto nodal do conjunto, onde se instala o ato trágico por excelência, por sua condição antinatural e aberrante – o matricídio<sup>5</sup>. Mas esta peça, além da particularidade temática, dá continuidade perfeita aos expedientes dramáticos da primeira, cimentando a percepção, na terceira peça, as *Eumênides*, de que a obra não é trilogia apenas pelo encadeamento do enredo, mas por organizar-se temática e estruturalmente de acordo com o campo metafórico da rede, desde a primeira peça ativado.

A opção de Ésquilo por uma estrutura paralelística, que se modifica

---

4- Lembramos aqui apenas algumas obras que abordam o teatro grego por esse recorte da ritualística antiga: FERGUSSON, 1964; FRYE, 1973; BOWIE, 1993; THIERY, 1986, p. 300-327.

5- Toda a reflexão que vem a seguir se encontra detalhadamente desenvolvida no livro *Electra ou uma constelação de sentidos* (2000), de nossa autoria.

à medida que as peças se sucedem e vão ilustrando a evolução das ideias religiosas e a implementação do pensamento jurídico na Atenas democrática, se sustenta na exploração, até as últimas consequências, das potencialidades associativas, aglutinadoras e acumulativas do signo teatral.

Apesar da autonomia dramática de que goza cada uma das peças integrantes da trilogia, as três, em conjunto são tributárias e uma arcabouço imagístico comum, por sua vez recolhedor de dados extratextuais por que a cultura ateniense se pautava.

Desta forma, uma leitura percuciente das *Coéforas* subentende o remanejamento de pressupostos poético-dramatúrgicos arquivados no *Agamenon* e a prospecção deste até as *Eumênides* – sem o que a análise perde em latitude etiológica e subverte a grandiosidade do projeto esquiliano.

Vale a pena lembrar que o tema da *Oréstia* é antigo e, ao longo da tradição pré-trágica, sofrera significativas alterações. Após o sacrifício de Ifigênia para que a esquadra grega merecesse boas condições de navegabilidade para atravessar o mar Egeu, dádiva de Ártemis que impusera a condição aos navegantes, a rainha Clitemnestra esperaria por dez anos para vingar a morte da filha pelo próprio pai, seu marido, o rei Agamemnon. Terminada a guerra de Troia, a primeira coisa que o rei conheceu, ao pisar em seu reino, foi a morte, tramada por esta mãe vingativa, que já iniciara sua revanche pelo infanticídio, humilhando o rei: tornara-se amante de um primo do marido, Egisto, coroadado por ela como rei, e assentou-o no lugar do rei, enquanto este guerreava pela glória de Micenas<sup>6</sup>.

Em Homero (*Od.* III, 263-268), Clitemnestra está longe da perfídia que a caracteriza no ambiente trágico. Toda a culpabilidade pelo assassinato de Agamemnon recai sobre Egisto (*Od.* I, 35-43; III, 235), que atrai o rei para uma cilada (*Od.* IV, 519-539). As imprecisões na tradição homérica a respeito da participação de Clitemnestra no regicídio e a forma pela qual a rainha morre sugeriram acréscimos posteriores, como os que Hesíodo (*Catálogo das heroínas*, fr. 100) e Proclus (*Cantos Cipriacos*) fazem, associando o assassinato de Agamemnon ao sacrifício de Ifigênia e retirando Clitemnestra do aparente ostracismo épico para o protagonismo criminal e trágico.

Nestes dois poetas, já não se trata de uma mulher assassinando o marido, mas de uma mãe vingando sua filha. Na tradição lírica, Estesícoro endossa o tema como vingança de uma mãe, em obra também denominada *Oréstia*, o que consuma a feição definitiva de Clitemnestra como assassina.

Ésquilo, como se vê, não inventou o sacrifício de Ifigênia, nem a

6- Nome da civilização pré-helênica (1.600-1.200 a.C.) cujos governantes supremos recebiam o nome-título dinástico de “Agamemnon”.

ideia de apresentar a morte de Agamemnon como ato vingativo de uma mãe. Sua originalidade reside em três geniais opções que atestam o incomparável gênio dramaturgico do poeta trágico:

- ♦ a peculiar organização do discurso, inspirado na mais remota tradição lendária (Homero),
- ♦ o tratamento ambíguo e metafórico do enredo e
- ♦ a principal delas, a apresentação dos eventos de acordo com uma fórmula ritualístico-processual, muito familiar ao público do teatro ateniense.

Dito por outras palavras, a *Oréstia*, se origina da transformação de dois textos principais. O primeiro é o mito da Casa de Atreu, usado como roteiro de ação, conforme a perspectiva sugerida por um único verso, duas vezes repetido na *Odisseia* (IV, 537 e IX, 411) de Homero: “*matou-o como se mataria um boi na manjedoura*”.

O segundo texto, pertencente ao repertório religioso da pólis, a festa ateniense denominada *Dipolieia*, em honra de Zeus Políeos (Protetor da pólis), que tinha como ponto máximo o ritual da *Bouphônia*: num cortejo solene (*drômena*), um boi é atraído para um altar onde se dispõem iguarias que, uma vez comidas pelo animal, acarretam-lhe a morte sacrificial. Adaptado ao roteiro da saga dos Atridas, o ritual é usado como modelo para a organização dramática (nas três peças da trilogia).

Em razão da prevalência do *Agamemnon* como texto de sustentação do conjunto trológico e de ser esta a mais extensa das três peças, compreende-se que os procedimentos poético-dramaturgicos mais impressionantes e determinantes para o desenvolvimento do discurso se encontrem detalhadamente configurados nesta peça.

Nela, Ésquilo explora três momentos de profunda intensidade dramática: o sacrifício de Ifigênia, a cena do tapete e o assassinato de Agamemnon. Magistralmente elaboradas pelo poeta, o primeiro e o terceiro momentos compartilham algumas características conteudístico-formais, já que são ambas as cenas narradas e conectadas pelas imagens de vítimas referidas por roupas, cores, silêncio e queda. A cena na primeira parte da peça trata de Ifigênia; na última parte, a protagonista é Clitemnestra.

No sacrifício de Ifigênia, as vestes são mencionadas duas vezes (“envolta em véus”, *Ag.* 233, e “a túnica de açafrão deslizou sobre o sobre o solo”, 239). Na narrativa do assassinato de Agamemnon, Clitemnestra fala sobre a rede mortífera (*eíματος*, *Ag.*, 1383), sangue, cor vermelha e atingir (“atinge-me com gotas negras de orvalho sangrento”, 1390); a queda é indicada por *peptokóti*, “descair” (*Ag.*, 1385) e *pesón* (“corpo abatido”,

1388). O mutismo e o abandono de ambas as vítimas sugerem a alusão destas passagens a sacrifício animal.

Amordaçada à força, Ifigênia não pode falar; só pode lançar um olhar recriminador a seus sacrificadores. Diz o texto: “feriu a cada um de seus algozes com o dardo de seu olhar” (*Ag.*, 238-239). A associação com o animal sacrificial se faz clara pelo símile “tal uma cabra colocada sobre um altar” (*Ag.*, 231). A analogia vem reforçada pela menção a freio (*khalinôn*), em “brutalidade muda de freio” (*Ag.*, 237).

Agamemnon, por sua vez, se manifesta na cena narrada por dois gritos. Em vez do olhar, é um jato de sangue (*Ag.*, 1389) que alcança seus assassinos, e seus membros caem ao solo como partes de um esquartejamento de animal.

As duas situações se relacionam por uma rede de motivos e imagens de sacrifício que se confirma quando Agamemnon cai na armadilha do tapete.

Na estrutura tripartida da peça, a cena do tapete (vv.905-974) ocupa o espaço central e constitui a sequência mais importante do conjunto dramático, tanto por ser a única cena em que os atores de fato representam a ação perante o público, quanto por ser a mais longa e aquela em que elementos do rito específico da *Bouphônia*, um componente da *Dipolieia*, são empregados com o objetivo de aprofundar a ambiguidade fulcral do discurso.

#### 4. O ritual da Bufônia

O que se sabe sobre a *Bouphônia* se encontra na descrição do ritual feita por Pausânias (1, 24, 4) e na lenda etiológica proposta por Porfírio (*De Abstinentia*, 2.29). Em ambos, destaca-se o fato de, na cerimônia religiosa, o boi assumir atributos humanos e, então, o sacrifício animal se transformar em assassinato. Como animal doméstico, o boi é visto como não sacrificável, por ser útil ao trabalho e ajudar o homem a sobreviver.

Quanto à vítima sacrificial, a decisão de servir-se dos grãos comestíveis sobre o altar constitui alvo de manipulação semântica, uma vez que os relatos acima referidos, valorizando o lento caminhar e as propriedades do olhar bovino, tornam o animal alvo de aliciamento e imagem plástica da responsabilidade humana.

Do ponto-de-vista operacional, participam do ritual o *bouphónos*, (sacerdote), as *hydróphoroi* (moças que trazem água para a limpeza dos instrumentos sacrificiais), os *kentriádai*, que atraem o boi para o altar, o *daitrós*, que o esquarteja, e até um *Boudzúges*, espécie de curador para este tipo de festejo.

Todos os integrantes desta equipe litúrgico-ritual são ambivalentes e investidos de valores sêmicos contraditórios, a começar pelo boi, simultaneamente animal sacrílego e vítima; a seguir, o *bouphónos*, sacrificador legítimo e carrasco, que oficia um ato sagrado, mas sentido como criminoso. O sacerdote é exilado, ao final do ritual, o que confirma o valor ambíguo do sacrifício do animal: resulta num crime perpetrado de um clã contra outro.

Segundo a narrativa de Porfírio, a cerimônia religiosa se inicia na Acrópole, onde é preparado o sacrifício, tem lugar a *Bouphônia* e se dá a fuga do sacerdote sacrificador. Na segunda parte do ritual, ocorre o julgamento do machado sacrificial, no Pritaneu.

Neste ritual, todos os constituintes são dualistas: o sacerdote de Zeus é, a um só tempo, sacrificador (do boi) e vítima (por ser constringido ao exílio, após a realização do rito), da mesma forma que o são, na trilogia:

- ♦ Agamemnon: sacrificador de Ifigênia e vítima de Clitemnestra;
- ♦ Clitemnestra: sacrificadora de Agamemnon e vítima de Orestes;
- ♦ Orestes: sacrificador de Clitemnestra e vítima das Erinias.

Realizada regularmente, a *Bouphônia* preenche dupla função: religiosa (como culto a Zeus) e profana (como solução adotada por uma sociedade agrária a que é prescrita a dieta carnívora), além de postular sacrifício e julgamento (do machado assassino, segundo Pausânias e Porfírio), já que se insere no circuito de uma civilização de culpabilidade<sup>7</sup>.

Com argúcia, Stamatis N. Philippides (1989) aponta a contiguidade entre a organização da *Bouphônia* e a sua adaptação, na cena do tapete do *Agamemnon*, atentando para importantes operações semânticas presentes no uso poético do ritual. O Professor Emérito da Universidade de Creta, semiótico da literatura grega antiga fecha sua análise demonstrando que, como todo sacrifício, a *Bouphônia* pertence, primeiramente, ao código culinário, cuja estrutura elementar de significação pretende conciliar a diferença entre o boi (animal comestível) e o homem (animal não-comestível). Vai adiante. Por lidar com as antinomias sacrifício/sacrilégio, prescrição/proibição, matar e comer/matar sem comer, a *Dipolieia* pertence igualmente ao código religioso, onde o boi participa como mediador entre os termos animal/homem. Antecipando a consideração racional e filosófica sobre a natureza humana e/ou sobre que

---

7- O historiador E. R. Dodds (1988), em obra pioneira, interdisciplinariza seus conhecimentos com fundamentos da antropologia e da psicologia. Propõe a distinção entre “civilização de vergonha”, das sociedades arcaicas norteadas por comportamentos imitativos (agir conforme o costume), e “civilização de culpabilidade”, em que o indivíduo age de acordo com sua responsabilidade e o peso da lei.

tipo de animal seria o homem, o mito se propõe a questão aristotélica<sup>8</sup>. Na base da investigação mítica, entretanto, outras indagações comparecem: que ritos envolvem o homem? (antropofágicos ou não?); por que o boi, investido de atributos humanos, foi o escolhido?

Esta escolha, que se conjuga com as noções de responsabilidade e culpa, implica a flutuação/transformação semântica deste código, pois se realiza nos termos de um julgamento. Por este raciocínio, introduz-se a sobrecodificação jurídica, com o acionamento das oposições justiça/injustiça, permissão/interdição. Como esclarece ainda Philippides<sup>9</sup>, “A superposição de três estruturas elementares de significação - culinária, religiosa, jurídica - produz a ambiguidade básica do texto” (1989, p. 104).

A ambiguidade gerenciadora de toda a *Oréstia*, como se observa, provém do modelo mítico-ritualístico que lhe serve de base. O gênio artístico de Ésquilo não desprezou o impacto dramático adicional que o uso de um ritual essencialmente ambivalente acarretaria sobre os espectadores. Diga-se mesmo que o recrutamento do simbolismo religioso da *bouphônia* não só ajuda a alcançar os efeitos dramáticos da trilogia, como é capitalizado na cena do tapete, em *Agamemnon*, e condiciona todo o sistema performático que a segue.

##### 5. Mestria e perfídia na “cena do tapete”

A análise da cena ao nível da ação, e não da psicologia das personagens, dá a medida de sua dimensão estruturante para toda a trilogia. A organização particular dos eventos, por sua vez, constrói seu sentido na linguagem, na rede de signos que se combinam e descrevem uma gramática que gerencia a mensagem por nuances de sentido e metáforas.

A linguagem metafórica de Clitemnestra culmina em imagens que se transformam em ação dramática, ação esta oriunda da combinação de elementos míticos (já se sabe o que deverá acontecer), elementos textuais (emissários de simbolismos) e elementos culturais (que evocam o valor religioso da encenação e o seu caráter de celebração).

O conteúdo dos versos 855-974 é conhecido: Agamemnon retorna de Troia como conquistador. Ao chegar a Argos, saúda a *pólis* e aos deuses. Depois dirige-se à esposa, que o acolhe expondo seus sofrimentos (fingidos) ao longo dos dez anos de ausência do marido e, finalmente, convoca as escravas

8- Na *Política* (1235<sup>a</sup>), Aristóteles apresenta a célebre definição: “o homem é um animal político” (*politikón zôon*).

9- No original: “...the superposition of three elementary structures of signification – culinary, religious, juridical – on the deep level produces the basic ambiguity of the text”.

a desenrolarem à frente do marido um tapete luxuoso, honra exclusivamente dedicada aos deuses. Segue-se a argumentação entre o rei relutante em aceitar tal homenagem e a esposa, que persiste na conveniência de Agamemnon pisar sobre aquela tapeçaria. Ao final, o rei retira suas sandálias e, passando sobre o tapete, penetra no Palácio.

O objeto central da cena, o tapete, se reveste de um primeiro simbolismo pela própria cor, *porphyreos*, que denota vermelho, mas conota, simultaneamente, realeza e sangue.

A ambiguidade do adjetivo – “purpúreo” – atinge grau máximo no v.910, onde o tapete vem referido como *porphyrostotos póros*, ou seja, “caminho rubro”, anunciando o sangue que em breve mancharia as vestes reais, a continuidade de matanças de que o rei é acusado (tanto como pai, quanto como general), mas também o prosseguimento à maldição do *guénos* (clã) Atrida. Neste sintagma, a um só tempo, vêm aludidas a cor majestática, a morte sanguinária e a pertença de Agamemnon a um clã no qual circula sangue criminoso.

Por outro ângulo, recrudescer o simbolismo depositado no tapete, por ser ele mencionado, no texto, pelas mesmas palavras que denominam as vestes com que Agamemnon é trucidado. Ésquilo conecta os dois tecidos ao empregar *eimási* (v. 920), *plôuton* (v. 949), *eimáton* (v. 960 e 963) como “tapete” e *plôuton eimatós* (v. 1383) adiante, significando “manto traiçoeiro”.

O emprego reduplicado do *eimatós* (tecido) reforça o campo simbólico da rede, estrutural e tematicamente explorado.

Como “signo de signos”, os objetos usados no teatro se prestam a múltiplas finalidades. No *Agamemnon*, tal propriedade se confirma, ao tornar a cena de que o tapete participa o ponto nodal que concentra todos os fios da urdidura trágica.

Ainda há de se considerar a finalidade da cena como um todo, já que Ésquilo burila a sequência, dotando-a de uma organização interna que ainda mais a distingue do conjunto em que se insere.

Os setenta versos empregados por Ésquilo para apresentar a caminhada de Agamemnon sobre o tapete se distribuem por partes, na seguinte disposição:

Prólogo - v. 855-904

Convite de Clitemnestra - v. 905-913

Parte principal (relutância do rei e esticomitia) - v.914-957

Epílogo (apóstrofe de Clitemnestra ao mar e a Zeus

## Teleios) - v.958-74

Certamente a sequência é polêmica, pois sugere as mais diversas explicações sobre a aquiescência de Agamemnon às admoestações de Clitemnestra.

A aceitação em pisar sobre o tapete de púrpura pode ser vista como uma demonstração do caráter do herói, à mercê de sua presunção e arrogância. Neste sentido, a inconsciência de Agamemnon sobre o perigo deste ato determina-lhe a condição trágica, que se traduz por uma falha, um erro de juízo, uma *hamartía*, ato que constitui a sua *hýbris* (desmedida), mas também manifesta a herança do ancestralmente *hybrítes* (portador da *hýbris*).

Por outro lado, Clitemnestra induz Agamemnon a cometer um ato público de soberba que justificasse seus próprios anseios marítimas, o que desloca o eixo de consideração sobre o caráter do herói do pólo negativo para o pólo da nobreza do rei, que acolhe os caprichos da consorte.

Interpretações de ordem teológica apontam Agamemnon, na cena, como instrumento dos intentos de Zeus, que avaliza a coincidência entre a escolha humana e o querer divino, fazendo valer a justiça distributiva da Moira e o programa amaldiçoado dos Atridas.

No âmbito das explicações de ordem psicológica, Agamemnon se endereça à morte porque é culpado pelo sacrifício de Ifigênia, pela destruição de Troia e pela maldição de *guénos*. O acúmulo de culpabilidades impossibilitaria o rei de exercer seu poder de discernimento e de fazer valer o seu julgamento.

Já Clitemnestra, assenhorada do comando político, familiar e doméstico, aprofundaria seus motivos assassinos perante a presença de Cassandra, com quem teria de admitir a partilha da predileção marital e a tolerância dos dotes da profetisa, que anunciava o que não devia ser antecipadamente conhecido.

Toda a controvérsia a respeito da ambivalência das personagens é levantada, porque as evidências textuais podem sustentar as ideias tanto de culpabilidade quanto de inocência de ambos. Acontece, entretanto, que Agamemnon se rende perante Clitemnestra, não porque seu caráter fosse exatamente cavalheiresco ou arrogante, mas por ser dramaticamente necessário que ele assim agisse.

A coerência dramática administra a motivação da personagem, que adquire significação relativamente ao objeto cênico (tapete) com que é confrontado.

É notável que a maioria das metáforas empregadas na cena se refira

a tecidos e, pela sobrecodificação retórica do discurso, a própria trilogia se encontra nelas simbolicamente representada (constitui-se de uma rede de motivos encobertos por um mesmo símbolo e múltiplas nuances).

Ao lado de metáforas comumente usadas por Agamemnon (Clitemnestra seria, no v. 914, “guardiã do meu lar”; suas sandálias, no v. 945, “servas dos pés que calçam”; a ira divina, “olhar invejoso dos deuses”, no v.947; assim como Cassandra, “flor”, no v. 955), comparecem doze outras (algumas mais de uma vez), referindo-se especificamente a tecidos. Elas se encontram nos versos 909 (vela de navio/cortina), 910 (trilha de sangue), 920 (grito estupefato derramado por terra), 921 (odiada travessia), 922 (honrar, cobrir), 923 (em magníficos bordados), 925 (sem tapetes e tapeçarias), 946 (vestido de púrpura), 948 (destruidor de casas), 949 (tecidos caríssimos), 956 (escorregar) e 957 (caminhar sobre a púrpura).

A função dramática das metáforas que aludem a tecidos é atrair a atenção da plateia e sublinhar o sentido ignominioso de que as tapeçarias se revestem.

O motivo se exponencializa na apóstrofe final de Clitemnestra (v. 958-974), que promove a expansão da área semântica do tecer para a da sementeira, válvula simbólica correlata, desde o verso 755 introduzida (“Da prosperidade germina o infortúnio”), e que, pela associação com o simbolismo do tapete, transitará até a cena final das *Eumênides*.

Clitemnestra anuncia, na sua apóstrofe: “Enquanto a raiz viceja, a folhagem espalha-se sobre as casas, estendendo sua sombra contra os raios da canícula” e, assim, apresenta o regresso de Agamemnon como “volta do verão em pleno inverno” (*Ag.*, 969), ou ainda “o dia em que Zeus transforma as uvas picantes em vinho” (*Ag.*, 970-971), esta última recuperando ainda o cromatismo maldito da sequência.

Para o espectador que assiste à cena do tapete, todas as aparições subsequentes de tapeçarias (e roupas, em geral) recriam este adereço, de tal forma que ele deixa de ser visto em sua função referencial, para atender às necessidades do texto dramático.

Paralelamente, o poder ambíguo deste objeto simbólico, que enreda a estrutura tripartida da peça com a mesma eficácia que subordina as esferas de ação humana e divina, culmina no confronto entre os esposos.

Quatro versos absolutamente obscuros (931-934) e de sentido deliberadamente vago ratificam a polivalência do ato pretendido por Clitemnestra:

Cl.- Mas fala-me com sinceridade.  
 Ag.- Crê que sempre de mim obterás a sinceridade.  
 Cl.- Prometestes aos deuses, num perigo, agir assim?  
 Ag.- Se uma voz autorizada mo tivesse ordenado.

O duplo significado dos versos 933 e 934, referentes à exigência de Ártemis (junto ao rei), tanto quanto à de Zeus Políeos (de quem a rainha se faz embaixatriz), deriva do fato de que Clitemnestra aponta o rei como responsável pela morte de sua filha, enquanto Agamemnon crê ter obedecido ao desejo de Ártemis. Adicionalmente, o perdão para um ato justificado por um juramento (entre os irmãos, Agamemnon e Menelau) passa a servir tanto para o sacrifício da primogênita quanto para o regicídio.

Neste contexto de situações ambivalentes, os rituais que Clitemnestra oferecera aos deuses pelo seu retorno do marido funcionam como ritos preparatórios de outro sacrifício - o do próprio Agamemnon.

Este é o motivo pelo qual Clitemnestra se refere ao rei como *anér téleios*, “homem acabado” (v. 972) e dirige-se a *Zeus téleios* (“Zeus que tudo acaba”, v. 973). Nestes versos de sua apóstrofe, a rainha cumpre os seus juramentos: de um lado, o de que receberia condignamente o marido; de outro, providenciaria, em nome de Zeus, o *tòde télos* (“obra que tens de acabar”, v. 974).

Dramaticamente, a caminhada sobre o tapete vermelho recolhe a duplicidade disseminada em todos os níveis e ainda confirma o valor excedente da cena no conjunto textual, porque, nesta sequência, as personagens estão prestes a se tornar sacrificador e sacrificado.

A persistência do modelo sacrificial culmina na inusitada preocupação de Agamemnon em retirar as sandálias antes de pisar sobre o tapete. A ironia dramática, por este gesto, atinge seu clímax. A deferência piedosa começa a atenuar a carga de culpabilidade de Agamemnon e, por sua vez, a promover a malignidade de Clitemnestra.

Agamemnon parece como alguém que sente algo errado, mas é despistado, como um animal incapaz de perceber a cilada. A armadilha que lhe preparam fora, todavia, ao longo do discurso, copiosamente vaticinada, através do valor comprometedor de *pátto*, “caminhar” (em sentido figurado, também “bordar”).

No segundo Estásimo, o Coro lembrava:

Diz-se que os deuses não se importam com os mortais que pisoteiam o respeito das coisas sagradas. Linguagem ímpia!

(*Ag.*, 369-372)

Observe-se que da mesma raiz participam *pátos, -ou* (passo, caminho percorrido) e *pátos, -ous*, do gênero neutro (peplo, manto), o que prepara o *patoith'* do verso 372 a relacionar-se com o que vem a seguir:

Pois nenhum baluarte pode proteger aquele que, embriagado de riqueza, pisoteia o sagrado altar da Justiça. Perecerá! (*Ag.*, 381-384).

A mesma valorização sobre o pisar/pisotear aparecerá nas falas de Clitemnestra (“É tendência inata dos mortais pisar quem caiu”, *Ag.*, 884-5), na cena do tapete, e de Egisto, que rememora, diante do cadáver de Agamemnon, a impreciação de seu pai, Tiestes, ao afastar de si, com o pé (*Ag.* 1601), a mesa do banquete infanticida, sob a qual se encontravam os pés e as mãos de seus próprios filhos: “Assim pereça toda a raça de Plístenes!” (*Ag.*, 1602).

A revanche de Egisto consiste, pois, em tornar criminosos os pés de Agamemnon e impor-lhes a mesma mutilação a que se sujeitaram os seus irmãos: “Eis porque podes ver este homem no chão” (*Ag.*, 1603).

Outra vez o Coro, perante o fato consumado, lamenta que, “Eles (os assassinos) calcam nos pés a glória de aguardar (a justiça divina) e não deixam dormir seus braços” (*Ag.* 1356-7).

Parece infosfismável que a cena reatualiza o mencionado verso homérico (*Od.* XI, 411) e que Ésquilo dramatiza o assassinado de Agamemnon conforme o ritual da *Bouphónia*.

No discurso de Cassandra, projetam-se as marcas de tal intertextualização. Quando a cativa troiana prevê os eventos que acontecerão dentro do Palácio, grita: “Ah! Olha! Olha! Afasta-te da vaca! Na cilada de um véu apanhou o touro de negros chifres” (*Ag.*, 1125-26). A seguir o Coro se condói por Cassandra e, ao perguntar-lhe “Por que, como uma novilha, caminhas cheia de coragem para o altar?” (*Ag.*, 1297-98), o mesmo tratamento de animal sacrificial é aplicado a ela. A conjunção entre Cassandra e Agamemnon a partir do ritual a que juntos são conduzidos é identificada pela jovem através da lembrança das “Hecatombes dos animais de nossos prados que meu pai imolava” (*Ag.*, 1168-1169).

Da mesma forma que, na *Dipolíeia* ateniense, o ritual da *bouphónia* consistia no sacrifício do animal que, dentre todos os outros, se aproximasse do altar e comesse das iguarias ali expostas, no *Agamemnon* o tapete funciona como o objeto que vai colocar à prova a vítima.

Apresentado como símbolo majestático, o tapete constitui, de fato,

trilha para a morte. Clitemnestra, por seu turno, se torna o futuro sacrificador que atrai a vítima, mas procrastina a sua morte na proporção exata do requinte exigido por quem prepara a destilação de uma essência, a decomposição da luz por um prisma, a transmutação de um tapete em rede e em véu, de qualquer forma, variações de um mesmo *ploūton eimat̄os kak̄on* (“rico tecido traiçoeiro”, v. 1383).

## 6. Conclusão

O substrato ritualístico do teatro grego é uma evidência que se materializa de forma inequívoca, na *Agamemnon*, em particular, e na *Oréstia*, por extensão. Um estudo comparativo das três peças da trilogia, a partir do seu arcabouço estrutural, confirma a construção paralelística das partes e a importância do ritual da *bouph̄onia* na concepção do todo trológico.

A metáfora arqueológica tomada de empréstimo a Foucault serviu-nos para tematizar o trabalho subterrâneo que o signo desempenha, tanto no todo do texto dramático quanto na exumação de materiais a que nele proliferam. Estes materiais foram desde o princípio (*arkh̄e*) prenunciados pela máscara teatral, maior símbolo da arte dramática. No caso da “cena do tapete”, destacou-se a sua função de fio que alinhava as partes e dá unidade à *Oréstia*. Por outro lado, recobra o sentido social e histórico da Dipol̄ieia, reinventada sob a forma dramaturgica como tesouro legado à posteridade.

A constância do modelo, através do tríplice desdobramento, evidencia o *modus operandi* ritual. Aos gestos formais se associam elementos temáticos e estilísticos que comprovam o aproveitamento poético dos rituais na dramaturgia de Ésquilo, bem como nos demais teatrólogos áticos. Mesmo que nenhuma outra cena da dramaturgia grega antiga tenha atingido realização tão artística quanto esta, o *Agamemnon* foi um *exemplum* que os grandes Sófocles e Eurípid̄es orgulhosamente emularam.

Com base no que aqui se discutiu, pode-se afirmar que a perenidade do teatro ateniense deve ser atribuída, em grande parte, ao inteligente uso que os dramaturgos souberam dar aos materiais imemoriais e imortais do mais duradouro patrimônio cultural dos povos: os seus ritos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, introdução e notas Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda: 1992.
- BARTHES, Roland. “Teatro grego”. In: *O óbvio e o obtuso*. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOWIE, A. M. *Aristophanes: Myth, ritual and comedy*. Cambridge University Press, 1993.
- DODDS, E R. *Os Gregos e o irracional*. Trad. Leonor Santos B. Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1988.
- EASTERLING, P. E. (Ed.). *The Cambridge Companion to Greek Tragedy*. 2<sup>nd</sup> ed. Cambridge University Press, 1999. [Especialmente os ensaios de Edith Hall, Peter Burian e Simon Goldhill].
- ELIADE, Mircea. *Le sacré et le profane*. Paris: Gallimard, 1965.
- ÉSQUILO. *Oréstia*. Introdução e tradução: Maria de Eucaristia Daniellou. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1975.
- FERGUSON, Francis. *Evolução e sentido do teatro*. Trad. Heloisa de Hollanda G. Ferreira. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2007
- FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. Trad. Péricles E. da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.
- MALHADAS, Daisi. *Tragédia grega: O mito em cena*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- NUÑEZ, Carlinda F. Pate e PEREIRA, Victor Hugo A. “O teatro e o gênero dramático”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução aos termos literários*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. Pp.69-133.
- NUÑEZ, Carlinda F. Pate. *Electra ou uma constelação de sentidos*. Goiânia: Editora da UCG, 2000.
- PHILIPPIDES, S. N. *A grammar of dramatic technique: the dramatic structure of the carpet scene in Aeschylus' Agamemnon*. Michigan: U.M.I., 1989.
- ROMILLY, Jacqueline. *A Tragédia grega*. Trad. Ivo Martinazzo. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- THIERCY, P. “Les Structures dramaturgiques”. In: *Aristophane: fiction et dramaturgie*. Paris: Belles Lettres, 1986. Pp. 300-327.
- UBERSFELD, Anne. *Lire le théâtre*. Paris: Édition Sociales, 1978.
- VERNANT, JeanPierre. *A Morte nos olhos*: figuração do outro na Grécia antiga. Ártemis e Gorgó. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar,

1988.

VERNANT, J.-P.. “A Tragédia grega: problemas de interpretação”. In: MACKSEY, Richard e DONATO, Eugenio (org). *A Controvérsia estruturalista*. São Paulo: Cultrix, 1976. Pp. 285-306.

# FILOLOGIA E RESISTÊNCIA

Ceila Maria Ferreira<sup>1</sup>

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a receberam. Ele é um e o mesmo para ambos: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. [...],  
Walter Benjamin, Fragmento 6  
de Sobre o Conceito da História, traduzido por  
Sergio Paulo Rouanet

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado,  
Marc Bloch, em **Apologia da História** ou o ofício do historiador,  
traduzido por André Telles

## RESUMO:

Este trabalho, originalmente, foi apresentado como Palestra num evento da Academia Brasileira de Filologia. Trata-se de um texto que, além de apresentar conceitos de Filologia/Crítica Textual, versa sobre a Filologia/Crítica Textual como um exercício de resistência, resistência também presente em obras de autores como Machado de Assis e Eça de Queirós; no resgate de obras de Carolina Maria de Jesus, Júlia Lopes de Almeida, Oduvaldo Vianna Filho, por exemplo, e na defesa da universidade pública e do exercício da Crítica Textual nestes tempos sombrios.

Palavras-Chave: Filologia, Crítica Textual, Literatura, Walter Benjamin, Machado de Assis, Eça de Queirós.

## ABSTRACT:

This paper was originally presented as a lecture at an event held by the Brazilian Academy of Philology. As well as presenting concepts from philology and textual criticism, it also discusses how philology and textual criticism can be employed as an exercise in resistance – the kind of resistance also present in works by authors like Machado de Assis and Eça de Queirós – in bringing to light the works of Carolina Maria de Jesus, Júlia Lopes de Almeida, and Oduvaldo Vianna Filho, for example, and in defending public universities and the exercise of textual criticism in such dark times.

Key-words: Filology, Textual Criticism, Literature, Walter Benjamin, Machado

1- Professora de Crítica Textual, lotada no Departamento de Ciências da Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Coordenação Laboratório de Ecdótica da UFF (Labec-UFF). É membro da ABRAFIL e escritora ligada ao Mulherio das Letras Rio.

de Assis, Eça de Queirós,

Tínhamos pensado em começar nossa fala de hoje com a frase: Filologia, seu nome é resistência, sim, pelo menos a Filologia que admiramos e que procuramos vivenciaré assim, mas pela situação em que nos encontramos, em nosso país, achei por bem começar pelas epígrafes aqui já citadas. Uma, buscada na obra de Walter Benjamin e a outra, na obra de Marc Bloch, intelectuais que vivenciaram tempos que costumamos chamar de sombrios e que certamente foram de práticas do que, na atualidade, é conhecido pelo nome de necropolítica, na acepção que consta na obra homônima de Achille Mbembe, a política da morte ou do fomento da morte, daqueles e daquelas que não são do grupo dos que detêm o poder político-cultural-econômico.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1940, Walter Benjamin se suicidou diante da ameaça real, porém momentânea, de ser preso pelos nazistas. Marc Bloch, professor universitário, que foi membro da Resistência Francesa, foi fuzilado por nazistas, em 1944. Contudo, como disse Pilar Del Rio, na conferência de encerramento do Congresso Internacional da Abralic deste ano, ocorrido em Brasília, na UnB, somos seres efêmeros, mas talvez não.<sup>2</sup> No caso de Benjamin e de Bloch, suas obras permanecem um libelo contra o nazismo, contra o fascismo e nos ajudam a pensar formas de resistência, na contemporaneidade, inclusive, o texto de Benjamin, Sobre o conceito da História, e a obra **Apologia da História**, de Marc Bloch, são extremamente importantes ao exercício da Filologia.

A Filologia que, como sabemos, é muito antiga. Para muitos, surgiu ou conheceu grande desenvolvimento, no período alexandrino (aproximadamente 322 a 146 a. C), na famosa Biblioteca de Alexandria, que, séculos mais tarde, seria incendiada.<sup>3</sup>

Nas palavras de Ivo Castro: “Ciência antiga, resistente e versátil, a filologia permanece uma apesar das suas muitas maneiras, como se poderia dizer de Ulisses. Só que ela não é Ítaca a que se regresse.”

Sim, a Filologia tem diferentes formas. Uma dessas formas é a Crítica Textual, considerada tanto como Crítica Textual Antiga, como Crítica Textual Moderna.

A Crítica Textual Antiga trabalha com obras sem originais e a Crítica Textual Moderna, com obras com originais. Essa distinção entre Crítica

---

2-Citamos Pilar Del Río de memória, porque tivemos a oportunidade de assistir sua conferência.

3-Para uma introdução à história da Filologia: capítulo A Edótica, em **Introdução à Edótica**, de Segismundo Spina (1994, p. 65-80).

Textual Antiga e Moderna fomos buscar em Ivo Castro, no texto Enquanto os escritores escreveram (situação da Crítica Textual Moderna), página 3.

Mas como a Crítica Textual trabalha com essas obras?

Nós, que trabalhamos com Crítica Textual, consideramos que, como disse César Nardeli Cambraia, em **Introdução à Crítica Textual**, à medida que uma obra é publicada, ela é modificada. O famoso ditado, as palavras o vento leva, o que está escrito permanece, é válido apenas para aquela edição do referido escrito. Uma próxima edição daquela obra já sofrerá alterações voluntárias ou involuntárias; autorais ou de terceiros. É interessante lembrarmos aqui, a título de curiosidade, de um trecho de **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, citado como epígrafe em **Introdução à Crítica Textual**: “Cada edição da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes”.

Acerca da Crítica Textual Antiga, ela busca reconstruir ou formular hipóteses de reconstrução de originais perdidos ou preparar edições (impressas ou eletrônicas ou manuscritas) de um texto considerado, pelo crítico ou pela crítica textual, como o melhor, o mais próximo do original, daquela obra. Por originais, entendemos edições autorais e/ou manuscritos e/ou datiloscritos autorais, ou seja, edições que trazem a vontade materializada por seus autores ou por suas autoras.

Já a Crítica Textual Moderna trabalha com obras com originais, como são, por exemplo, as de Machado de Assis e de Eça de Queirós. Contudo, muitas delas tiveram seus textos alterados por terceiros. É o caso de **Papéis Avulsos**.

Sua primeira edição em livro foi publicada pela Lombaerts &C., em Outubro/Novembro de 1882.

Na edição sem data, mas de, possivelmente, 1920, ano proposto por Galente de Sousa, em **Bibliografia de Machado de Assis**, de 1955, a edição de provavelmente 1920 de **Papéis Avulsos**, trazida a público pela Garnier, traz várias mudanças, como as que ora apresentamos.

Na edição de 1882, o texto que abre aquela publicação tem o título de ADVERTENCIA. Na edição de possivelmente 1920, o de PREFACIO. Se não bastasse tal alteração, há várias outras mudanças não autorais, como a que aqui assinalamos: no primeiro parágrafo, a palavra pai, da edição de 1882, na de possivelmente 1920, passa a pão. Além disso, a edição com várias mudanças, publicadas pela Garnier, possivelmente em 1920, mantém a data de 1882 e o nome de Machado de Assis ao final do texto do “Prefácio”, mesmo com o texto alterado por terceiros. Estamos diante de um apagamento de partes de um texto.

O que faz a Crítica Textual nesse caso? Propõe a restituição do texto da edição de 1882, última em vida de Machado de Assis, com, muito provavelmente, com a grafia atualizada, pois, um dos objetivos desta área é a de aproximar o texto do público leitor, nas palavras de Luciana Stegano Picchio, em **A lição do texto**: “[...] romper o ruído do tempo” (1979, p. 214).

Essas são propostas da edição crítica que estamos preparando no Laboratório de Ecdótica da Universidade Federal Fluminense, o Labec-UFF, com a colaboração de alunas e de alunos da Graduação de cursos de Letras e do Programa de Pós-Graduação de Estudos da Literatura da UFF. Contamos também, no momento, com o apoio de cinco bolsistas de Desenvolvimento Acadêmico PROAES-UFF e com uma bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 2, do CNPq.

É interessante ressaltar que **Papéis Avulsos** não chegou a ser editado, na sua integralidade, pela saudosa Comissão Machado de Assis, instituída em 1958, e da qual fizeram parte Celso Cunha, Antonio Houaiss, Lucia Miguel Pereira, Antonio José Chediack vários estudiosos de destaque e que muitos deles fazem parte da história da Filologia e da ABRAFIL.

Do que foi exposto até aqui, fica evidente que a Filologia, como Crítica Textual, promove uma espécie de arqueologia de textos, um resgate de versões muitas vezes encobertas pelo que foi considerado, num determinado momento, como texto autoral até mesmo pela falta de divulgação de noções, à vezes, básicas de Crítica Textual, ou, às vezes, por aqueles que intentaram apagar da história da humanidade determinados testemunhos, o que, em português literal, podemos chamar de censura.

Para o estudo e a divulgação do que hoje comumente entendemos por Literatura, é fundamental o estudo da história da tramissão dos textos, assim como o de sua gênese, recepção e materialidade, pois como afirmaram Rosa Borges e Arivaldo Sacramento de Sousa, a Filologia, como Crítica Textual, não promove o divórcio entre texto material e texto abstrato.

Para a Filologia como Crítica Textual é fundamental o estudo da materialidade dos textos, pois, como diz Chartier, também citado por Borges e Souza, a materialidade também é formadora de sentido.

A Crítica Textual tem papel fundamental na preservação e divulgação do patrimônio cultural em forma de texto escrito. É de se estranhar que várias universidades do país não a tenham em seus currículos, mas, voltando ao texto de Ivo Castro, isto também se explica, entre outras razões, se assim podemos chamar a exclusão de uma disciplina fundamental para os estudos literários, pela grande influência do estruturalismo e do pós-estruturalismo nas

faculdades e institutos de Letras do Brasil, influência essa mais disseminada durante a ditadura civil-empresarial-militar iniciada em 1964. É também de se estranhar que uma das obras de maior influência em cursos de Letras e não é em Letras, inclusive como modelo epistemológico das ciências humanas, tenha sido o **Curso de Linguística Geral**, atribuído a Ferdinand de Saussure, obra de transmissão bastante acidentada. Não estamos propondo a retirada da obra atribuída a Saussure das bibliografias e sim a adição de uma explicação acerca de sua gênese e de sua transmissão. Vale lembrar também que as universidades que mantêm a Crítica Textual em seus currículos são, em sua grande maioria, universidades públicas.

No exercício da Crítica Textual, lembro a vocês, que trabalhar com uma disciplina que tem tantas e tamanhas relações e interseções com a Literatura, a Linguística, a História nos ajuda a desenvolver uma visão, acredito que, propensa a perceber processos de mudança e a resgatar textos e a desenvolver comentários sobre esses textos num exercício de “escovar a história a contrapelo”, propiciando discursos de resistência e de abertura ao diálogo. Diálogo, palavra fundamental, aqui, na Universidade, e para quem se dedica a essa disciplina que acompanha de perto mudanças e diálogos entre textos de épocas diferentes e, às vezes, distantes, com, nas palavras de Edward Said, hospitalidade. Mas não uma hospitalidade que não acolhe e não contribui para o conhecimento da história dos vencidos. Uma hospitalidade verdadeiramente solidária com a construção de um mundo justo.

Mas voltemos a **Papéis Avulsos** e ao que estamos chamando, tendo como base Benjamin, de escovar a história a contrapelo.

Para os estudiosos e as estudiosas de Crítica Textual é importante sabermos que todos os doze contos que foram publicados em **Papéis Avulsos**, em 1882, foram anteriormente publicados em periódicos, portanto, quando Machado de Assis ainda vivia.

São interessantes, para o estudo da obra machadiana as mudanças, muito provavelmente autorais, que foram realizadas da passagem do texto em periódico para o texto em formato livro.

Por exemplo, no conto que abre **Papéis Avulsos**, “O Alienista”, são suprimidas algumas passagens da história e modificados alguns termos, inclusive, a parte final do texto do periódico é suprimida no formato livro. Tais exemplos estarão presentes na edição crítica que pretendemos entregar, em 2020, para publicação.<sup>4</sup>

A Crítica Textual nos permite desenvolver uma visão mais aproximada do processo de produção e de transmissão de textos, inclusive literários,  
4-Alguns já foram apresentados em artigos que publicamos.

trazendo mais para perto de nós, o seu caráter de processo e de etapas que são construídas a partir de trabalhos que mesclam atividades manuais e intelectuais e esferas inclusive extraliterárias e de produção e de divulgação de leituras e de sentidos, assim como o processo de mediação entre edição e público leitor.

Nos permite perceber um apagamento de textos e de leituras no processo de divulgação, transmissão e recepção da literatura. Sim, lembro aqui das palavras de Walter Benjamin: como construir um mundo em que a história de todas e de todos poderá ser contada e a história dos não mais vencidos será relembrada, preservada e divulgada? Por exemplo, no estudo da transmissão de **Papéis Avulsos**, coletânea de contos de Machado de Assis, o estudo das versões de “O Alienista”, conto que abre essa obra, nos possibilita estudar traços do processo de formação do espaço de ambiguidade, característico de textos machadianos, pois conseguimos surpreender o apagamento de informações em edições publicadas em vida do autor. Da versão publicada no *Jornal Ilustrado* **A Estação** para o texto publicado no formato livro, várias passagens foram suprimidas, inclusive, a parte final do conto ( não iremos mostrar tal parte aqui para não dar um *spoiler*, como dizem hoje, mas tal informação estará presente na edição crítica que estamos preparando, com a ajuda de várias e vários colaboradoras e colaboradores. Também não fazem parte da publicação em livro as várias ilustrações que acompanham a publicação do referido conto no jornal como as curiosas ilustrações acerca da Tunísia que constam em uma de suas páginas. Curiosamente, tanto no texto publicado no periódico como no publicado em formato livro, há várias referências aos árabes, ao mundo muçulmano, como as que destacamos a seguir:

Era na rua Nova, a mais bela rua de Itaguaí naquele tempo, tinha cinquenta janelas por lado, um pátio no centro, e numerosos cubículos para os hóspedes. Como fosse grande arabista, achou no Corão que Maomé declara veneráveis os doudos, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo para que não pequem. A ideia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a fez gravar no frontespício da casa; mas, como tinha medo ao vigário, e por tabela ao bispo, atribuiu o pensamento a Benedicto VIII, merecendo com essa fraude, aliás pia, que o padre Lopes lhe contasse,

ao almoço, a vida daquele pontífice eminente. (ASSIS, 1882, p. 6)<sup>5</sup>

Inclusive, nessa passagem, há o relato de uma prática de encobrimento muito comum em ambientes de censura e de perseguição como os que viveram os descendentes de judeus e muçulmanos, na Península Ibérica e seus domínios, durante o tempo em que vigorou a Inquisição.

Vale também lembrar que algumas das pessoas que vieram para o Brasil, em situação de escravidão, eram muçulmanas e sabiam ler e escrever em árabe. Informações sobre muçulmanos no Brasil, no século XIX, encontram-se num livro intitulado **As viagens de D. Pedro II: Oriente Médio e África do Norte**, 1871 e 1876, de Roberto Khatlab, publicado em 2015, pela editora Benvirá, de São Paulo. Tais informações, para nós, importantes, pois reforçam a hipótese de que sua presença, em “O Alienista”, seria um ato de resistência, assim como o que pode ser percebido, na leitura do conto “Pai contra Mãe”.

São palavras de Eduardo de Assis Duarte:

Publicado em 1906 no volume *Relíquias da casa velha*, o texto contribui para a constituição de uma memória do escravismo, que tantos insistiam em apagar. No início dos tempos republicanos, a “mancha negra” que toldava a imagem harmoniosa do passado colonial e dos governos imperiais brasileiros precisava ser extirpada, nem que para tanto se queimassem os arquivos do tráfico. Ao trazer à tona o assunto tabu logo na abertura das *Relíquias*, o conto de Machadoganha sentido político de resgate e acerto de contas. Identificado a seus irmãos afrodescendentes, o autor estabelece um contra-discurso ao pensamento hegemônico na época, cuja ideia mestra entroniza o “escravismo benigno” praticado nos trópicos pelo colonizador propenso à mestiçagem. Tal ideologia vai sendo apropriada ao longo do século XX e prima por deturpar a verdade histórica ao tentar recobrir os mais de 300 anos de escravidão com o mito da democracia racial, que substitui a violência pela tolerância e o rebaixamento do Outro pela mestiçagem. (2008, p. 22).

Outro autor que estamos estudando é Eça de Queirós. No momento, preparamos também uma edição crítica com viés genético das narrativas de viagens, como parte dos trabalhos da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenada por Carlos Reis.

5-O texto encontra-se com a grafia atualizada conforme o acordo ortográfico vigente nos dias de hoje.

Eça de Queirós também vai nos legar páginas de resistência ou trechos de referência à história dos vencidos.

Estou me referindo ao último capítulo de **O Crime do Padre Amaro**, em que, nas três versões que escreveu desse romance, faz referência explícita à Comuna de Paris.

Podíamos citar muitos outros exemplos como as pesquisas realizadas e em realização, na área da Crítica Textual, tanto na Pós *Lato* quanto *Stricto Sensu*, no Instituto de Letras da UFF, com obras de: Júlia Lopes de Almeida, pela pesquisadora Viviane Arena Figueiredo; Carolina Maria de Jesus, pela pesquisadora Luciene Santos; Clarice Lispector, pela pesquisadora Nathally Regina Monteiro, e Oduvaldo Vianna Filho, pelo pesquisador Thiago Lobo Pereira.

A Filologia tem em seu nome e em sua prática a semente do amor à palavra e, segundo Spina: “Foi, portanto, do amor à poesia que nasceu a ciência Filológica” (1994, p. 67). Lembrando, de memória, Camões, e, por nossa experiência de vida, sabemos: o amor é maior forte do que a morte. Resistiremos.

Como disse a Professora Rita Gaudet, homenageada com o Prêmio Blaiser Cendrais, no Congresso Internacional da Abralic deste ano, é preciso também lembrar Drummond: vamos de mãos dadas. Ninguém larga a mão de ninguém.<sup>6</sup> #Dituranuncamais #Torturanuncamais #Bastadenecropolita #Emdefesadauniversidadepublicagratuítaesocialmentereferenciada

Gostaria de terminar esta fala com as palavras de uma feminista, escritora, filósofa, ativista, Simone de Beauvoir, citadas aqui de memória, lembrando que: “O presente, não é o passado em potência, é o momento da escolha e da ação”. Muito obrigada!<sup>7</sup>

---

6-Tivemos a oportunidade de assistir a essa homenagem, pois participamos do Congresso da Abralic, em 2019, inclusive, com um Simpósio vinculado à Crítica Textual. O trabalho que apresentamos, no Simpósio, também versava sobre a importância de “escovarmos a história a contrapelo”, conforme Benjamin, e dialoga muito com este que aqui publicamos.

7-Uma curiosidade: neste ano de 2019, a primeira edição de **O Segundo Sexo**, de Simone de Beauvoir, completou 70 anos.

## Referências:

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. O Alienista. In: **A Estação**. Jornal Ilustrado para a Família. Rio de Janeiro, Lombaerts & Comp. XI Anno, nº 5, 15 mar 1882, p. 49-50.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Papeis Avulsos**. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1882.
- ASSIS, Joaquim Machado de. **Papeis Avulsos**. Rio de Janeiro/ Paris: Garnier, Irmãos, s. d.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaios sobre literatura e história. Obras escolhidas I. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício de historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.
- BORGES, Rosa/SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e Edição de Texto. BORGES, Rosa/SOUZA, Arivaldo Sacramento de/ MATOS, Eduardo Silva Dantas de/ALMEIDA, Isabela Santos. **Edição de Texto e Crítica Filológica**. Salvador: Quarteto, 2012.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTRO, Ivo. Enquanto os escritores escreverem... (situação da crítica textual moderna). Conferência Plenária do IX Congresso da ALFAL. Campinas, Mimeo, 1990.
- CASTRO, Ivo. O Retorno à Filologia. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3961741/mod\\_resource/content/1/CASTRO\\_1995\\_RetornoFilologia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3961741/mod_resource/content/1/CASTRO_1995_RetornoFilologia.pdf) Acesso em: 30 out 2019.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Memórias Póstumas da Escravidão. In: LAGE, Verônica Lucy Coutinho (org.). **Literatura, Crítica e Cultura II**. Diálogos com Machado de Assis. Caminhos da crítica literária. UFJF: Juiz de For, 2008, p. 21-27.
- KHATLAB, Roberto. **As viagens de D. Pedro II**: Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876. São Paulo: Benvirá, 2015.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. **A Lição do Texto**. Filologia e Literatura. I-Idade Média. Tradução Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.
- REIS, Carlos/CUNHA, Maria do Rosário (eds). **O Crime do Padre Amaro**. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa

da Moeda, 2000.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 22.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** 34 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOUSA, Galante de. **Bibliografia de Machado de Assis.** Rio de Janeiro: INL, 1955.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica.** Crítica Textual. 2 ed. São Paulo: Ars Poetica/EDUSP, 1994.

# O PADRÃO ESCRITO CONTEMPORÂNEO NA LÍNGUA LITERÁRIA DE ANGOLA

Claudio Cezar Henriques (UERJ, ABRAFIL)<sup>1</sup>

## RESUMO:

Este artigo apresenta os fundamentos da pesquisa em desenvolvimento na UERJ, com o apoio do CNPq. Intitula-se “Novos Estudos Geo-Históricos do Português: a modalidade escrita contemporânea” e adota critérios de seleção de textos que se ajustam coerentemente quanto ao gênero, ao domínio discursivo e aos modos de organização textual. Subdivide-se em três campos principais, construídos e intitulados simétrica e coerentemente, a saber: (a) “O português em textos jornalísticos”; (b) “O português em textos acadêmicos”; e (c) “O português em textos literários”.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa. Geo-História, Padrão escrito contemporâneo.

## ABSTRACT:

This article presents the basis of the research under development at UERJ, with the support of CNPq. It is entitled “New Geo-Historical Studies of Portuguese: the contemporary written modality” and adopts text selection criteria that fit coherently in terms of textual genre, discursive domain and modes of organization. It is subdivided into three main fields, symmetrically and coherently constructed and titled, namely: (a) “Portuguese in journalistic texts”; (b) “Portuguese in academic texts”; and (c) “Portuguese in literary texts”.

**Keywords:** Portuguese. Geohistory, Contemporary written pattern.

## I - INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>2</sup> apresenta parte da pesquisa que ora desenvolvo na UERJ, com o apoio do CNPq. Intitula-se “Novos Estudos Geo-Históricos do Português: a modalidade escrita contemporânea”. É a segunda etapa do projeto que desenvolvi de 2014 a 2019, intitulado “Estudos Geo-Históricos do Português sob a perspectiva brasileira” e do qual resultou a publicação do

1- Este artigo integra pesquisa que tem o apoio do Programa Prociência da UERJ e do CNPq.

2- Aproveito aqui passagens do trabalho apresentado na USP em novembro de 2019, no XIII Colóquio “Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas”, intitulado “Um Estudo de Estilística Lexical no Português de Angola”.

livro *Geo-História do Português*, pela editora Gramma.

A pesquisa anterior apontou para a possibilidade de expansão de um ponto em especial, a exploração mais minuciosa do *corpus* escrito do português contemporâneo do Brasil e de outras nações que têm o português como língua oficial.

O projeto integra a linha de pesquisa “Formação, estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, beneficiando-se portanto de um ambiente institucional que favorece a interlocução com colegas e alunos de pós-graduação e de graduação. Além disso, conto com interlocutores qualificados – e mais diretamente sintonizados com o tema do projeto – no grupo de pesquisa “Descrição e Ensino de Língua: pressupostos e prática”, cadastrado em 1993 no CNPq sob minha coliderança, e integrado no momento por doze outros pesquisadores, além de estudantes de graduação e de pós-graduação.

Entre as línguas de origem europeia, a língua portuguesa é certamente a que tem uma das histórias mais características, tendo se tornado – em decorrência das grandes navegações dos séculos XV e XVI – um dos poucos idiomas com presença na América, na África, na Ásia e na Europa. Estima-se que, atualmente, seja falado por cerca de 230 milhões de pessoas e ocupe o oitavo posto entre as línguas do planeta, ficando atrás apenas do inglês e do castelhano se considerarmos somente as línguas ocidentais.

Falado em uma vasta e descontínua área, nosso idioma possui traços de diferenciação, fato comum entre as línguas vivas. Suas variedades divergem de modo efetivo na pronúncia e no léxico, e de modo particular na estrutura morfossintática. Há quem aponte essas divergências como marcas de uma reordenação das modalidades do português, rebatizadas como novas línguas, dele derivadas. Tal posição, porém, se sustenta mais nas versões orais do português pelo mundo do que na prática escrita de seus usuários, ainda que se alegue que nesta forma de expressão prevaleçam formas “monitoradas” aprendidas na escola e na vida das pessoas letradas.

A língua é um organismo vivo, resultado de um processo contínuo de mudanças, de simplificações e de ampliações, de influências e de empréstimos, fenômenos que vão se estabelecendo ao longo do tempo e do espaço que ela percorre.

O português é a língua de que somos coproprietários. Como brasileiros, podemos dizer que somos os maiores donos (mais de 210 milhões de habitantes) dessa “empresa linguística” chamada língua portuguesa. Entretanto, os “sócios fundadores” dessa empresa (os portugueses) e os demais acionistas (angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses e timorenses,

sobretudo) praticam e exercem os seus direitos de legítimos coproprietários, o que aponta para a responsabilidade que a nação brasileira tem diante da constatação de que falamos uma língua internacional, algo a ser tratado como uma questão de interesse comum a toda a comunidade lusofônica. Esses números, porém, tendem a passar por uma importante modificação, devida ao intenso ciclo de crescimento demográfico africano.

Estudo das Nações Unidas (CF. World Population Prospects: <https://population.un.org/wpp/>) projeta uma grande reviravolta no cenário populacional dos países que têm o português como língua principal. O quadro seguinte<sup>3</sup> mostra números que impressionam:

PAÍS	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO EM
	ATUAL	2050
Brasil	212.559.000	228.980.000
Portugal	10.197.000	9.085.000
Angola	32.866.000	77.420.000
Mocambique	31.255.000	65.313.000
Guiné-Bissau	1.968.000	3.557.000
Timor-Leste	1.318.000	2.019.000
Cabo Verde	556.000	679.000
S. Tomé e Príncipe	219.000	394.000
<b>TOTAL</b>	<b>290.938.000</b>	<b>387.447.000</b>

Esses números indicam que, em breve, o Brasil passará dos atuais 73% para 59% do total de falantes de português no mundo. A geo-história da língua portuguesa é, como se depreende, uma matriz que nos serve para organizar um pouco melhor a reflexão acerca de temas como indivíduo e sociedade, língua e nacionalidade, regionalização e globalização, etc.

Levando esses fatos em consideração, tomo como ponto de partida nesta pesquisa a realidade praticada por escrito em textos jornalísticos, acadêmicos e literários, reunindo um *corpus* formado por textos brasileiros, portugueses e angolanos. A pretensão é averiguar em que níveis se manifestam a unidade e a diversidade da língua-padrão, a despeito da atribulada história de sua expansão na Europa e nos demais continentes. Trata-se, pois, da investigação de um *corpus* contemporâneo, cujo tema é o mesmo que Nelson Rossi (1980, p. 43) chamou de “o equilíbrio entre o estudo da convergência e o da divergência linguística” e que envolve a conhecida discussão a respeito da unidade e da diversidade linguística.

3- O quadro apresentado, inspirado no que está publicado em HENRIQUES (2019, p. 16), atualiza os dados e integraliza a relação de países que têm o português como língua principal.

A flexibilidade normativa ou liberdade normativa – de que falam Menéndez-Pidal (1964) e Celso Cunha (1985) – é uma característica essencial da língua portuguesa. Como Celso Cunha, atribuo à língua portuguesa as menções que Menéndez-Pidal faz sobre a língua espanhola (o artigo se chama “El Español de Canarias”). Parece-me válido admitir que talvez seja possível “chegar ao reconhecimento de uma diversidade básica de normas linguísticas dentro da língua portuguesa, não só no campo léxico e no campo fonético, mas também no sintático”. Para ambos, o ensino do idioma, “concebido então como reflexão científica sobre um sistema e uma norma cujo conhecimento pré-científico se possui de antemão”, obteria do usuário comum a correção linguística e o domínio das possibilidades expressivas da língua.

Ao mesmo tempo, a língua literária (e – acrescento por pertinência – a língua acadêmica e a língua jornalística), assentada em cada caso sobre uma estrutura normativa sentida como própria, poderia se despojar “de todo lastro inoperante, ganhando em flexibilidade e naturalidade” (PIDAL: 1964, e CUNHA: 1985).

Considerando então o conceito de uma macrounidade, o português do Brasil “constitui uma microunidade, correspondente a um uso típico, por parte de toda a comunidade brasileira, mediante uma gradativa diferenciação”, como afirma Edith Pimentel Pinto (1992, p. 11). Por esse raciocínio, também é possível supor que há outras microunidades dentro da macrounidade do português, assim como que também há submicrounidades dentro das microunidades.

Comungo com essas hipóteses, já que a codificação de tais variabilidades normativas (micro- e submicrounidades), “longe de atentar contra a unidade do idioma”, contribuiria para estabelecer uma maior intercompreensão entre as diversas modalidades do português hoje em uso.

Assim sendo, esta pesquisa focaliza novos aspectos da geo-história da língua portuguesa e sua presença no mundo contemporâneo. Ela se concentra em textos de três países (Brasil, Portugal e Angola), apresenta referências aos componentes internos da língua (sua morfologia e sintaxe, o léxico, a semântica – a fonética e a fonologia, por razões óbvias, têm menor relevo) e aos componentes externos (a ação dos homens em busca da expressão – nas situações em que o contexto do *corpus* permitir). Afirmo, com Antonino Pagliaro (1983, p. 29-30), que qualquer atividade criadora, qualquer ação que se consolide como fato e experiência “necessariamente se coordena com uma formalidade de agir, obedece voluntariamente a uma técnica, ou seja, a um conjunto de atos cujo valor se conhece em relação ao fim. Sem dúvida que no início de todas as técnicas está a ação individual. (...) A primeira condição

para conhecer é interpretar, isto é, considerar um dado como forma de um conteúdo. Com esta interpretação se relaciona a expressão que dela emana. É este o único ponto firme, a única modalidade inalterável que nos é permitido atingir, quando queremos investigar o campo da linguagem.”

O planejamento desta pesquisa adotou critérios de seleção de textos que se ajustassem coerentemente quanto ao gênero, ao domínio discursivo e aos modos de organização textual (cf. HENRIQUES: 2018, p. 7-24). Subdivide-se em três campos principais, construídos e intitulados simétrica e coerentemente, a saber: (a) “O português em textos jornalísticos”; (b) “O português em textos acadêmicos”; e (c) “O português em textos literários”.

A constituição do *corpus* investigado em cada campo teve como exigência a coerência dos textos quanto ao gênero, ao domínio discursivo e ao modo de organização.

- CAMPO 1 (textos literários): seis romances, dois de cada país.
  - Brasil: *O Professor*, de Cristóvão Tezza (ed. Record, 2014) e *Noites de Alface*, de Vanessa Bárbara (ed. Objetiva, 2013);
  - Portugal: em processo de escolha. *Madrugada Suja*, de Miguel Sousa Tavares (Clube do Autor, 2013) // *Lillias Fraser* de Hélia Correia (ed. Relógio d’Água, 2015);
  - Angola: *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas*, de Luís Fernando (Editorial Nzila, 2008) // *Os Panos Brancos*, de Maria Celestina Fernandes (União dos Escritores Angolanos, 2012).
- CAMPO 2 (textos acadêmicos): seis obras voltadas para o ensino universitário ou para a discussão acadêmica, duas de cada país.
  - Brasil: *Dona Leopoldina: a história não contada*, de Paulo Rezzutti (Ed. LeYa, 2017) // *O Profissional Incomum*, de André Portes (Ed. Best Business, 2017 – a 1ª ed. é de 2016);
  - Portugal: *Inimigos de Salazar*, de Irene Flunser Pimentel (Clube do Autor, 2018) // *A Função Social do Direito de Autor*, de Nuno Manuel da Silva Gonçalves (ed. Princípios, 2018);
  - Angola: *Crianças Vítimas de Práticas de Feitiçaria*, de Antonia Domingos (União dos Escritores Angolanos, 2012) // *Desenvolvimento e Resiliência Social em África: dinâmicas rurais de Cabinda-Angola*, de João Milando (ed. Mayamba & Imprensa Nacional de Angola, 2013) – obs.: Cabinda é uma das 18 províncias de Angola.
- CAMPO 3 (textos jornalísticos): quatro publicações de cada país.
  - Brasil: revistas semanais Carta Capital e Veja, jornais diários O Globo e Folha de S. Paulo;

- Portugal: revistas semanais Visão e Sábado, jornais diários Expresso e Público;
- Angola: revistas semanais África e Lux, jornais diários Jornal de Angola e Novo Jornal.

Portanto, como disse antes, esta pesquisa focaliza a geo-história da língua portuguesa e procede ao exame da língua escrita contemporânea de gêneros textuais paradigmáticos (o literário, o acadêmico e o jornalístico) em três países da comunidade lusófona: o Brasil, Portugal e Angola, que tem o segundo maior contingente populacional dos países da CPLP. A pretensão é analisar as convergências e divergências nos usos do português no *corpus* selecionado.

Os principais objetivos, aqui, são: (a) descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes aos três conjuntos de textos selecionados; (b) descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes ao português brasileiro, ao português europeu e ao português angolano; (c) introduzir a discussão do tema da “homogeneização” da língua portuguesa em países africanos.

Além disso, há também o propósito de: (a) contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a expressão em língua portuguesa no contexto internacional contemporâneo; (b) contribuir para a compreensão das características de três modalidades nacionais da língua portuguesa; (c) estimular a pesquisa sobre geo-história da língua e sobre variedades linguísticas nos níveis da graduação e da pós-graduação.

## II – NOTÍCIAS DE ANGOLA

### 1. O PAÍS

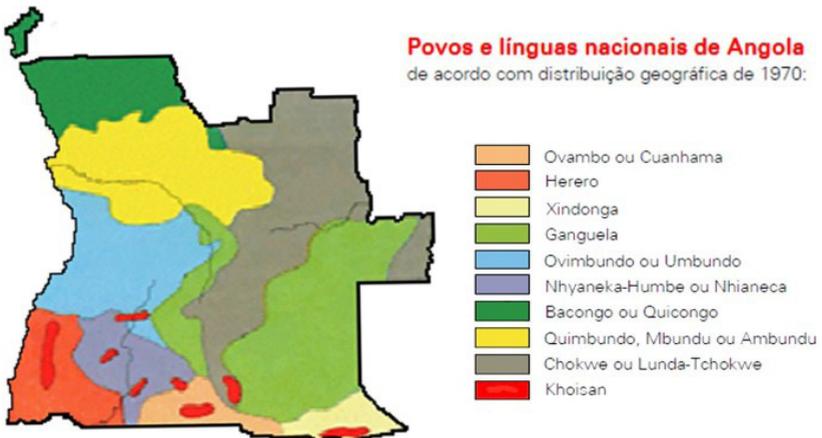
Foi o explorador Diogo Cão, em 1542, o primeiro português a chegar a Angola, que foi colônia portuguesa até 1975, depois de uma longa e sangrenta guerra iniciada no dia 4 de fevereiro de 1961, marcado na história angolana como o Dia do Início da Luta Armada de Libertação Nacional. O pequeno resumo dessa fase pós-independência, exposto a seguir, dá notícia do doloroso processo de reconstrução desse país africano, que estava nessa época dividido por três grupos nacionalistas MPLA, UNITA e FNLA. Os três declararam independência no mesmo dia, 11 de novembro de 1975, tendo sido Agostinho Neto<sup>4</sup>, líder do MPLA, que controlava a capital Luanda, o principal protagonista

4- A frase-símbolo da independência de Angola foi dita por Agostinho Neto em 11 de novembro de 1975: “Diante da África e do mundo proclamo a Independência de Angola”. No mesmo dia, Holden Roberto, líder da FNLA, no Ambriz (província do centro-norte de Angola), e Jonas Savimbi, líder da UNITA, em Nova Lisboa (Huambo, na região central de Angola), também proclamaram a independência de Angola.

dessa ação. As disputas entre os três grupos, porém, levaram o país a uma nova guerra, mais sangrenta do que a anterior. A Guerra Civil Angolana foi travada entre os três movimentos e teve como motivo principal a exclusão do FNLA e da UNITA do sistema político estabelecido por Luanda. A Guerra Civil, que se estendeu até 2002, foi marcada sobretudo por ações de guerrilha que, na última década do século passado, envolveu praticamente o país inteiro. Seu resultado foram milhares de mortos e feridos e destruições em aldeias, cidades, estradas, ferrovias, pontes. A migração populacional incrementou-se nessa época, pois boa parte da população rural fugiu para as cidades ou para outras regiões. Muitos angolanos buscaram refúgio até em países vizinhos.

O MPLA, que adotara a doutrina marxista-leninista na primeira fase de seu governo, decidiu, na década de 1990, mudar o regime para um sistema de democracia multipartidária, incentivando uma economia de mercado. Realizaram-se então as primeiras eleições em Angola, e a UNITA e a FNLA aceitaram participar do novo regime, concorrendo às eleições realizadas em 1992. Apesar dessa tentativa, a acusação de fraude na contagem dos votos trouxe de volta o cenário de guerra, a qual só foi encerrada em 2002.

## 2. A LÍNGUA



Atualmente, Angola tem mais de 32 milhões de habitantes. Nas áreas urbanas, o percentual de falantes do português chega a 85%, enquanto na zona rural é de 49%. Em casa, muitos angolanos falam mais do que uma língua,

mas o português já é falado por cerca de 70% da população. Os 30% restantes falam mais de 10 línguas nacionais, do ramo banto, como o quicongo (8,2%, no norte) e o quimbundo (7,8%, no norte e no litoral central). O chócue é falado no interior central e no norte (6,54%); no sul, entre as províncias do Cuando-Cubango, Cunene e Huíla, falam-se as línguas ganguela (3,11%), cuanhama (2,26%) e muhumbi (2,12%). Por fim, há ainda o fiote, língua falada no enclave de Cabinda por 2,4% da população.

O português é ensinado em todas as escolas de Angola. Em algumas delas, convive com o ensino das línguas nacionais, que dispõem de material pedagógico, mas sofrem com a falta de professores. Esse panorama de desigualdade é agravado pelo fato de ainda persistir em muitas famílias a carga negativa da língua local, criada no tempo da colonização, o que as faz preferirem que os filhos aprendam apenas português. Muitos receiam que o tempo gasto para estudar formalmente a língua nacional prejudique as atividades escolares restantes e por isso optam apenas pelo idioma oficial. Também contribui para essa situação a supremacia da população jovem, com menos de 24 anos, que – como diz Joana Gorjão Henriques (2017, p. 24) – “não viveu o período de *apartheid* social em Angola, mesmo que não oficial”.

Bonifácio Tchimboto, pesquisador angolano, lembra que, para muitos de seus conterrâneos permanece a memória da placa de madeira pendurada nos estudantes flagrados, no tempo colonial português, falando quimbundo, uma das línguas nacionais angolanas. A inscrição dizia: BURRO. E acrescenta: “Essa carga pesada sobrevive ainda hoje na cabeça de muitos. Temos entre os nossos concidadãos aqueles que olham para o bilinguismo como um defeito, que a competência em duas línguas é um defeito.”. Por isso, muitos dizem que não se deve usar nenhuma língua africana em público. Além disso, parece difícil encontrar, especialmente na população mais jovem, alguém que não fale ou, pelo menos, não compreenda o português. Isso faz de Angola praticamente uma exceção na África, já que, salvo alguns estados insulares, é o único país africano onde a língua europeia colonizadora é proeminente<sup>5</sup> junto às massas populares.

Outro fator que importa na apresentação do contexto em que a língua portuguesa se consolida como a principal língua de Angola é o fato de a Constituição da República de Angola estabelecer, no seu artigo 19, item 1, que a língua portuguesa é a língua oficial do país, o que implica sua obrigatoriedade em todos os momentos da vida civil. Já as demais línguas locais são denominadas “línguas angolanas”, sem o mesmo estatuto que a

5- Hodges, Tony. *Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais: Principia, 2002.

língua portuguesa.

Art. 19 (Línguas)

1. A língua oficial da República de Angola é o **português**.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das **demais línguas de Angola**, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

Art. 21 (Tarefas fundamentais do Estado)

- (n) Proteger, valorizar e dignificar as **línguas angolanas de origem africana**, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como **línguas de identidade nacional e de comunicação**.

Artigo 23.º (Princípio da igualdade)

2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, **língua**, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão.

Fonte: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf> – **grifos meus**.

Independentemente desse histórico e desses dados, as interferências linguísticas resultantes do contato do português com as línguas angolanas pré-existentes revelam a presença de substratos africanos no português de Angola, pois a língua do colonizador se impôs pelo maior prestígio cultural e social, mas os vários reinos locais, embora vencidos, deixaram marcas de seus hábitos linguísticos na língua nova. Ficaram substratos quimbundos, quicongos, chócues, etc.

Essa contribuição se dá pela entrada de palavras africanas no léxico comum, pela criação de formas oriundas do gênio inventivo do homem comum, pelos desvios e adaptações da norma padrão europeia, permitindo que se sintam nesses usos sua adaptação à realidade linguística angolana.

### III – BREVES COMENTÁRIOS SOBRE DOIS ROMANCES ANGOLANOS<sup>6</sup>

#### 1. *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas*, de Luís Fernando

---

6- Participou desta parte da pesquisa Claudia Valéria Santos da Rocha, Liceu Literário Português e UERJ.

Luís Fernando nasceu na aldeia de Tomessa, Uíge, Angola, em 01 de outubro de 1961. Licenciado em Jornalismo pela Universidade de Havana, em Cuba, iniciou seus trabalhos literários com a publicação de *Noventa Palavras* (1999), uma seleção de textos jornalísticos, motivados pela sua experiência na imprensa. Luís Fernando trabalhou na Rádio Nacional de Angola por cerca de 15 anos e foi diretor-geral do Jornal de Angola. Em 2009, tornou-se membro da União dos Escritores Angolanos e, em 2011, foi contemplado com o prêmio Maboque de Jornalismo, por suas publicações no jornal O País.

*A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* (2008) é um romance que se passa na segunda metade do século XIX e conta a história de Dom Benedito da Matta Prudente e família. No ano de 1853, os moradores da cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda, nome de fundação da capital de Angola – hoje, Luanda –, sofrem com um surto de severa moléstia sexual e, a partir desse fato, iniciam-se os dramas dos personagens. A história é inspirada num episódio histórico que abalou a sociedade luandense. Duas pequenas órfãs infectadas de gonorreia contaminaram respeitáveis cavalheiros, estremecendo a moral pública e deixando a administração em palpos de aranha, pois não havia sequer um asilo que pudesse acolhê-las. Os moradores de Luanda mobilizaram-se então numa inédita campanha de levantamento de fundos, que permitiu a construção do lar “Recolhimento Pio D. Pedro V” para órfãs desamparadas.

Contada em 112 páginas e 14 capítulos, a narrativa mescla passagens bem-humoradas e desencontros improváveis, tendo como pano de fundo a atmosfera da época, onde se destacava, de um lado, o descaramento dos vigaristas profissionais, sempre prontos a enganar incautos, e de outro a lamentação dos moradores com os péssimos serviços públicos, com sofrível coleta de lixo, deficiente fornecimento de energia elétrica e de água.

Se a doença venérea, a peste de bexigas e a escassez de água atingiram, de maneira impiedosa, alguns moradores; os males da alma foram, pouco a pouco, enfraquecendo outros. O olhar apurado de Fernando sobre as inquietações humanas deu a ele ferramentas imprescindíveis para a construção de sua obra.

O escritor equilibra relatos históricos com acontecimentos da ficção e confere fluidez à narrativa, escrita em português padrão. Sem abandonar as críticas ao comportamento dos cidadãos abastados de Luanda e seus respectivos representantes. Fernando insere documentos da época como forma de atestar as práticas oficiais da época.

Quando o nobre cavaleiro estacionou o coche maltratado pelo vermelho rude da poeira, estava o sol a pôr-se no horizonte, confirmando que o crepúsculo tinha meia batalha perdida na sua guerra de sempre contra o breu da noite africana. Nem mais nem menos que a hora crucial da transição melancólica de todos os dias, quando o silêncio inicia o seu percurso rumo ao apogeu e tem como único adversário o cantar entristecido das aves de má fama, corujas e mochos.

Ameaçava chuva, talvez mesmo um dilúvio bíblico, medida, a olho de bom avalista do clima, aquela dança guerreira de nuvens e céu carregados, mas a cidade parecia feliz e despreocupada no seu velho hábito de receber o manto da noite sem sinais de impaciência. Tudo rotinas inevitáveis apenas: o regresso sereno dos homens aos lares depois do desgaste de mais um dia, prontos para os compromissos em família, o jantar, as conversas, as notícias sobre o progresso e os desencantos da vida, os ritos da procriação, o descanso que prepara o novo ciclo a caminho. Do lado de fora, alguns poucos segredos a coberto da escuridão, como a cumplicidade dos labirintos e casarões de fundo falso, que se abrem aos passos acelerados do pecado. Sem dúvidas, um tempo bom para se contrair doenças venéreas!

## **2. *Os Panos Brancos*, de Maria Celestina Fernandes**

Maria Celestina Fernandes nasceu no Lubango, Angola, em 12 de setembro de 1945. É Assistente Social e licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Iniciou a carreira literária no início da década de oitenta, com a publicação de trabalhos no *Jornal de Angola* e no *Boletim da Organização da Mulher Angolana*. A autora é membro da União dos Escritores Angolanos e ficou conhecida por sua contribuição à literatura infanto-juvenil, tanto na poesia quanto na prosa.

Ao comentar o caminhar literário de Celestina, o premiado escritor angolano (nascido em Portugal) Luandino Vieira elogia suas histórias de cunho educativo, inventadas para entreter os filhos, mas com serventia para todas as crianças do mundo. Vivendo numa sociedade em que a regra geral era silenciar a voz da mulher e impedi-la de verbalizar seus desejos e paixões, a autora perseverou no exercício político da escrita com esse dom educativo.

O romance *Os Panos Brancos* não difere muito de outras obras que se valem do conteúdo histórico. Nele, o leitor encontrará fatos que marcaram drasticamente a vida do povo angolano, submetido ao governo português e ao

poderio dos grandes colonos, cujo enriquecimento se deu à custa do trabalho de homens, mulheres e crianças. O livro descreve a luta pela independência e a sede de poder dos próprios representantes dos movimentos libertários de Angola, fatos que resultaram em muitos anos de guerra civil.

Se a autora apresenta de maneira explícita tais acontecimentos, metaforicamente mostra o encantamento de uma menina, filha de um português e de uma negra, pelos panos brancos lavados pela mãe à beira do rio. Os panos contrastam vivamente com a cor negra da mãe e com o verde vivo do capim sobre o qual secavam e ficavam a corar ao sol. Vários elementos colaboram para essa possível leitura poética e reflexiva do livro. A água e as cores branca, negra e verde são alguns deles. Uma interpretação possível seria associá-los ao comportamento, aos sentimentos e a situações vividas pelos personagens.

Em alguns capítulos, os relatos históricos recebem maior destaque, deixando em segundo plano a movimentação e os dramas dos personagens. Essa é uma característica importante, embora minimize por vezes a trama. Na construção desse romance histórico predomina a narrativa em terceira pessoa e o cuidado com as estruturas sintáticas e a organização dos períodos. O léxico contém traços expressivos do substrato das línguas nacionais angolanas no português, combinados com os que compartilhamos em toda a comunidade lusófona.

– Kota, minha kota, deve ser desta forma carinhosa que os meus irmãos tratam hoje a mãe, se ela ainda estiver viva...

Essa ideia acudia frequentemente ao pensamento de Glorinha, a partir de determinada altura da sua vida. Na verdade, ela já não conseguia ter presente a imagem precisa da mãe, do padrasto e muito menos dos irmãos.

Glorinha tinha apenas seis anos quando foi entregue aos cuidados de uma boa senhora, que a levou para fazer dela uma menina civilizada.

– Vai m’bora mesmo minha filha, vai para não ficar matumba aqui no quimbo e ninguém te abusar um dia – assim falou a mamã Cambundo Muhongo, no momento em que confiava a garota.

O rompimento precoce do cordão umbilical com a família e o meio deixou em Glorinha marcas profundas, que acompanharam em permanência o rumo da sua vida; mais acentuadamente em Portugal, para onde foi levada aos dez anos de idade.

Estranhamente, mesmo após tantos anos decorridos sobre a sua já bem distante meninice, a rapariga recordava, com certa

precisão, alguns episódios vividos no curto espaço de tempo que lhe foi permitido permanecer na sanzala, em particular aqueles ligados ao rio, aonde se deslocava com a mãe, nomeadamente: a estreita e escorregadia ladeira de lama escura por onde as pessoas trilhavam cautelosamente em fila indiana; o capim alto, de manhã humedecido pelas gotas de orvalho, que ladeava o carreiro até ao rio; o rio propriamente, o sítio de trabalho da mãe, o local dos seus mais deliciosos sonhos da meninice e das divertidas brincadeiras com as outras crianças...

#### IV – CONCLUSÃO

Em Angola, a língua literária expressa-se predominantemente em português padrão, embora conte também com algumas obras em quimbundo. Em muitos romances, o texto do narrador segue o modelo lusitano, mas as línguas locais aparecem nos diálogos ou entranham-se nas estruturas do português.

Não ocorre esse fato no romance de Luís Fernando. Nele predomina o texto do narrador em terceira pessoa, e poucas são as falas de personagens. Já no romance de Maria Celestina, esse recurso é mais usual. Por exemplo, sua frase inicial é uma fala de Glorinha, cuja primeira palavra é “kota”<sup>7</sup>: – “Kota, minha kota, deve ser desta forma carinhosa que os meus irmãos tratam hoje a mãe, se ela ainda estiver viva...”

Como dissemos no início deste artigo, um dos objetivos de nossa pesquisa é descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes ao português brasileiro, europeu e angolano. Outro é introduzir a discussão do tema da “homogeneização” da língua portuguesa em países africanos. O estudo da linguagem praticada em *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* e em *Os Panos Brancos* nos leva a refletir sobre a presença do português prototípico, com traços locais que se manifestam em especial no léxico e na oralidade, construindo uma espécie de *candando*<sup>8</sup> entre as línguas. Pode-se concluir que, no *corpus* em análise, o português escrito contemporâneo de Angola contribui mais para a tese da unidade do que da diversidade da língua.

---

7- **cota**, subst 2g: 1. gíria “pai; mãe”; 2. gíria “pessoa considerada velha”, “o mais velho”. No português de Angola, escreve-se com K: kota. A palavra tem origem no quimbundo “dikota”, com o mesmo sentido.

8- **candando**, subst. masc.: 1. abraço; 2. abraço ritual trocado como saudação na passagem do ano. No português de Angola, escreve-se com C. A palavra tem origem no quimbundo “kandandu”, com o mesmo sentido.

## V - REFERÊNCIAS

- CUNHA, Celso Ferreira da. *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- FERNANDES, Maria Celestina. *Os Panos Brancos*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2012.
- FERNANDO, Luís. *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas*. Luanda: Nzila, 2008.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Geo-História do Português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
- HENRIQUES, Joana Gorjão. *O Racismo em Português: o lado esquecido do colonialismo*. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2017.
- HODGES, Tony. *Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais: Principia, 2002.
- MENÉNDEZ-PIDAL, Ramón. “El Español de Canarias”. In: *Presente y Futuro de la Lengua Española*. Madrid: Ed. Cultura Hispánica, 1964.
- PAGLIARO, Antonino. *A Vida do Sinal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PINTO, Edith Pimentel. *A Língua Escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- ROSSI, Nelson. “A Realidade Linguística Brasileira”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 22. 1980.
- PÁGINAS CONSULTADAS:
- <http://palavraearte.co.ao/proposta-de-mapeamento-linguistico-em-angola/>  
Acesso em 31/10/2019.
- <https://population.un.org/wpp/> Acesso em 02/11/2019.

# NA TELA DO CELULAR, A CRÔNICA DO SÉCULO XXI

DEONÍSIO DA SILVA (Da Academia Brasileira de Filologia, da Academia das Ciências de Lisboa e do Instituto da Palavra da Universidade Estácio de Sá)

## RESUMO:

Os primeiros cronistas da literatura brasileira foram viajantes. Os mais recentes são internautas. As primeiras manifestações literárias foram cartas e agora são postagens. Irão para o cânone?

Palavras-chave: Histórias curtas em celulares.

## ABSTRACT:

The first chroniclers of Brazilian literature were travelers. The most recent are netizens. The first literary manifestations were letters and are now postings. Will they go to the canon?

Keywords: Short stories on cell phones.

Muitos autores brasileiros mantêm colunas regulares na mídia, mas não são cronistas, embora sejam assim designados. Ou não são mais cronistas. Porque alguns deles, surgidos há algumas décadas ou lustros, deixaram de ser. E outros não eram cronistas nem quiseram tornar-se cronistas.

Cronistas como o foram os primeiros viajantes e os padres letrados nos primeiros séculos; ou Machado de Assis e outros cronistas com colunas semanais ou diárias no Século XIX; ou Rubem Braga, no Século XX, não surgiram neste nosso novo Século, que prima por rebaixar os padrões de qualidade em busca de parâmetros no mínimo controversos.

Assim, em nome de acolher a mulher, que passara de leitora a autora no Século XX – houve algumas antes, mas eram solitárias exceções – o texto de autoria feminina recebeu a designação de crônica para que escritoras como Rachel de Queiroz e Clarice Lispector fossem acolhidas em revistas e jornais como cronistas. Foi o caso da primeira na revista *O Cruzeiro* e da segunda no *Jornal do Brasil*. Das duas, a que chegou mais perto do gênero foi Rachel de Queiroz, e a que mais se afastou foi Clarice Lispector.

Rachel de Queiroz foi, sobretudo, romancista. Em suas crônicas, publicadas semanalmente durante décadas na revista *O Cruzeiro*, os pontos altos não parecem ser a concisão, a objetividade, a graça e a brevidade da

narrativa curta, qualidades marcantes do que entendemos por crônica. Sua referência solar em nossas letras é o abundante *Memorial de Maria Moura*, espalhado por múltiplas direções, embora sempre seja citado e abonado *O Quinze*, seu romance de estreia, marcado pelo frescor da narrativa juvenil ainda indisciplinada, mas curta.

Já Clarice Lispector, sem disciplina alguma na arte de narrar, mas dotada de poderosa intuição, não permite uma classificação que a designe como cronista, contista ou romancista. Ela é autora de textos que foram reunidos em livros demarcados com o subtítulo de romance, de contos ou de crônicas. Quem, pois, inventou que ela era romancista? Os mesmos que definiram ser romances *Macunaima*, de Mário de Andrade, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Às vezes, tal designação foi obra de uma pessoa só. *Macunaima* é indicado à leitura nos circuitos escolares como se fora um romance, mas, embora não seja propósito deste artigo curto combater tal imprecisa classificação, o certo é que não o é, nem conto é, apesar de seu autor dizer quase de blague que conto é tudo aquilo que o autor designe por conto. Ora, suas tramas não têm as características da narrativa mais longa e mais complexa que constituem um romance nem a concisão de uma história curta.

*Vidas Secas* foi designado romance, mas foi um conto que Graciliano Ramos alongou. Seus romances por excelência serão outros, como é o caso de *São Bernardo*, este, sim, um exemplo de narrativa que não pode ser confinada ao que chamamos conto, nem mesmo se considerarmos o conto do Século XIX, que, com as exceções de praxe, como o russo Tcheckóv e o francês Maupassant, são narrativas nem sempre de curta extensão. Alguns contos de Dostoiévski não são contos. São novelas ou pequenos romances, dadas as complexas sutilezas das personagens e o aprofundamento dos temas.

O escritor gaúcho Walter Galvani, que arrebatou o Prêmio Internacional *Casa de Las Américas* e é referência no gênero, ao lado de Liberato Vieira da Cunha, também mestre na arte de narrar com precisão e brevidade, tem uma definição bonita e poética para o gênero por meio de uma comparação.

Disse ele que o cronista é como a gaivota que mergulha no mar e volta com um peixe. Volta com um, apenas um peixe, e este seria o tema da crônica.

Já as crônicas de Liberato Vieira da Cunha, sempre muito cuidadoso com a sua ferramenta, a língua portuguesa, que domina com refinamento florentino, podem dar entrada ao panteão onde pontificam grandes cronistas brasileiros, como Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino, sem esquecer as crônicas de Cruz e Souza, que, pela fulgurante trajetória de sua

poesia, não tem ainda despertado a atenção devida para a beleza de seus textos em prosa.

Os leitores têm todo o direito de se perguntarem o que este autor entende por crônica, ele também um cronista, ou assim designado nos periódicos onde vem publicando suas crônicas desde há algumas décadas. Meu Deus, tudo faz muito tempo em minha vida.

Crônica, feminino de crônico, qualifica algo de longa duração, com o significado vinculado a “Cronos”, o tempo. De uma doença crônica, por exemplo, sabe-se que não será curta.

Em geral é apregoado que o tempo tem esta designação por causa do titã *Cronos*, o deus do tempo, um dos muitos deuses dos antigos gregos. Assim já o dissera Santo Isidoro de Sevilha, que viveu entre os Séculos VII e VI. O médico romano Célio Aureliano, que viveu no Século V, referiu-se a doenças de longa duração como *chronici morbi*.

Mas provavelmente outra a expressão foi o berço da palavra crônica tal como a utilizamos. Trata-se de *chronici libri*, título que o romano Aulo Gélcio (Séc.. I) escolheu para designar acontecimentos históricos por ele reunidos. No Século XV, Fernão Lopes designou *Crônicas* o que nos contou de Dom Pedro I, o Cru, o terrível amante de Inês de Castro, nossa velha conhecida de *Os Lusíadas*, feita rainha depois de morta.

Por fim, sob pena de sacrilégio com a palavra, não se pode designar cronistas esses autores que em profusão maltratam a língua portuguesa todos os dias, sob o pretexto de registrar usos e costumes. A crônica do Século XXI ainda não nasceu. Mas já está em trabalho de parto nas telas do celular. Recomendo que seus autores escrevam menos e leiam mais.

Na mídia brasileira são designados cronistas autores que realmente já o foram no passado e ainda ocupam o espaço habitual que ocupavam nos jornais no período de sua formação, que lhes moldou em muitos casos o estilo.

Outros não eram cronistas antes e não o são agora, embora a equivocada definição tenha permanecido. Eles não faziam crônicas antes e não as fazem agora, mas são chamados cronistas. A maioria usa o espaço para militância ideológica, embora às vezes com algum graça e estilo.

Os novos textos do mundo digital apresentam-se, assim, em duas grandes vertentes: autores que não levam em conta o meio utilizado para chegar aos leitores, como assim procederam os primeiros cronistas, que escreviam para as cortes ou para seus superiores da ordem no caso dos religiosos, sem ainda a influência devastadora do invento de Gutenberg, privilegiando, pois,

o manuscrito; e autores cômicos de que textos publicados para serem lidos na tela de computadores, *tablets*, *smartphones* e celulares, precisam de outro estilo, outro formato, alteração do vocabulário e da sintaxe (frases mais curtas, por exemplo).

Um mundo velho se vai, um novo mundo está nascendo na crônica. Desta confusão, que é geral, vai nascer outro tipo de cronista. Mas qual será? Não sabemos. Ele está em formação, mas é muito provável que a crônica e os cronistas estejam migrando para a tela do celular.

Esses novos autores ainda não formaram um movimento nem sequer um gênero novo, mas já escrevem de outro modo e têm perfil bem diferente daqueles escritores referenciais da crônica até agora.

É provável que internautas de lastro intelectual mais relevante e sólida formação, sobretudo em língua portuguesa, dotados de talento para escrever, sejam os novos cronistas ora em trabalho de parto.

Muitos daqueles que poderiam ser seus mestres, conhecidos por cronistas no meio jornalístico, frequentemente cometem crimes de lesa-língua em textos chamados indevidamente crônicas.

Os textos que escrevem não são crônicas e eles não são cronistas. Aguardemos o parto de novos cronistas. (xx)

# O EXAME NACIONAL DOS CURSOS SUPERIORES NO BRASIL (ENADE): DAS ORIGENS AOS DIAS DE HOJE

Gisele de Menezes Surcin(UERJ)

## RESUMO:

Este artigo tem por objetivo oferecer uma visão geral do histórico de avaliações de ensino superior no Brasil, desde a primeira, que se iniciou pela pós-graduação, passando pelo antigo Exame Nacional de Cursos até o atual Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), incluindo-se ao longo do texto recortes das leis e dos decretos que fizeram parte desse histórico e permitiram a aplicação de avaliações em âmbito nacional.

**Palavras-chave:** avaliação, Letras, ENADE.

## ABSTRACT:

This article aims to provide an overview of the history of higher education assessments in Brazil, from the first, which began at the postgraduate level, through the former National Course Exam to the current National Student Performance Exam (ENADE), including throughout the text, law and decrees clippings that were part of this history and allowed the application of assessments nationwide.

**Keywords:** assessment, Language, ENADE.

A avaliação do processo de aprendizagem escolar surge da necessidade de se diagnosticar se os objetivos estabelecidos previamente foram alcançados. Para o alcance desses objetivos, atividades, métodos, instrumentos, procedimentos, recursos e técnicas são postos em prática; pois, conforme afirma Marques (1976 apud SANT'ANNA, 2011, p. 29), avaliar “é um processo contínuo, sistemático, compreensivo, comparativo, cumulativo, informativo e global, que permite avaliar o conhecimento do aluno”. A avaliação não está limitada ao professor, visto que também podem determinar processos e objetivos a própria instituição e o Estado – por meio de legislações e parâmetros curriculares –, e também não está limitada a focar no aluno, porquanto as próprias instituições também podem ser avaliadas por agentes externos. É notório, portanto, que avaliações são compostas de esferas micro e macro, e sobre a esfera macro este artigo se atém à avaliação extrainstitucional – especialmente no contexto dos cursos de graduação –, a qual se propõe, comumente, de acordo com Coelho (2008, p. 230), a focar “no rendimento do

aluno e no desempenho dos sistemas de ensino”.

Inúmeras pesquisas na área pedagógica analisam os sistemas avaliativos no país, com o propósito de se verificar a eficácia dos modelos vigentes. Não obstante surgirem muitas críticas negativas com relação a esses modelos no intuito de se aperfeiçoarem os métodos, para Sant’Anna (idem, p. 7):

a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional.

No que concerne aos cursos de graduação, historicamente no Brasil, o primeiro exame que avaliou instituições de educação superior (IES), de forma unificada, foi aplicado em 1996 aos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil; em 1997 mais três cursos foram avaliados (Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia) e, somente em 1998, o curso de Letras passou a constar do rol das avaliações. O marco legal para o início desse sistema foi a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 4.024 (primeira versão da lei de diretrizes e bases da educação), de 20 de dezembro de 1961, e determina que sejam realizadas avaliações periódicas dos cursos de graduação:

Art. 3º Com vistas ao disposto na letra e do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, com a redação dada pela presente Lei, o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o caput incluirão, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.

§ 2º O Ministério da Educação e do Desporto divulgará, anualmente, o resultado das avaliações referidas no caput deste artigo, inclusive dos exames previstos no parágrafo anterior, informando o desempenho de cada curso, sem identificar nominalmente os alunos avaliados.

§ 3º A realização de exame referido no § 1º deste artigo é condição prévia para obtenção do diploma, mas constará do histórico escolar de cada aluno apenas o registro da data em que a ele se submeteu.

§ 4º Os resultados individuais obtidos pelos alunos examinados não serão computados para sua aprovação, mas constarão de documento

específico, emitido pelo Ministério da Educação e do Desporto, a ser fornecido exclusivamente a cada aluno.

§ 5º A divulgação dos resultados dos exames, para fins diversos do instituído neste artigo, implicará responsabilidade para o agente, na forma da legislação pertinente.

§ 6º O aluno poderá, sempre que julgar conveniente, submeter-se a novo exame, nos anos subsequentes, fazendo jus a novo documento específico.

§ 7º A introdução dos exames nacionais, como um dos procedimentos para avaliação dos cursos de graduação, será efetuada gradativamente, a partir do ano seguinte à publicação da presente Lei, cabendo ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto determinar os cursos a serem avaliados.

Art. 4º Os resultados das avaliações referidas no § 1º do art. 2º serão, também, utilizados pelo Ministério da Educação e do Desporto para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente as que visem a elevação da qualificação dos docentes.

Paralelamente, há, no Brasil, um exame individual de avaliação profissional: a prova aplicada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), obrigatória desde 1994 como requisito para que o bacharel em Direito possa advogar; no entanto, não cumpre o propósito das avaliações unificadas, porquanto não avalia os discentes do curso de graduação nem as instituições, mas sim cumpre pré-requisito para licenciar o bacharel a tornar-se advogado, visto que todo advogado é bacharel em Direito, mas nem todo bacharel em Direito é advogado. Para comprovar essas informações, é válido citar os bacharéis que não têm a licença da OAB e, portanto, não podem advogar, mas podem exercer algumas outras atividades relacionadas à área, como prestar consultoria e realizar diversos concursos públicos na área de formação. Consequentemente, nem todos os profissionais são avaliados pela Ordem, comprovando que esse exame não cumpre o propósito de se verificar o processo ensino-aprendizagem de forma global, não se caracterizando como um modelo suficiente para oferecer alternativas de melhorias para o ensino da profissão, visto que serve única e exclusivamente para um determinado propósito e para um determinado alvo – somente o aluno já graduado e interessado na licença – excluindo-se, portanto, a avaliação institucional, a qual visa:

à melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das

instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.. (LEI 10.861, de 14 de abril de 2004)

Para especificar o processo avaliativo determinado pelo artigo 3º da Lei nº 9131, foi criado o Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, que estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Sobre os cursos de pós-graduação, vale dizer que anteriormente à Lei nº 9.131 já existia, desde a década de 70, a avaliação desses cursos pela CAPES, que tornou o Brasil o primeiro país da América Latina a avaliar cursos de ensino superior e que se tornou uma Fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) nos anos 1990.

O Decreto nº 2026 criou o ENC, com o intuito de acompanhar a qualidade do ensino superior no país, conforme o artigo primeiro:

Art. 1º. O processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá os seguintes procedimentos:

I - análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino;

II - avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

III - avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos;

IV - avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento.

O Decreto, em seu artigo sétimo, mantém sob a CAPES a coordenação dos cursos de mestrado e doutorado e, sobre os cursos de graduação, também cita os indicadores de desempenho global – por exemplo, “taxas de evasão e de produtividade”, “índices de qualificação do corpo docente” e “despesas públicas por aluno no ensino superior público” –, os aspectos para a avaliação individual das instituições de ensino superior – como a administração acadêmica e a produção científica, cultural e tecnológica – e a análise das condições de oferta pelas instituições, descrita no artigo sexto:

Art. 6º. Para a avaliação dos cursos de graduação, a análise das condições de oferta pelas instituições de ensino superior, referida no inciso III do

art. 1º, considerará:

- I - a organização didático-pedagógica;
- II - a adequação das instalações físicas em geral;
- III - a adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo;
- IV - a qualificação do corpo docente;
- V - as bibliotecas com atenção para o acervo bibliográfico, inclusive livros e periódicos, regime de funcionamento, modernização dos serviços e adequação ambiental.

Até o ano de 2003, em meio a muitas críticas, mais de 20 cursos haviam entrado na avaliação do “Provão” – nome pelo qual ficou vulgarmente conhecido o ENC. O exame era aplicado a todos os alunos que estavam em final de curso; cada aluno recebia uma nota individual e tirava-se a média das notas, a qual era conferida como média (variando de A a E) da instituição, e a que recebesse três notas D ou E consecutivas teria que iniciar o processo de renovação e reconhecimento do curso.

Há de se levar em conta que, ao longo desses anos de aplicação do ENC, as notas baixas nem sempre eram consequência do mau desempenho dos alunos, mas por vezes do boicote – intensamente divulgado pelas mídias jornalísticas – por parte dos discentes, que alegavam variados motivos, como crítica ao exame e pressão psicológica por parte de professores e das próprias instituições. O boicote acendeu mais ainda as discussões, inclusive acadêmicas, em torno da validade do exame; mas, em um país com cerca de 2448<sup>1</sup> IES, dentre públicas e privadas, haver algum tipo de avaliação se faz necessário, e adequar as avaliações, chegando-se a um nível de excelência, também se faz necessário, assim como preconiza a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, em seu artigo nono:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

- I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
- III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o

---

1- O dado consta do último Censo da Educação Superior publicado até o momento, realizado pelo INEP, em 2017.

ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV- A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior

Logo após a eleição do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma comissão foi formada para debater alterações no sistema de avaliação até então vigente, visto que o ENC já era pauta durante a campanha presidencial; o resultado foi a aprovação da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. De iniciativa, à época, do Ministro da Educação, Tarso Genro, a Lei, que inclusive revogou os artigos terceiro e quarto da Lei nº 9.131 de 1995, em seu artigo quinto cria o ENADE:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de

## Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme

estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

No artigo oitavo, a responsabilidade pelas avaliações continua sendo do INEP e, ao longo do texto da Lei, institui-se a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), definem-se penalidades contra as instituições que não cumprirem um protocolo de compromisso após resultado insatisfatório e outorga-se às instituições avaliadas a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação.

Com a lei instituída, o ENADE é posto em prática pela primeira vez no mesmo ano (2004), acarretando duas principais mudanças, conforme texto da lei, em relação ao sistema anterior: o exame passa a ser aplicado ao final do primeiro e do último ano de curso e avalia-se, no máximo, trienalmente cada curso. A primeira mudança citada foi impactante, pois, ao contrário do ENC, são avaliados tanto os estudantes ingressantes quanto os concluintes, expondo resultados mais reais e satisfatórios sobre a qualidade do curso, aproximando-se mais de um sistema avaliativo que, pedagogicamente, mensura a qualidade das diversas instituições do país.

Quanto ao conteúdo do exame, O ENADE mantém a estrutura anteriormente aplicada: o estudante realiza o teste e dois questionários – um de percepção da prova, com o intuito de verificar a avaliação do estudante em relação ao conteúdo cobrado, e outro sobre seu perfil socioeconômico (de caráter não obrigatório e em caderno separado).

Além dessas informações, é importante ressaltar que, conforme afirmam Bertolin e Marcon (2007, p.2):

em certa medida, os exames se tornaram referência para a elaboração de projetos pedagógicos dos cursos, ou seja, os conteúdos abordados pelos exames se transformaram em “quase diretrizes” curriculares para muitas instituições. Além disso, o próprio governo transformou o ENADE num instrumento de medição da qualidade dos cursos e instituições da Educação Superior brasileira no momento em que vinculou desempenhos mínimos para firmar convênios com instituições, tais como PROUNI e FIES, para possibilitar acesso à base de dados científica ou para disponibilizar recursos do BNDES.

Por conseguinte, o ENADE transformou-se em um parâmetro para além do propósito inicial, alterando – a depender do olhar acadêmico, positiva ou negativamente – o processo avaliativo anteriormente vigente e conferindo aos

curso de graduação novas perspectivas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. **Estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dez. de 1961

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. **Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1995.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dez. de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação Superior – SINAES e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

BERTOLIN, Júlio C. G.; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira: das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. In: **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00105.pdf>>.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. In: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a05>>.

MARQUES, J. C. (1976). **A aula como processo**. Porto Alegre: Globo, 222p. apud SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

# O “R” CAIPIRA: UM ENIGMA

Elizabeth Aparecida Hautz (UERJ)

## RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo fazer uma abordagem sobre o fenômeno linguístico referente ao “R” retroflexo, vulgarmente conhecido como “R” caipira e algumas hipóteses quanto a sua origem. O “R” caipira ou retroflexo é considerado por muitos a principal marca distintiva do que chamamos de dialeto caipira que, segundo os estudos de Amaral (1920), corresponde à variação linguística presente no interior de São Paulo, notadamente na região do Alto Tietê. Conforme outros autores como Ribeiro (2016) tal fenômeno se estende por todo sul de Minas e de Mato Grosso, Norte do Paraná e interior de São Paulo. Há diversas teorias acerca da origem do “R” retroflexo no território brasileiro, entretanto, nenhuma das hipóteses encontra-se totalmente comprovada. Apresentaremos algumas hipóteses existentes até o momento, como a que aponta tal fenômeno como herança do tupi-guarani ou ainda da língua autóctone Macro-jê, conforme apontado por Almeida (2001). Trata-se de um fenômeno de significativa relevância que se estende por boa parte da região centro-sul do país e que é visto como um traço distintivo do dialeto caipira, dialeto este que se mantém vivo e bastante cristalizado, ao contrário das hipóteses que previam sua extinção.

**Palavras-chave:** “R” retroflexo, origens, dialeto caipira.

The “hick” R: this enigma

## ABSTRACT:

This article aims to approach the linguistic phenomenon referring to the retroflex “R”, commonly known as “hick” R and some hypotheses about its origin. The “hick” or retroflex “R” is considered by many studies as the main distinguishing mark of what we call the “hick” dialect which, according to Amaral’s studies (1920), corresponds to the variation present in the countryside of São Paulo, especially in the Alto Tietê region. According to others authors such as Ribeiro (2016) this phenomenon extends throughout the south of Minas and Mato Grosso, Northern Paraná and the countryside of São Paulo. There are several theories about the origin of the retroflex “R” in the Brazilian territory, however, none of the hypotheses is fully proven. We will present some hypotheses existing so far, such as the one that points to such phenomenon inherited from the Tupi-Guarani or from the native language Macro-jê, as pointed out by Almeida (2001). It is a phenomenon of significant relevance that extends for much of the south-central region of

the country and which is seen as a distinctive feature of the hick dialect. The “hick” dialect remains alive and quite crystallized, contrary to the hypotheses that predicted its extinction.

Key words: Retroflex “R”. Origins. “Hick” dialect

## 1. Introdução

O dialeto caipira corresponde ao falar ou variação linguística observados sobretudo no interior de São Paulo, sul de Minas e de Mato Grosso e norte do Paraná. Amadeu Amaral (1920) dedicou-se a seu estudo conforme podemos verificar logo na introdução de sua obra “O Dialeto Caipira”, Tivemos, até cerca de vinte e cinco anos atrás, um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar caipira – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. (AMARAL, 1920, p. 01)

Dentre as várias características do dialeto caipira levantadas por Amaral, o autor nos apresenta uma descrição detalhada do chamado “R” caipira,

O r inter e post-vocálico (arara, carta) possui um valor peculiar: é linguo-palatal e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este r caipira assemelha-se bastante ao r inglês post-vocálico. É, muito provavelmente, o mesmo r brando dos autóctones. Estes não possuíam o rr forte ou vibrante, sendo de notar que com o modo de produção acima descrito é impossível obter a vibração desse último fonema. (1920, p.05)

Associar o R caipira exclusivamente ao falar do interior do Estado de São Paulo, entretanto, é um equívoco geográfico e histórico, pois embora o R retroflexo seja uma marca do falar do “matuto” paulista, estudos linguísticos identificaram que tal variante seguia as rotas dos bandeirantes paulistas em busca de ouro, sendo encontrada em cidades de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná de oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Assim, conforme aponta Melo:

Tal r é característico do Norte de São Paulo e Sul de Minas, e nele se transforma sistematicamente o -l final de sílaba. Quem já viajou por aquelas bandas sabe

que, basta transpor-se a Mantiqueira, aparecem meninos vendendo “paster de carne”, com o seu errezinho particular. Esta consonância aproxima-se bastante do r final de sílaba americano, que figura por exemplo em form, porém é mais intenso. Está para o r inglês como o nosso r inicial está para o j espanhol ou ch alemão. (MELO, 1975, P. 106)

Entretanto, ainda que o R caipira pareça seguir a trilha dos bandeirantes, tal fato serve mais como explicação para sua disseminação e não necessariamente para sua origem. De fato, existem diferentes hipóteses explicativas para a origem desse fenômeno linguístico, como veremos a seguir.

## 2. Algumas considerações fonológicas sobre o /r/ retroflexo

Os sons de /r/ - ou róticos (forma aportuguesada do inglês “rhotics”) não podem ser identificados através de características articulatórias comuns, mas por outros fatores, como sinal ortográfico utilizado ou, mais frequentemente, pela posição que ocupam nas estruturas silábicas de diferentes línguas (cf. Ladefoged & Maddieson, 1996, *apud* Lindau, 1985).

Embora a ocorrência do retroflexo seja mencionada em vários trabalhos sobre os róticos no Brasil, esse som até o momento, ainda não teve uma descrição fonético-acústica específica que o relacionasse com o contexto vocálico adjacente e posição na palavra, ou ainda submetendo medidas de formantes e de duração a testes estatísticos; tampouco temos uma representação fonológica abrangente para o retroflexo do Português Brasileiro.

Uma das primeiras tentativas de caracterização acústica dos sons do /r/ retroflexo foi feita por Lehiste (1962). Através de dados obtidos de informantes naturais de Estados do meio-oeste norte-americano, a autora pôde observar o comportamento do /r/ nas posições inicial, medial e final.

Com relação ao /r/ inicial, a autora sugere que a vogal seguinte tem certa influência sobre o mesmo. No caso dos alofones de /r/ finais, Lehiste pôde verificar uma certa dependência das vogais que o precedem: Parece que um /a/ precedente causa a ocorrência de um primeiro e terceiro formantes relativamente altos no alofone de /r/ seguinte; o núcleo silábico que ocorre nas palavras como war, lore e pour é seguido de um alofone de /r/ com o segundo formante abaixado.<sup>18</sup> (Lehiste, 1962:61).

Com referência aos sons de /r/ que precedem sufixos derivacionais, percebeu-se que no momento em que o /r/ torna-se intervocálico pela presença

do sufixo – *er*, como observado em *bearer*, *borer*, *dearer*, parece assumir as características de um /r/ inicial. A autora sugere que os róticos podem participar de processos fônicos que têm condicionamento gramatical.

Cabe salientar que esse fenômeno também é percebido no português brasileiro com a questão fônica do infinitivo verbal ao receber sufixos derivacionais conforme apontado por Callou, Moraes e Leite (1998).

Tanto Lindau (1985) quanto Silva (2002) observaram fenômenos parecidos no comportamento dos róticos em línguas diferentes em épocas diferentes e tais estudos parecem dialogar progressivamente.

Para o fenômeno em questão, como parte do dialeto “caipira”, não há, até o momento, teorias satisfatórias que expliquem com exatidão o porquê de suas ocorrências. Ao caráter retroflexo do /r/, já foram atribuídas diversas possibilidades de origem e diferentes realizações na mesma área ou no mesmo contexto.

### 3. Origem do R retroflexo

O fator fonético apresenta-se essencial na compreensão do /r/ descrito por Amaral (1920), como “/r/ caipira”, visto como diferente do pronunciado em outras regiões do país. Há diversas hipóteses acerca da origem do R retroflexo, principalmente com relação a outras línguas, enquanto outras remetem-se à explicações geográficas ou sócio históricas.

O polimorfismo do fonema /r/ no português brasileiro é alto e, conseqüentemente, gera uma extensa gama de variantes, algo bastante peculiar nesse fonema. Não há, até o momento, teorias satisfatórias que expliquem com precisão esse fenômeno. Várias possibilidades de origem já foram sustentadas bem como diferentes realizações na mesma área ou no mesmo contexto.

Conforme Almeida (2001), os autóctones brasileiros não pronunciavam o /r/ forte ou vibrante e a interação entre colonizadores e indígenas produziu um bilinguismo luso-tupi, a chamada “língua geral”, amplamente falada em SP até meados do século XVII. Essa língua possuía uma base originária do tronco tupi que começou a apresentar retroflexidade pós-vocálica. Posteriormente, essa influência sobre a língua dos colonizadores foi acentuada pelas línguas trazidas pelos africanos escravizados que também acabaram por contribuir com a formação do dialeto caipira.

Com relação ao R retroflexo e a possível influência indígena na sua formação, Silva Neto (1960) assim se referiu:

Há ainda outro fato que nos parece digno de atenção. É a existência, nas mesmas áreas caipiras, de um fonema que ainda não apareceu no sistema consonântico português. Trata-se de um r inter e post-vocálico (arara, carta)

de natureza linguo-palatal e guturalizado.

As pessoas já o ouviram descreverem-lhe a pronúncia como realizada entre o r e o l. Assim Alves de Camargo soa qualquer coisa como Arlves de Camarlgo. É curioso comparar isso com o que Ebreinreich (citado a outro propósito por Mattoso Câmara no seu estudo *Alguns radicais JÊ*, 1959 pág. 9) diz do r indígena: r ist der in den meisten südamerikanischen Sprachen sich findende Mittellaut Zwischen r und l. (SILVA NETO, 1960, p. 74-75)

Encontra-se aqui uma frequente controvérsia acerca da origem do r retroflexo entre os estudiosos: se tal fenômeno se deve à herança linguística derivada do ramo tupi ou do ramo macro-jê. Argumenta-se que esse r caipira ou r retroflexo seja herança das nações falantes do grupo macro-jê, tais como Ori, Ofauyê e Kaingang e que essas línguas possuem sons estranhos às línguas pertencentes à família tupi. Entretanto, estudiosos ainda enfatizam a influência direta do tupi-guarani visto ter sido esse o principal substrato da Língua Geral.

### 3.1. O tupi-guarani e a Língua geral

Nos séculos iniciais da colonização portuguesa no Brasil, a língua dos índios Tupinambás (pertencente ao tronco linguístico tupi-guarani) era falada em grande parte do litoral brasileiro.

Em meados do século XVI, esse idioma passou a ser aprendido pelos exploradores e colonos portugueses. Paulatinamente, o uso dessa língua, chamada de Brasília, intensificou-se e generalizou-se ao ponto de ser falada por quase toda a população do período colonial brasileiro.

Conforme ressaltado por Métraux :

Tupinambá. – Esse nome é aplicado aqui a todos os Índios, falantes de um dialeto Tupi-Guarani, que, no século XVI, foram os senhores da costa do Brasil, desde a foz do Rio Amazonas, até Cananéia, no sul do estado de São Paulo. Embora lingüística e culturalmente relacionados de maneira muito próxima, esse Índios eram divididos em muitas tribos, que empreendiam guerras desumanas umas contra as outras. À maior parte desses grupos foram dados nomes diferentes pelos colonizadores Portugueses e Franceses, mas o termo Tupinambá foi aplicado a tribos de regiões largamente separadas, como Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. Por serem essas as tribos melhor conhecidas, nós vamos, por conveniência, aplicar a todas elas o termo Tupinambá.(MÉTRAUX, 1948, p.95)

Adicionalmente, os jesuítas incorporaram essa língua como instrumento de catequização das populações indígenas sob sua influência. O padre jesuíta José de Anchieta, inclusive, elaborou uma gramática (*Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*), publicada em 1595. Em 1618, seguiu-se a publicação do primeiro Catecismo na Língua Brasileira e, em 1621, um manuscrito com o dicionário dos jesuítas, um vocabulário na Língua Brasileira.

Em meados do século XVII, essa língua, já bastante modificada pelo uso cotidiano de índios catequizados e não-índios, passou a ser conhecida por Língua Geral.

Havia dois ramos da Língua Geral no Brasil-colônia: a paulista e a amazônica; entretanto, foi a primeira que marcou profundamente o vocabulário popular do português brasileiro ainda de uso corrente e que produz a falsa impressão de que a língua dos índios era apenas o tupi.

Com exceção do litoral, logo após o início da colonização, essas duas línguas de origem indígena, chamadas de línguas gerais, exerceram papéis de grande importância não apenas em termos demográficos, mas em termos das relações que estabeleceram, visto que os portugueses faziam uso delas nos espaços extra oficiais, utilizando-as em suas relações sociais.

Assim, houve a formação da Língua Geral Paulista, surgida em um contexto de intensa miscigenação entre homens portugueses e mulheres indígenas, incentivados pela prática cultural dessas tribos que consistia em dar a um estranho, como esposa, uma jovem da tribo: A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. (RIBEIRO, 2004, p. 81).

Na verdade, a Língua Geral Paulista se originou da língua dos índios Tupi da Capitânia de São Vicente e do alto rio Tietê, e era ligeiramente diferente da língua dos Tupinambás e, no século XVII, era falada pelos bandeirantes paulistas.

Foi através das Entradas e Bandeiras paulistas que a Língua Geral Paulista penetrou em áreas jamais alcançadas pelos índios tupi-guarani, interiorizando-se e não mais se restringindo ao litoral brasileiro.

Embora boa parte do vulgarmente conhecido dialeto caipira seja fruto da influência do Tupi-guarani; estudiosos têm apontado que algumas peculiaridades, inclusive fonológicas, desse dialeto são fruto da influência de outro tronco linguístico dos autóctones brasileiros que habitavam as regiões

interiores do território e que falavam línguas derivadas não do tupi-guarani mas sim do tronco macro-jê.

De acordo com os estudos linguísticos atuais, em especial a classificação feita por Rodrigues (1986), as línguas indígenas brasileiras pertencem a dois grandes trocos: o Tupi-guarani e o Macro-jê, além de 19 famílias linguísticas e famílias de uma única língua, também denominadas “línguas isoladas”.

Cabe ressaltar que poucas línguas indígenas no Brasil foram estudadas extensamente e em profundidade e o conhecimento acerca delas encontra-se ainda em construção e constante revisão.

### 3.2. Resquícios de uma língua de um povo exterminado

No oeste do que hoje é o estado de São Paulo, no período colonial, viviam indígenas das etnias Oti, Ofalê e Kaingang que falavam uma língua do ramo macro-jê. Os Otis e os Ofalês eram vulgarmente chamados também de Xavantes.

Infelizmente, em meados do século XIX, esses povos estavam já praticamente extintos. Entretanto, graças ao trabalho dos indigenistas Curt Nimuendajú e Telêmaco Borba, foi possível o registro, mesmo que escasso, de traços da cultura e da língua desses povos.

Borba (1908), recolheu várias palavras do grupo Oti, em 1878, e identificou algumas peculiaridades do idioma falado por essa etnia. Os Otis, assim como outros povos pertencentes ao grupo jê, possuíam sons que os grupos de língua tupi não tinham, como o /r/ forte que Borba identificou como bastante gutural: o /r/ retroflexo, posteriormente descrito detalhadamente por Amadeu Amaral, conforme exposto anteriormente, em sua obra *O Dialeto Caipira*.

Essa observação de Borba é de extrema relevância pois evidencia uma das possíveis origens do famoso /r/ paulista, também chamado de /r/ caipira, visto que o mesmo foi identificado nas línguas faladas pelos grupos Oti, Ofalê e Kaingang:

Ha sido opinião quasi geral dos escriptores que têm tratado das línguas dos nossos selvagens, que nellas faltam varias letras do nosso alfabeto, e entre elas o *r* forte, o *l* e o *z*; eu também até poucos annos, segui essa opinião; mas, em 1878, tendo tido occasião de tratar com alguns selvagens da nação *Chavante*, que demoram nos Campos-novos da Província de S.Paulo, comarca de Botucatú, fiquei convencido de que aquella falta de letras não era tão geral como até aqui se acreditava, e que pelo menos na língua *Chavante* existem o *l*, o *r* forte e um *z* como o *th* inglez: é verdade que esta língua discorda completamente da língua geral de nossos selvagens; os *Chavantes*, até no

physico, nada se parecem com as outras nações de índios que conheço. Para facilitar algum estudo ethnographico, que por ventura alguém queira emprender, junto a esta *notícia*, mais este pequeno vocabulário da língua *Caiguá* (que é a mesma *Guarani*, com pouca diferença) e *Chavante*. Nesta, o *r* forte é muito gutural, o *J* sôa como no hespanhol e o *th* como no inglez. (BORBA, 1908, p. 72)

Conforme pode-se depreender do excerto acima, embora boa parte da Língua Geral Paulista ter sofrido influência dos dialetos de origem tupi-guarani, o processo de infiltração dessa língua no interior remoto do país levou a situações de contato e influências recíprocas com outros dialetos indígenas locais pertencentes ao tronco macro-jê,

Pesquisas indicam que há grande probabilidade de que o /r/ retroflexo seja muito mais uma herança do tronco jê do que do tronco tupi o que explicaria sua predominância nas regiões não litorâneas e mais ao centro sul do território brasileiro.

#### 4. Conclusão

Como dito anteriormente, o /r/ retroflexo parece ser a principal marca distintiva do chamado dialeto caipira, especialmente a modalidade encontrada no interior de São Paulo, sudoeste de Minas Gerais e norte do Paraná além de partes do Mato Grosso e Goiás. Alguns estudiosos chegam a insinuar que o /r/ caipira é invenção brasileira além de ser o principal traço distintivo entre o português brasileiro e o português europeu.

Cabe ressaltar que os róticos estão presentes em aproximadamente 75% das línguas do mundo e destas, 18% possuem mais de um som de /r/, como é o caso do português brasileiro (cf. Maddieson, 1984, *apud* Lindau, 1985).

Até o momento, a origem do /r/ retroflexo ou “caipira” permanece desconhecida embora haja várias suposições e hipóteses ainda não totalmente confirmadas.

A maioria das pesquisas e trabalhos acerca do assunto têm apontado a herança indígena como uma possível fonte desse fenômeno linguístico entretanto, autores divergem quanto de quais ramos linguísticos o /r/ “caipira” poderia ter se derivado: se do tronco tupi-guarani ou macro-jê.

Sabe-se que o tupi-guarani foi o substrato da Língua Geral falada na colônia desde os primórdios da colonização até meados do século XVIII e que esta era a língua franca utilizada tanto pelos indígenas de diferentes etnias quanto pelos colonos portugueses e pelos exploradores paulistas que

lideravam as bandeiras que adentraram os rincões do interior do centro sul brasileiro.

Embora boa parte do vocabulário popular do português brasileiro tenha sofrido grande influência do tupi-guarani que era o substrato da Língua geral dominante, estudos recentes têm convergido para hipótese de que, no caso em especial do /r/ retroflexo, a origem de tal fenômeno teria sido a herança fonética dos dialetos pertencentes ao tronco macro-jê falados pelos índios dessa etnia que habitavam as regiões não litorâneas onde predominavam os indígenas de língua tupi. Tal hipótese se assenta no fato de que, segundo alguns indigenistas e filólogos, o /r/ retroflexo gutural se apresenta como um som característico de dialetos macro-jê como observado nas línguas faladas pelas etnias Oti, Kaingang, Ofalê, dentre outras.

Como boa parte das línguas indígenas brasileiras ainda foram pouco estudadas em profundidade e muitas etnias foram extintas ou desaparecem sem haver registros dos respectivos dialetos, a maioria das hipóteses carece de comprovação e a origem do /r/ caipira permanece ainda um enigma a ser desvendado pelas pesquisas e estudos futuros.

## 5. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. M. S. *Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado. USP.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3. Ed. São Paulo: Hucitec – SCET – CEC, 1976 [1920].
- BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena no Paraná*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- CALLOU, D.; MORAES, J. & LEITE, Y. *A realização das consoantes pós vocálicas no português do Brasil*, in Gramática do Português Falado. Campinas: Editora da unicamp, 1998.
- LEHISTE, I. *Acoustical characteristics of selected English consonants*. The Hague: Mouton, 1962: 51-115.
- LINDAU, M. *The story of /r/*, in Victoria Fromkin (org), V. *Phonetic Linguistics: Essays in Honor of Peter Ladefoged* (edited by Victoria Fromkin). New York: Academic Press, 1985, pp. 157-168.
- MELO, Gladistone C. *A língua do Brasil*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- MÉTRAUX, Alfred. The Tupinamba. In: STWEARD, Julian (Org.). *Handbook of south american indians*. Washington: Government printing office, 1984. P. 95-139.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Textos indigenistas*. São Paulo: Loyola, 1982.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- RODRIGUES, Ayron Dall’Igna. *Línguas brasileiras – para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Edições Loyola, 1986.
- SILVA, A. H. P. *As fronteiras entre fonética e fonologia e a alofonia dos róticos iniciais em PB: dados de dois informantes do sul do país*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2002.
- SILVA NETO, S. da. *Um traço de pronúncia caipira*. In: *Língua, cultura e civilização; estudos de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

# **DISCURSO DE LUIZA LEITE BRUNO LOBO POR OCASIÃO DA RECEPÇÃO DO TÍTULO DE CIDADÃ MARANHENSE NA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 11 HORAS - Texto integral**

## **RESUMO:**

Este discurso se propõe a citar momentos expressivos de minha carreira literária e enumerar os itens que pesquisei e publiquei relativos à literatura e à cultura da província do Maranhão, no século XIX, em que estes aspectos se destacam, durante o Romantismo, em especial com as obras do poeta Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade, e Maria Firmina dos Reis, primeira romancista mulher brasileira, com *Úrsula* (1859), escritora afrodescendente e abolicionista. O discurso enaltece seus intelectuais e políticos que me apoiaram, e a linda natureza de São Luís.

## **SUMMARY**

This speech summarizes my career and quotes some of the topics that I researched and published in connection with the literature and culture of the State (then province) of Maranhão. It stood out during the 19<sup>th</sup> Century and Romanticism with authors such as the poet Joaquim de Sousa Andrade, known as Sousândrade, and Maria Firmina dos Reis, the first woman novelist in Brazil, with *Úrsula*(1859), also an abolitionist and an Afro-Brazilian. This speech praises intellectuals and politicians that supported me, and São Luís do Maranhão's beautiful landscape.

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Deputado Othelino Neto, em cujo nome cumprimento a todos os membros da mesa diretora desta casa.

Excelentíssimas senhoras e excelentíssimos senhores deputados, com quem tenho a honra de compartilhar esse momento tão significativo para minha vida profissional e pessoal. Em especial, o senhor Wellington do Curso, que indicou meu nome para este título tão prestigioso de cidadã maranhense.

Senhoras e Senhores aqui presentes, Senhores componentes da mesa.

Agradeço em especial a presença do advogado Daniel Blume, meu colega no Pen Clube do Brasil, que tanto contribuiu para minha viagem.

Agradeço também a presença da professora Ceres Costa Fernandes, que, através dos anos, tem demonstrado sua profunda amizade, e de quem acentuo a contribuição fundamental para a cultura ludovicense, com seus livros, crônicas em jornal e atuação na Universidade Federal do Maranhão e na Casa de Cultura Odylo Costa, filho, ao lado de seu marido e meu grande amigo Antonio Carlos Dias. Agradeço a ela, mais uma vez, o discurso de recepção na Academia Maranhense de Letras, para a qual fui eleita como sócia-correspondente em 18 de março de 2000, na cadeira 12, sob indicação de meu grande amigo e nunca esquecido Jomar Moraes, um dos maiores especialistas na obra de Joaquim de Sousaêrade. Menciono a presença do Presidente da Academia Maranhense de Letras, Sr. Benedito Buzar, o que muito me honra, e de vários confrades da Academia Maranhense de Letras. Também foi Ceres Costa Fernandes que me saudou quando fui honrada com o título de cidadã de Guimarães, em 9 de dezembro de 2018.

Agradeço a presença do meritíssimo juiz Agenor Gomes, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães, a quem devo minha indicação para a concessão do título de cidadã vimarense. Ao lado de Concita, são meus grandes amigos, sempre gentis. Grande pesquisador da obra de Maria Firmina dos Reis, ele em breve lançará, num livro, suas descobertas sobre esta primeira mulher romancista brasileira, autora de *Úrsula* (1859).

Agradeço também a presença do presidente da Academia Ludovicense de Letras, Sr. Antônio José Noberto da Silva, e de sua ex-presidente, professora Dilercy Aragão Adler, durante cuja presidência mereci o convite para integrar seu seletor corpo de intelectuais, por proposição da Profa. Dra. Ceres Costa Fernandes, como sócia-correspondente. Ressalto que Dilercy Adler se mostra incansável na pesquisa, valorização e divulgação da obra de Maria Firmina dos Reis, autora cuja obra divulguei no sul do país. À professora Dilercy devo, também, diversos e generosos convites para conferências sobre Maria Firmina, na 9ª Feira de São Luís, em 2015 e na 11ª Feira, em 2011, e para homenagens à escritora em escolas e viagens, por vezes a Guimarães, sempre contando com o apoio da Prefeitura, na pessoa do prefeito Osvaldo Gomes, e do SESC, nas pessoas de sua diretora regional, Sra. Rutineia Amaral Monteiro e da Sras. Maria Betânia Pinheiro Lopes.

Não poderia deixar de mencionar a eficiência e profissionalismo das secretárias da Assembleia Legislativa do Maranhão, em especial Renilde Lobato, na organização deste neste belo evento de concessão de título de

cidadã maranhense, no dia de hoje, 22 de agosto de 2019.

Tal evento me propicia a oportunidade de retornar a esse belíssimo estado e linda capital, o que nunca faço sem estar saudosa das águas azul celeste da ilha que Sousândrade denominou a “Ítaca brasileira”, da torta de camarão, do doce de bacuri e cupuaçu, e do famoso arroz de cuxá, celebrado por Artur de Azevedo em famoso poema que tem o título da iguaria.<sup>1</sup>

Não vou cansá-los com a enumeração de publicações e conferências no Brasil e no exterior em 50 anos de atividades de ensino e pesquisa, como professora de Inglês, de Literatura Comparada e de Teoria Literária, tradutora, resenhista, crítica literária e escritora.

Não falarei de concursos públicos, para o Estado e para o Município do Rio de Janeiro, nem para a Universidade Federal e para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Também não falarei das atividades de ensino e pesquisa no Brasil no exterior – entre as quais destaco o de pesquisadora 1 do Conselho Nacional de Pesquisas e meus cargos de professora titular de Literatura Brasileira da Universidade de Poitiers, na França, em 2009-2010, Pesquisadora Sênior no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra, em 2000, e conferencista sênior na Universidade de Nantes, em 2001. Proferi cerca de 200 palestras em muitas universidades brasileiras e estrangeiras, como Yale, Princeton, Harvard, London, Berlim, Sorbonne, Milão. Publiquei mais de 200 ensaios em periódicos brasileiros e internacionais. Após o Mestrado e o Doutorado, seguiram-se dois pós-doutorados, na Universidade de Nova York (1985) e na Universidade Livre de Berlim (1995).

Foram trinta romances traduzidos e vinte livros publicados, sendo 15 de ensaios e cinco de contos. O mais recente livro de ficção é o romance *Terras proibidas: a saga do café no vale do Paraíba do Sul* (Rio de Janeiro, Rocco, 2011, 494 p.), que mereceu o prêmio nacional de narrativa do Pen Clube do Brasil, em 2012. O enredo retrocede até o século V, na genealogia dos emigrantes que partiram da Europa para o Brasil. No século XVIII, os “homens bons” de Portugal primeiro vieram em busca do ouro para o rio das Mortes, em São João del Rei, em Minas Gerais. Depois ocuparam as “terras proibidas” pela Coroa portuguesa, com o plantio do café, na região de

1- Ele distribuiu esse poema entre os comensais de um evento. Foi publicado em separada pelo jornal *O País*; incluído na sua obra *Sonetos e peças líricas* (org. Julio de Freitas Jr., Rio de Janeiro, Garnier, 1910), e republicado por mim, com estabelecimento de texto e notas por meu dileto colega da Academia Brasileira de Filologia, o maranhense Antonio Martins de Araújo em *Carapuças, O Domingo, Dia de finados* (Rio de Janeiro, Presença; Brasília, Instituto Nacional do Livro com a Biblioteca Nacional, Coleção Resgate, 1989, volume 18, coordenação Luiza Lobo. Ver p. 27-30).

Vassouras. Essas terras foram assim denominadas por frei Antonil, pois por ali se dava o contrabando de ouro, passando pelo Caminho Novo, que descia a serra do Mar. O livro acompanha a vida cotidiana dos barões e dos escravos na região, até a proclamação da República.

Gostaria, antes, de falar daquilo que nos liga: a cidade de São Luís do Maranhão e de meu amor por sua arquitetura barroca e sua literatura romântica do século XIX, em que o Maranhão se destaca, com as figuras de Artur e Aluísio de Azevedo, Gonçalves Dias, Joaquim de Sousa Andrada e Maria Firmina dos Reis, entre tantos outros expoentes culturais.

Estive pela primeira vez em São Luís em dezembro de 1974, voltando de uma viagem por barco no rio Amazonas, e cheguei à cidade com amigos, num Fusca, após percorrermos lindas praias de areia branca e brilhante em meio a paisagens idílicas, totalmente desertas. À época, o centro histórico estava muito bem conservado. A ilha se constituía basicamente de um imenso areal, com praias que chamavam a atenção do turista, por suas areias absolutamente brancas e água pura, de um azul cristalino. Apenas alguns condomínios de casas apareciam, esparsos, no seu interior.

Nessa época, o Dr. Genésio de Moraes Rego, médico muito conceituado na cidade, abriu-me gentilmente as portas de sua casa para me hospedar, como era comum naquelas imensas casas patriarcais que reuniam toda a família. Esse costume se conservou, para mim, na casa de Ceres e Antonio Carlos. A poucas quadras da residência dos Moraes Rego, na rua da Paz, 338, um dos antigos casarões da rua de Santana traz à porta uma placa com os dizeres de que ali se localizara a Typografia Progresso. Portanto, ali fora publicada a primeira edição de *Úrsula*, em 1859, o primeiro romance escrito por mulher brasileira, Maria Firmina dos Reis. Alimento o sonho, compartilhado por algumas de nós, da Academia Ludovicense de Letras, de ver aquele casarão transformado na sede da Academia.

Outro sonho é ver fechado o trânsito de carros e caminhões, no centro de São Luís, ou pelo menos parte deste, como ocorre nas cidades históricas da Europa. Talvez os senhores, ilustres deputados aqui presentes, possam introduzir essa meritória ação em São Luís – pioneira em tantos aspectos – realizando algo que nem as cidades barrocas mineiras, Ouro Preto, Mariana ou Sabará, conseguiram, até o presente.

Doutra feita em que estive na cidade, para um curso de 30 de julho a 2 de agosto de 1979, na Academia Maranhense de Letras, mais uma vez a convite de seu presidente, Jomar Moraes, considereei longínquo, quase inalcançável, o hotel Quatro Rodas, na praia do Calhau. Era, então, circundado de imenso parque gramado com árvores – uma floresta quase amazônica num branco

areal. Foi vendido, hoje está numa área totalmente urbanizada e teve seu terreno reduzido; até parece que é bem ali ao lado. O mundo está encolhendo, senhores, e os carros ocupam todos os espaços e estão andando mais depressa. Mas é preciso que o pensamento e a mentalidade corram igualmente rápido.

Vi, com alegria, a preservação do forte Santo Antônio da Barra de São Luís, na Ponta d’Areia, transformado em museu, com alunos de turismo treinando para guias. Vários casarões do centro também foram reformados; alguns, por iniciativa do reitor da UFMA, Dr. Natalino Salgado Filho, da Academia Maranhense de Letras. Quantas realizações louváveis!

No tocante a meus estudos sobre Sousândrade, foi no Mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que publiquei meu primeiro trabalho sobre o autor, o texto mimeografado “Lendo *O Guesa*”, que foi distribuído durante o 1º Encontro Nacional de Professores de Literatura da PUC/Rio, em 21 de março de 1976. Revisto e aumentado, foi incluído, com o mesmo título, na *Revista da Academia Maranhense de Letras* em São Luís (volume 12, dezembro de 1979, página 9 a 22).

Também na PUC/Rio, defendi, em 1976, uma dissertação de Mestrado intitulada *Tradição e ruptura: O Guesa, de Sousândrade*, sob a orientação do professor Luiz Costa Lima. Esta sessão de defesa merece algumas considerações, porque teve um aspecto um tanto cômico. Meu orientador de tese, Luiz Costa Lima, e Gilberto Mendonça Teles, um dos três membros da banca, se envolveram numa discussão acalorada sobre a figura literária do “sol” no *Guesa*. Como se sabe, o poeta é autor de um dos mais belos versos da língua portuguesa, na sua vertente brasileira (o que exclui Camões, para evitar controvérsias), que diz: “O sol, ao pôr do sol, triste soslaio” (Canto XI, verso 871). Neste verso, o poeta condensa, simbolicamente, toda a tragédia da destruição do império incaico pelos espanhóis, efetuada pelo brutal Pizarro.

Luiz Costa Lima defendia, na perspectiva estruturalista, que o sol só poderia ser discutido como figura de linguagem dentro dos limites do próprio texto, portanto, da mitologia incaica citada pelo poeta. De seu lado, Gilberto Mendonça Teles defendia uma posição universalista, e queria interpretar o termo “sol” no poema como símbolo do divino em toda e qualquer cultura, remontando à grega e mesmo à egípcia. Enquanto isso, eu praticamente me eximia de falar, como mera observadora, e apenas respondi aos comentários da professora Dirce Cortes Riedel.

Ao retornar do meu doutorado nos Estados Unidos, em 1979, na Universidade de Carolina do Sul, estava eu num lançamento na livraria Muro, em Ipanema – mais uma dentre as centenas que foram fechadas, no Rio e em todo Brasil –, quando Augusto de Campos, ali presente, me informou,

para minha surpresa, que um livro meu tinha sido publicado no Maranhão por Jomar Moraes, diretor do Serviço de Imprensa Oficial, o SIOGE. Entrando em contato com este, recebi o primeiro convite, para o lançamento de *Tradição e ruptura: O Guesa*, de Sousândrade (São Luís, SIOGE, 1979), seguido de uma série de convites para proferir cursos e conferências em São Luís.

Nos Estados Unidos, desenvolvi um Doutorado sobre as confluências nacionais e internacionais da obra *O Guesa*, na perspectiva da Literatura Comparada. O livro foi traduzido do Inglês por mim e publicado com o título *Épica e modernidade em Sousândrade* (Rio de Janeiro, Presença; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1986). A segunda edição, revista, saiu em 2005 (2ª ed., Rio de Janeiro, 7Letras; Brasília, CNPq, 2005).

Além do livro acima referido, alguns de meus artigos foram coligidos nos livros *Crítica sem juízo* (1993; 2ª edição, 7Letras; CNPq, 2007) e *Cânone e renovação na literatura* (Kindle, 2018, 300 p.). Também realizei a primeira edição atualizada de *O Guesa*, de acordo com a Reforma Ortográfica, com introdução, notas, glossário e estabelecimento do texto da edição londrina de 1884?. Foi publicada pela Academia Maranhense de Letras, por iniciativa de Jomar Moraes (*O Guesa, de Sousândrade*, São Luís, Academia Maranhense de Letras; Rio de Janeiro, Ponteio, 2012, 572 p.), também em formato digital, pela editora Ponteio. Reintroduzi a separação de estrofes da edição norte-americana do *Guesa errante* de 1876-1877, que tinha sido suprimida pelo autor para reduzir custos, e numerei os versos, como ocorre nas edições estrangeiras de poesia, para mais correta citação.

Sousândrade nasceu em 9 de julho de 1832 na fazenda paterna Nossa Senhora da Vitória, hoje inexistente, que ficava no município de Guimarães, após 1961 chamado Mirinzal e, em 1994, novamente dividido e denominado Central do Maranhão.<sup>2</sup> Dizem os habitantes de lá que as onças retornaram para o local da fazenda. O poeta descreve seus pais no Canto VIII de *O Guesa* como figuras da mitologia greco-latina, identificadas a Tellus e Coelus (verso 60), que são os pais das musas. Para outros críticos, essa descrição se refere aos próprios amores do poeta no seu casamento, no paradisíaco cenário das terras interioranas do Maranhão.

Faleceu nosso poeta em São Luís em 1902, após passar dois anos viajando pela Europa e quinze vivendo em Manhattanville, ao norte da cidade de Nova York. Nesse período, aperfeiçoou seu poema *Guesa errante*, título que alterou para *O Guesa*. Na Europa, sobreviveu com a venda dos escravos da fazenda paterna, e nos Estados Unidos com rendas da esposa, de quem se separou, mas levando a filha para a viagem, bem como, muito provavelmente,

2- Informações gentilmente fornecidas pelo juiz e pesquisador Agenor Gomes.

com investimentos na Bolsa de Valores de Nova York.

Através dos anos, tive a felicidade de ver a fama de Sousândrade aumentar – dando-lhe o devido valor, como poeta épico inigualável, na sua mescla de estilos (alto e baixo), gênero (cômico, lírico, épico), narradores (subjeto e descritivo), unindo a mitologia clássica, europeia e indígena, criando assim um indianismo brasileiro híbrido e original, englobando as três Américas.

Com um conhecimento universal, Sousândrade foi, também, excelente poeta lírico romântico, em especial nos seus primeiros livros, como em *Harpas selvagens* (1857), que contém duas partes: *Primeiras instâncias e Noites*; em *Poesias diversas* (1869), o qual, com alguns acréscimos, é idêntico a *Eólias* (1864); em *Harpas eólias* (1870), livro dado por desaparecido por Sacramento Blake, no *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, mas que localizei na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Na verdade, *Harpas eólias* é uma reimpressão do seu primeiro livro, *Harpas selvagens* (1857). Já *Liras perdidas*, livro póstumo encontrado por Luiz Costa Lima em 1970 na Biblioteca Pública Benedito Leite e lá reencontrado por Jomar Moraes em 2003, é um dos mais belos de poesia lírica do autor (MORAES, J., 1970).

Minha vivência com Maria Firmina dos Reis ocorreu por outros percursos. Em 1987 (até 1992) fui convidada por Gregorio Dubrinesco, um romeno exilado no Brasil e dono da editora Presença, que ficava no bairro do Catete, a organizar uma série de livros para a coleção Resgate, de Obras Raras, da Biblioteca Nacional. Seu desejo era publicar obras consagradas, portanto de autores homens. Mas o resultado foi um pouco diferente. Durante meu pós-doutorado na Universidade de Nova York, em 1985, passei a estudar o feminismo, tema apenas emergente, então. Proferi quinze conferências sobre literatura de autoria feminina brasileira nas principais universidades norte-americanas, e desejei imprimir na coleção o resgate de autoras desconhecidas do século XIX.

Publicamos oito títulos, entre os quais um livro contendo *Carapuças, Domingo, Dia de finados*, de Artur Azevedo, já citado anteriormente, e, enfatizando a presença feminina, Júlia Lopes de Almeida, Carmen Dolores e Délia, sempre em edições atualizadas a partir de microfilme da primeira edição.

Foi então que, pesquisando sobre as primeiras escritoras brasileiras para introduzi-las na coleção, encontrei, no *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, de Sacramento Blake, o nome de Maria Firmina dos Reis (volume 6, p. 232; o nome de Joaquim de Souza Andrade está no volume 4, p. 246). Blake cita *Úrsula*, mas sem especificar a data da obra, que classifica como

romance. Para obter o microfilme da primeira edição, contei novamente com o auxílio de meu então já amigo Jomar Moraes, que me enviou uma cópia do romance *Úrsula*. O livro saiu no ano do centenário da abolição da escravatura, 1988, com prefácio do professor de Português norte-americano Chuck Martin, da Universidade de Vanderbilt e depois Yale, e atualização do texto por Nanci Egert.

Afro-brasileira, mulata, filha de escrava forra, Maria Firmina foi a primeira pessoa a mencionar num romance brasileiro a abolição da escravatura – segundo nos informa José Nascimento Moraes Filho.<sup>3</sup> Também o faz no conto “A Escrava”. Seu nome era, à época, inteiramente desconhecido para além dos limites de São Luís, e ninguém sabia que era a primeira escritora brasileira, conforme afirma o pesquisador José Nascimento. Desde 1986, publiquei “Um autorretrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis”, na revista *Letterature d’America*, Tuttamerica, rivista trimestrale, (Itália, Bulzoni, Ano 7, 29-30-31, 1986-87, página 71 a 86), e “Literatura negra brasileira contemporânea”, na *Revista de Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Conjunto Universitário Cândido Mendes; Fundação Ford, nº 14, setembro 1987, p. 109-40). Ambos os artigos, revistos, acham-se incluídos em *Crítica sem juízo* (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1993, Cap. 18, p. 222-238; 2ª ed., Rio de Janeiro, 7Letras; CNPq, 2007, Cap. 18, p. 339-363). Esse estudo foi resultado de uma bolsa sobre literatura afro-brasileira financiada pela Fundação Ford, que realizei de 1º de outubro de 1986 a 1º de maio de 1987, na biblioteca da Faculdade Cândido Mendes. Na ocasião, entrevistei novos escritores afrodescendentes, quando pouco se falava de literatura afro-brasileira no Brasil, um tópico considerado norte-americano, inexistente no Brasil da “democracia racial” e violento.

Somente após a minha publicação da obra *Úrsula* (1988, 3ª edição, primeira atualizada), recebi pelo correio, enviado do Maranhão pelo pesquisador José Nascimento Moraes Filho, para minha grande surpresa, o xerox do seu livro, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (São Luís, Governo 3- Foi só após esta edição de *Úrsula* (a primeira edição atualizada, mas a terceira, na verdade), de 1988, que José Nascimento Moraes Filho gentilmente me enviou seu livro *Maria Firmina – fragmentos de uma vida* (1975, saído em 1976), e me informou da segunda edição (fac-similar) de *Úrsula* que fizera em São Luís. Ambas as edições de Nascimento circularam apenas em São Luís, não no chamado “Sul do país”, e dela não tive notícia até pesquisar Maria Firmina como autora rara, desconhecida, pelo que devo atribuir a mim algum mérito. Eu a descobri através de Sacramento Blake, e com auxílio do bibliófilo amigo Haroldo Maranhão, que possuía o *Dicionário biobibliográfico* de Blake na sua coleção particular. Publiquei vários ensaios na Itália e pela Fundação Ford-Universidade Cândido Mendes a respeito, incluindo-a como autora afro-brasileira, além de primeira escritora mulher brasileira – artigos reunidos no meu livro *Crítica sem juízo*, entre outros.

do Maranhão, 1975). Ele contém um levantamento completo da vida e da biografia e da bibliografia da autora, infelizmente sem que se possa comprovar os inúmeros feitos da autora, devido ao desaparecimento até agora dos documentos originais. Nascimento também me informava que publicara uma segunda edição, fac-similar, de *Úrsula*, em 1975 (São Luís, Gráfica Olímpica; sendo a primeira de São Luís, Typographia do Progresso, 1859), além de uma edição fac-similar dos *Cantos à beira-mar* (Rio de Janeiro, Granada, 1976; sendo a primeira, São Luís, Typographia do Paiz, 1871) – o qual se encontra devidamente registrado na Biblioteca Nacional. Daí a importância das leis de 2004 e 2010 que obrigam ao depósito legal na Biblioteca Nacional de um exemplar de cada livro publicado no Brasil no prazo de 30 dias, visando à preservação da Memória do país. Nem *Úrsula* nem o livro de José Nascimento ali se encontram.

Senti-me muito honrada em ter contribuído para que a devida valorização da cultura e da literatura maranhenses no sul do país, pois o Maranhão era a segunda província mais importante, cultural e financeiramente do país, logo após a Corte do Rio de Janeiro no período do reinado de dom Pedro II.

De certa forma, com o estudo dessas grandes figuras nacionais, fechou-se um ciclo na minha obra literária que passou pelo ouro, de Minas Gerais, o café, da província do Rio de Janeiro, e pelas riquezas do Maranhão, sobretudo culturais, a respeito dos quais escrevi e estudei, em diferentes gêneros, fosse no ensaio, fosse na ficção. Agradeço a todos os amigos maranhenses, meus benfeitores, por mais esta oportunidade que me oferecem neste momento de compartilhar um pouco da história, da cultura, da arquitetura e da sensibilidade desse povo tão misterioso e discreto que compõe o tecido social desta cidade e deste Estado. Ontem, algodão e arroz. Hoje, aço e viagens espaciais, em Alcântara, onde os pais de Sousaândrade tinham um palacete. Sem negligenciar o turismo, que oferece tantos aspectos únicos da arquitetura barroca, da gastronomia, da música e sem dúvida da literatura. Parabéns, São Luís!

Obrigada aos senhores e senhoras deputados, por me receberem como cidadã maranhense.

Luiza Lobo  
[litcultnet@gmail.com](mailto:litcultnet@gmail.com)  
<http://www.litcult.net>

# A NOVA CONFIGURAÇÃO DOS *CORPORA* CAMONIANOS

Marina Machado Rodrigues (ABRAFIL)

## RESUMO:

Durante mais de trinta anos a configuração dos *corpora* camonianos não sofreu qualquer mudança. A recente descoberta de um manuscrito do séc. XVI, em Portugal, não só confirmou a validade da metodologia criada e desenvolvida pela Escola Camoniana Brasileira, como proporcionou novos testemunhos textuais, alargando e enriquecendo os estudos de crítica textual voltados para a lírica de Camões.

Palavras-chave: Luís Vaz de Camões; Crítica Textual; textos camonianos.

The new configuration of the *corpora* of Camões

## ABSTRAC:

For over thirty years the configuration of the Camonian corpora has not changed at all. The recent discovery of a 19th century manuscript. XVI, in Portugal, not only confirmed the validity of the methodology created and developed by the Brazilian Camonian School, but also provided new textual testimonies, broadening and enriching the textual criticism studies focused on the lyric of Camões.

Keywords: Leodegário A. de Azevedo Filho; Textual Criticism; Camões texts.

Há exatos 34 anos, Leodegário A. de Azevedo Filho lançava sua *opera magna Lírica de Camões*. 1. História, metodologia, *corpus*. A obra -publicada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, de Portugal, em 1985 - expunha a diretriz para a consecução da inédita edição crítica da lírica de Camões a partir de critérios ecdóticos, enunciados ao longo de quase 500 páginas, com o intuito de equacionar as questões autoral e textual.

Ao primeiro volume seguiram-se mais sete, correspondendo às formas poéticas cultivadas pelo poeta lírico, a saber: sonetos (2), canções, odes, elegias, oitavas e élogas (1º tomo). A morte, em 2011, o impediu de concluir a pesquisa, restando ainda por fixar 3 élogas (2º tomo), 37 composições em versos de redondilha e o glossário da lírica de Camões, tarefa que nos vimos ocupando desde então.

Os problemas em relação à lírica camoniana têm início no século XVI, com a publicação da *editio princeps*, onde no prólogo o editor afirma

ter cometido alguns equívocos no que concerne a atribuições de autoria, estes revistos, mas não solucionados pela edição de 1598.

Como não se conhecem originais camonianos, as edições quinhentistas continuam servindo de modelo aos editores modernos, quando não a de 1685, cujo editor, Faria e Sousa, confessa sem qualquer pudor ter “aperfeiçoado” versos de algumas composições do bardo português.

Até o século XIX, chegou-se a atribuir ao Poeta a autoria de mais de 600 textos líricos, com ou sem respaldo documental. É verdade que no início do século passado, editores e críticos perceberam a necessidade imperiosa de se expurgar o que sabidamente pertencia a outrem, mas ainda assim o cânone lírico camoniano variava de acordo com a subjetividade de cada editor.

Em 1967, Emmanuel Pereira Filho, crítico textual brasileiro, fixou critérios objetivos para a configuração do que chamou de “Índice básico de autoria”, ou seja, o mínimo que o Poeta teria escrito, baseado na máxima certeza, já que tinha plena consciência da impossibilidade de se constituir um cânone total da lírica, como tentativas frustradas anteriores mostraram. Com base no critério do triplice testemunho quinhentista incontestado, o crítico constituiu um cânone em que reuniu 66 composições. Parecia pouco significativo em face das múltiplas atribuições a Camões, mas o primeiro passo na direção certa fora dado. Iniciava-se com ele a chamada Escola Camoniana Brasileira.

A morte prematura e a impossibilidade de reunir, à época, um número significativo de testemunhos para as atribuições autorais, limitava em parte o universalismo camoniano, argumento que embasou críticas diversas a seu trabalho, mas em igual medida obteve por parte de muitos o reconhecimento de que tal metodologia impedia a subjetividade que permeava as tentativas de constituição de um cânone camoniano pela crítica especializada, até então.

Restava-nos seguir a senda iniciada. A pesquisa foi retomada e ampliada por Azevedo Filho, que, flexibilizando o critério, adotou o duplo testemunho quinhentista incontroverso, ao invés do triplo, uma vez que conseguiu reunir mais de trinta manuscritos que possibilitaram, com um grau extremamente alto de probabilidade positiva, a criação de um *corpus minimum* com 133 composições assim constituído: 65 sonetos; 10 canções; 6 odes; 6 elegias em tercetos; 1 sextina; 3 oitavas; 5 élogos e 37 redondilhas. A análise deste *corpus* a constatação de que um grande número de composições ficara de fora, pois não obedecia aos critérios adotados, mereceu uma reflexão crítica que o levou a idealizar, com menor grau de segurança, outros dois *corpora* camonianos: o *corpus additium*, abrangendo composições que poderiam ser camonianas mas não guardavam o mesmo grau de certeza das do *minimum* e, com ínfimas possibilidades, o *corpus possibile*, este por sugestão de Álvaro de Sá.

No *addititum* figuravam 90 textos que, em compasso de espera, aguardavam a descoberta de novos testemunhos quinhentistas que lhes garantissem a migração para o *corpus* principal, já que estes dispunham apenas de um testemunho manuscrito, ou dois da tradição impressa quinhentista. Além destes, o *corpus* admitia 24 textos sujeitos a frágil contestação de autoria. Estes últimos, por força dos critérios adotados, jamais poderiam integrar o *mimumum*.

O *possible* era constituído por 9 sonetos que, não dispondo de atribuição expressa de autoria quinhentista, mas de testemunhos tardios da tradição manuscrita, ou atribuídos pela tradição impressa posterior ao séc. XVI, com nenhuma probabilidade poderiam migrar para os outros dois *corpora*.

Insistimos que o método, por ser afirmativo, não excluía *a priori* textos atribuídos ao Poeta, entretanto, somente aqueles que atendessem aos critérios propostos para cada um deles integrariam os *corpora* camonianos. Observe-se, portanto, que inúmeras composições atribuídas a Camões pelos vários editores permaneceram fora dos *corpora*, por não apresentarem qualquer prova cabível de autoria.

A recém descoberta do Cancioneiro Verdelho, quase 50 anos depois do último testemunho manuscrito quinhentista a que se teve acesso - o manuscrito Juromenha, em meados dos anos 70 do século passado - de certeza, assegurou novas perspectivas aos estudos da lírica portuguesa do século XVI e em particular aos estudos camonianos. Trata-se de códice manuscrito, composto por 202 fólios que, com exceção dos 13 últimos, bastante danificados, está bem preservado. Não apresenta título, *explicit* ou qualquer outro paratexto de identificação. A escrita humanista em boa caligrafia revela a participação de mais de um copista, o que não é incomum no caso de manuscritos da época. O papel exibe 11 marcas d'água que não se tem ainda o cronograma, mas pesquisas em literatura especializada indicam que alguns deles provavelmente remontam, se não antes, ao início do século XVI. Os motivos principais são a serpente coroada e a luva, carregando ora uma flor de seis pétalas, ora uma estrela, ou vaso com flor e suas variações. As marcas de água são de fundamental importância para a datação aproximada dos códices, pois indicam o período e a procedência do papel utilizado. Como não se desconhece, no início do séc. XVI em Portugal, a maioria do material utilizado era importado. Os motivos encontrados são compatíveis com papéis oriundos da Alemanha, França, Itália e Espanha.

Como ensina Ataíde e Melo,

O uso da marca de água, começa no fim do século XIII e desde esta época os papéis sem marca de água são muito raros (...). As marcas de

água diferentes contam-se por milhares. Cada uma delas tem a sua história, e ao seu conjunto preside uma regra, uma só lei. Os fabricantes eram pouco numerosos a princípio, não era, pois, necessário que os objetos que eles adotaram como marcas designassem explicitamente os seus proprietários. Mas à medida que a indústria se desenvolve e com ela a concorrência, vê-se manifestar a preocupação sempre crescente de tornar a marca de água significativa, mais pessoal, mais fácil de reivindicar e isto até chegar finalmente ao emprego quase geral dos nomes e iniciais. (1924, p.12)

De acordo com Telmo Verdelho, “pela crítica interna, poder-se-ia propor uma datação entre 1580 e 1595 para o manuscrito: trata-se de uma recolha que valoriza a componente camoniana, o que nos leva a supor que terá sido iniciada depois da publicação de *Os Lusíadas*”. Acrescenta que no f.163v. “encontra-se um soneto atribuído a Diogo Bernardes, sob a epígrafe: ‘No tempo das alterações e saquear de Portugal’, provável testemunha da resistência portuguesa à monarquia dual. Admite porém que a recolha pode ser coetânea ou registrar a memória recente de outros acontecimentos históricos como a Batalha de Lepanto (1571) e a morte da princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião (1573). Embora no Cancioneiro se observe a presença de autores que ultrapassaram o fim do século, não é possível identificar ali a presença de qualquer texto posterior a 1595.

O manuscrito reúne 187 composições, destas, 78 sonetos, já que 2 vêm repetidos; traz 3 textos em latim, além de anotações e citações na mesma língua. Em espanhol, há 46, dentre eles duas redondilhas inéditas com atribuição expressa a Camões, cujos *incipit* são: “Todo el mal se haze blando”, f. 83, glosa sobre o mote “Veo que todos se callan” (L.C.) e “Despues que os miré y me vistes/ Des que ver os mereci” (Glosa de C. sobre este mote), f.83v. Há ainda um inédito de Gil Vicente, f. 76v, com atribuição expressa, cuja rubrica diz: “Gil Vicente a hũas senhoras formosas que lhe mandarão rogar que as fosse ver, e ele defendendo se diz/ Tais cousas ouço contar”.

Dentre os autores reunidos no Cancioneiro, contam-se: Luís de Camões, Diogo Bernardes, Francisco de Sá de Meneses, Francisco de Sá de Miranda, Francisco de Paiva de Andrade, D. Francisco de Portugal (Conde de Vimioso), Gil Vicente, Infante D. Luís, Jerónimo Ribeiro Soares, Luís Álvares Pereira, D. Manuel de Portugal, M.de C (Martim de Castro do Rio?) e Pedro da Costa. Sem indicação de autoria vem o soneto de Antônio Ferreira “Olhos donde amor suas frechas tira” e outros conhecidos.

O códice, de certeza, não se reporta a nenhuma das edições impressas da lírica de Camões, bem assim, apresenta muitas variantes em relação às lições manuscritas que vimos colacionando. Telmo Verdelho acredita “que

pode ter sido elaborado em alguma comunidade religiosa (colégio ou convento) e terá tido tratamento reservado até o início do séc. XIX” por conter inúmeros poemas de cunho profano. Por outro lado, a componente da lírica religiosa é fortíssima; e salta aos olhos a tentativa, em notas marginais, de se propor uma leitura de cariz religioso para ostextos profanos, além de haver vários dedicados ao divino, como “Pranto de Sam Pedro, Depois que a luz divina a pedra dura”, texto introdutório.

Trouxemos à colação as composições com interesse para a lírica de Camões e constatamos que as leituras guardam autonomia em relação aos manuscritos consultados e à tradição impressa quinhentista. A título de exemplificação, no soneto “O cisne quando sente ser chegada” (f.17v), percebe-se que na maioria dos versos sua lição coincide com a do ms. de Luís Franco Correa (8 versos), mas apresenta para outros, 4 variantes independentes e em apenas um verso sua versão coincide com os de Cristóvão BorgesouMadri. Este é mais um ponto a favor de suas lições, uma vez que na hierarquia dos manuscritos LF é um dos mais conceituados.

Como contribuição aos *corpora* camonianos o manuscrito exibe os seguintes testemunhos:

### Para o *corpus minimum*

#### Sonetos

1 - Alma minha gentil, que te partiste

C.I.: PR-10; M-12; RH- 4 v.; RI-5v

S.I.: CrB-31; LF-8 v.; E-36 v.; CV – 19v

2-Amor com a esperança já perdida

C.I. :PR – 40; RH – 14; RI – 13v.

S. I.: CrB - 62v.; LF-126 v; CV – 46v.

3 - Apartava-se Nise de Montano

C.I.: PR-13 e 36; Ms. Jur. 91v.; RH – 15; RI – 14

S.I.: CrB – 24; LF – 201; CV – 25

4 - Foi já num tempo doce cousa amar

C.I.: MA-12v.; RI -22

S.I.: LF- 43; CV - 46

5 - Grande tempo há que eu soube da ventura

C.I.: PR-32; M-17; RH-12v.; RI-12v.

S.I.: CrB-2; LF-49 e 131; CV – 21v

6 - Lindo e sutil trançado, que ficaste

C.I.: RH-11v.; RI – 1v.  
S.I.: CrB -27; LF-125; E-20v; CV – 24

7 - P. Não passes, caminhante. H. Quem me chama?

C.I.: RH – 10; RI – 10  
S.I.: CV- 79

8 - Num bosque que das ninfas se habitava

C.I.: PR-16; RH-5; RI-6  
S.I.: CrB -3 v.; LF-126; TT-152; Ms. Jur.- 41 v; CV - 46

9 - O cisne, quando sente ser chegada

C.I.: M-171 v.; RH-12; RI-12  
S.I.: CrB - 61 v.; LF-122 v; CV – 17v

10 - O raio cristalino se estendia

C.I.: PR-24; Ms. Jur.- 91 v.; MA-19 v.; RI-25 v.  
S.I.: CrB - 25; LF – 201; CV – 23v

11 - Quem jaz no grão sepulcro, que descreve

C.I.: PR-61; TT-156; RH-17; RI-15 v.  
S.I.: CrB – 69v.; LF – 202; CV – 79v.

12 – Tomou-me vossa vista soberana

C.I: TT-156 v.; RH-9 v.; RI-10  
S.I: LF- 41; Év -38 v.; CV - 18

#### Tercetos

1 - O sulmonense Ovídio desterrado

C.I.: PR-69; LF-1; Ms. Jur.-20; RH-57 v.; RI-76 v.  
S.I.: CV – 19v

#### Éclogas

1 - Ao longo do sereno

C.I.: PR-89; M-139; CV – 127; RH-81; RI-102  
S.I.: CrB-27; LF-32 v.

2 - Que grande variedade vão fazendo

C.I.: PR-88; LF-134 v.; M-125; CV – 147; RH-71; RI-92 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

#### Redondilhas

1 - De vuestros ojos centella

C.I.: CV – 82v; RH – 163; RI – 179v  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

2 - Mas porém a que cuidados

C.I.: M - 52 v., 54 e 56 v.; CV – 10; RH -146 v.; RI -168 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

3 - Peço-vos que me digais

C.I.: CV – 81; RH – 144v; RI – 165v

S.I: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

4 - Se derivais da verdade

C.I.: CV – 9; RH – 143v; RI – 165

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria

Parao *corpus a ddititium*

Sonetos

1 - Alma gentil que à suma eternidade

C.I. – CV – 22v

Redondilhas

1 - Despues que os miré y me vistas,

CV – 83v

2 - Veo que todos se callan/ Todo el mal se hazeblando

CV - 83

Portanto, para o *corpus minimum* contam-se 20 testemunhos, 7 com indicação de autoria e 13 sem indicação. Para o *addititium*, os 3 vêm com atribuição expressa de autoria.

A descoberta do cancionero impôs-nos uma revisão completa dos *corpora* e a fixação dos textos que faltavam para se concluir o trabalho infelizmente não terminado por Azevedo Filho. Além de trazermos à colação os testemunhos do cancionero Verdelho, reconstituímos os textos do *corpus* das redondilhas.

O confronto nos fez eliminar uma composição do *corpus minimum*: “Vós Senhora tudo tendes”, cujas voltas são diferentes no Ms. Jur. e em RH e RI. No primeiro, ao mote, corresponde a glosa “Tudo tendes singular” e em RH e RI “Dotou em vós natureza”. Ambos passaram a integrar o *corpus addititium*.

No *minimum* que passa a ter agora 136 composições, foram incorporados com indicação expressa de autoria a Camões o soneto “P. Não passes caminhante. H. quem me chama”; e as redondilhas “*De vuestros ojos centellas*”, “Peço-vos que me digais” e “Se derivais da verdade”.

No *addititium*, que passa agora a ter agora 116 composições, foram adicionados o soneto “Alma gentil que à suma eternidade” e as redondilhas “Vós Senhora tudo tendes/Dotou em vós natureza; Vós Senhora tudo tendes/ Tudo tendes singular; “Después que os miré y me vistas” e “Veo que todos se callan/ Todo el mal se hazeblando”.

Não houve qualquer alteração no *corpus possibile*.

A seguir, exibimos a nova configuração dos *corpora* camonianos.

## CORPUS MINIMUM

### SONETOS

1 - Alegres campos, verdes arvoredos

C. I.: PR- 44; RH-10 v.; RI-11

S. I.: CrB - 18; LF - 9; TT - 155

2 - Alma minha gentil, que te partiste

C. I.: PR-10; M-12; RH- 4 v.; RI-5v

S. I.: CrB-31; LF-8 v.; E-36 v.; CV – 19v

3 - Amor com a esperança já perdida

C.I. :PR – 40; RH – 14; RI – 13v.

S. I.: CrB - 62v.; LF-126 v.; CV – 46v.

4 - Apartava-se Nise de Montano

C.I.: PR-13 e 36; Ms. Jur. 91v.; RH – 15; RI – 14

S.I.: CrB – 24; LF – 201; CV - 25

5 - Apolo e as nove musas, descartando

C.I.: CrB – 60; M – 173v.; RH – 14v.; RI – 13v.

S. I.: LF - 121

6 – Busque amor novas artes, novo engenho

C.I.: PR- 30; RH – 3v; RI – 4v.

S.I.: CrB – 64; LF – 7v; E - 19

7 - Cara minha inimiga em cuja mão

C. I.: PR-37; RH-5 v.; RI-6 v.

S. I.: LF-128

8 - Como fizeste, Pórcia, tal ferida?

C. I.: PR-20; RH-18; RI-16

S. I.: CrB-69

9 - Dai-me ùa lei, Senhora, de querer-vos

C. I.: M-I71; RH-21 v.; RI-18

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

10 - Debaixo desta pedra está metido

C.I.: PR-58; RH-19 v.; RI-16 v.

S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

11 - De tão divino acento e voz humana

C. I.: CrB - 20; RH - .19; RI -16 v.

S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

12 - Ditoso seja aquele que somente

C. I.: MA-5; RI-19 v.

S. I.: CrB- 65; LF-131 v.

13 - Em fermosa Letea se confia

- C. I.: PR-19; RH-6 v.; RI-7 v.  
S. I.: CrB - 68
- 14 - Em flor vos arrancou de então crescida  
C. I.: PR-49; M-138 v.; RH-3; RI-4  
S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 15 - Emquanto quis Fortuna que tivesse  
C. I.: CrB-1; RH-1; RI-1  
S. I.: LF -121
- 16 - Esforço grande igual ao pensamento  
C. I.: MA-14; RI-25  
S. I.: CrB-69 v.; LF-202
- 17 - Está-se a Primavera trasladando  
C. I.: M-7; TT-155 v.; Ms. Jur.-101; RH-7; RI-8  
S. I.: LF-9 e 124
- 18 - Está o lascivo e doce passarinho  
C.I.: PR-35; RH-7 v.; RI-8 v.  
S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 19 - Eu cantarei de amor tão docemente  
C.I.: RH-1 v.; RI-1 v.  
S.I.: CrB-60; LF- 44 e 121 v.
- 20 - Ferido e sem ter cura percia  
C.I.: PR- 46; Ms. Jur.-8 v. e 101v.; MA-2; RI-18  
S.I.: CrB-16v.; LF-124v.; C-23v.
- 21 - Fiou-se o coração de muito isento  
C.I.: PR-18; CrB-17; MA-21v.; RI-26v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 22 - Foi já num tempo doce cousa amar  
C.I.: MA-12v.; RI-22  
S.I.: LF- 43; CV - 46
- 23 - Grande tempo há que eu soube da ventura  
C.I.: PR-32; M-17; RH-12v.; RI-12v.  
S.I.: CrB-2; LF-49 e 131; CV – 21v  
Confirmada ainda a autoria camoniana em FT – 152v.
- 24 - Lembranças saúdosas, se cuidais  
C.I.: PR- 43; M-172; RH-14v.; RI-14  
S.I.: CrB - 63; LF - 127 e 130

- 25 - Lindo e sutil trançado, que ficaste  
C.I.: RH-11v.; RI – 1v.  
S.I.: CrB -27; LF-125; E-20v; CV – 24
- 26 - Males que contra mi vos conjurastes  
C.I.: RH-7; RI-7v.  
S.I.: E-2
- 27 - Na metade do Ceo subido ardia  
C.I.: TT-150 v.; MA-'2v.; RI-18v.  
S.I.: CrB-10; LF- 42
- 28 - Náiades, vós que os rios habitais  
C.I.: PR-39; RH-15v.; RI-15  
S.I.: CrB - 62v.; LF-126 v.
- 29 - P. Não passes, caminhante. H. Quem me chama?  
C.I.: RH – 10; RI – 10  
S.I.: CV- 79
- 30 - Num bosque que das ninfas se habitava  
C.I.: PR-16; RH-5; RI-6  
S.I.: CrB -3 v.; LF-126; TT-152; Ms. Jur.- 41 v; CV - 46
- 31 - O cisne, quando sente ser chegada  
C.I.: M-171 v.; RH-12; RI-12  
S.I.: CrB - 61 v.; LF-122 v; CV – 17v
- 32 - O culto divinal se celebrava  
C.I.: TT-151 v.; MA- 6; RI-20  
S.I.: CrB – 60v.; LF -121 v.
- 33 - O fogo que na branda cera ardia  
C.I.: Ms. Jur.-16; RH-10 v.; RI-10v,  
S.I.: C-19 v.
- 34 - O raio cristalino se estendia  
C.I.: PR-24; Ms. Jur.- 91 v.; MA-19 v.; RI-25 v.  
S.I.: CrB - 25; LF – 201; CV – 23v
- 35 - Oh! como se me alonga de ano em ano  
C.I.: M-173; RH-13 v.; RI-13  
S.I.: CrB-70v.; LF-70
- 36 - Oh! quão caro me custa o entender-te  
C.I.: MA-18 v.; RI-25  
S.I.: CrB - 66; LF - 132

- 37 - Os reinos e os impérios poderosos  
C.I.: M-22 v.; RH-5; RI-6  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 38- Os vestidos Elisa revolvía  
C.I.: Ms. Jur. -101; MA -18; RI- 25  
S.I.: CrB -19; LF - 230
- 39 - Os vossos belos olhos que competem  
Var.: “Vossos olhos, Senhora, que competem”  
C.I.: RH-21; RI-17  
S.I.: LF-41
- 40 - Passo por meus trabalhos tão isento  
C.I.: RH-2 v.; RI-3 v.  
S.I.: LF-8
- 41 - Pede o desejo, Dama, que vos veja  
C.I.: RH-8; RI-8 v.  
S.I.: CrB - 61 v.; LF -123 v.
- 42- Pelos extremos raros que mostrou  
C.I.: M-172 v.; RH-12; RI-12  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 43 - Pensamentos que agora novamente  
C.I.: PR-29; MA-16 v.; RI-24  
S.I.: CrB - 64 v.; LF -130 v.
- 44 - Quando da bela vista e doce riso  
C.I.: M-16 v.; TT-155; RH- 4; RI-5  
S.I.: CrB-4; LF- 41 v. e 123; ÉV. - 9 v. e 37 v.
- 45 - Quando vejo que meu destino ordena  
C.I.: PR-54; RH-15; RI-14 v.  
S.I.: LF- 42 v.
- 46 - Quantas vezes do fuso se esquecia  
C.I.: PR- 34; TT-155 v.; RH-11; RI - 11  
S.I.: CrB-67; LF-60
- 47 - Que me quereis, perpétuas saúdaes  
C.I.: PR-59; M-22; MA-20 v.; RI-26  
S.I.: CrB-70 v.; LF-70
- 48 - Que poderei do mundo já querer  
C.I.: PR-56; MA-16; RI-24

S.I.: CrB-67 v.; LF-60 v. e 200 v.

- 49 - Quem jaz no grão sepulcro, que descreve  
C.I.: PR-61; TT-156; RH-17; RI-15 v.  
S.I.: CrB - 69v.; LF - 202; CV - 79v.
- 50 - Quem pode livre ser, gentil Senhora  
C.I.: M-8; RH-17 v.; RI-16  
S.I.: LF-8
- 51 - Quem quiser ver de Amor ãaexcelência  
C.I.: PR- 48; MA-22 e 22 v.; RI-27  
S.I.: CrB-24; LF-139 v.
- 52- Rezão é já que minha confiança  
C.I.: PR-3; MA-8 v.; RH-14; RI-13  
S.I.: CrB - 63; LF - 127
- 53 - Se algũahora em vós a piedade  
C.I.: PR-8; M-11; TT-150 v.; RH-13; RI-12 v.  
S.I.: CrB-2; LF-129 v.; CM-217 v.
- 54 - Se as penas com que Amor tão mal me trata  
C.I.: PR-47; RH-16 v.; RI-15 v.  
S.I.: LF- 42 e 124
- 55 – Se depois de esperança tão perdida  
C.I.: PR-28; MA-19; RI-25 v.  
S.I.: CrB-63 v.; LF-127 v. e 130v.; TT-136 v.
- 56 - Se tanta pena tenho merecida  
C.I.: M-21; RH-8 v.; RI-9  
S.I.: CrB -19v.; LF - 41 v. e 123 v.
- 57 - Se tomar minha pena em penitência  
C.I.: MA-17; RI-24 v.  
S.I.: LF-8
- 58 - Sete anos de pastor Jacob servia  
C.I.: PR-63; M-21 v.; Ms. Jur.- 41 v.; RH-7v.; RI-8  
S.I.: CrB - 11; TT - 147; E - 36
- 59 - Sospiros inflamados que cantais  
C.I.: PR-26; CrB-17 v.; MA-4; RI-19  
S.I.: LF-127 v. e 130
- 60 - Tanto de meu estado me acho incerto

C.I: PR-33; RH-2; RI-3  
S.I: CrB- 65; LF-105 v. e 131 v.

61 - Tomava Daliana por vingança

C.I: PR-55; RH-12 v.; RI-12  
S.I: CrB -18; LF -125 v.

62 – Tomou-me vossa vista soberana

C.I: TT-156 v.; RH-9 v.; RI-10  
S.I: LF- 41; Év -38 v.; CV - 18

63 - Transforma-se o amador na cousa amada

C.I: PR-53; RH-2 v.; RI -3 v.  
S.I: CrB - 62; LF - 124 v.

64 - Verdade, amor, rezão, merecimento

C.I: MA-21; RI-26 v.  
S.I: CrB- 68; LF-200 v.

65 - Vós, Ninfas, da gangética espessura

C.I: Esc.- 4; H- 4; MA-26 v.; RI-27  
S.I: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

66 - Vós que de olhos suaves e serenos

C.I: MA-15 v.; RI-23 v.  
S.I: CrB - 66; LF - 59 v.

## CANÇÕES

1- A instabilidade da fortuna

C.I: PR-72; Ms. Jur.- 102 v.; RH-23 v.; RI-29  
S.I: LF-27 v.

2- Com força desusada

C.I: PR-73; Ms. Jur.-7 v.; RH-30 v.; RI-36 v.  
S.I: LF-29 v.

3 - Ferrosa e gentil dama, quando vejo

C.I: PR-75; RH-22; RI-27 v.  
S.I: LF-26 v.; M-165 v.

4 - Já a roxa manhã clara

C.I: PR-79; RH-25 v.; RI-31 v.  
S.I: LF-30 v.

5 - Junto dum seco, fero e estéril monte

C.I: PR-77; RH-35 v.; RI-42 v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

6 - Manda-me Amor que cante docemente

C.I.: PR-74; Ms.Jur. -13; TT -161v.; RH – 32v.; RI-39

S.I.: LF-24 e 45; C-50

7 - Se este meu pensamento

C.I.: PR-76; Ms. Jur.-14 v.; RH-28 v.; RI-/34 v.

S.I.: LF-25

8- Tão suave, tão fresca e tão fermosa

C.I.: PR-83; RH- 45; RI-53

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria

Em alguns manuscritos, a canção aparece como ode ou como sextina. Na tradição impressa, aparece como ode.

9 - Vão as serenias agoas

C.I.: TT -161v.; RH – 27v.; RI – 33v.

S.I.: LF- 46v.

10 - Vinde cá, meu tão certo secretário

C.I.: PR-78; Ms. Jur.-104v.; RH-38v.; RI- 45v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

ODES

1 - Aquele único exemplo

C.I.: GO-IV; MA-30v.; RI-63

S.I.: Ms. Jur.-30

2 - Aquele moço fero

C.I.: MA-33 v.; RI-66

S.I.: Ms. Jur.-30v.

3 - A quem darão de Pindo as moradoras

C.I.: Ms. Jur.-28v.; MA-29v.; RI-61v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

4 - Fermosa fera humana

C.I.: Ms. Jur. -16; RH - 48; RI - 56 v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

5 - Fogem as neves frias

C.I.: PR-71; MA- 32v.; RI-64v.

S.I.: Ms. Jur.-29

## 6 - Pode um desejo imenso

C.I.: Ms. Jur.-28; MA-27; RI-59 v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## TERCETOS

## 1 - Aquela que de amor descomedido

C.I.: PR-68; LF-2 v.; Ms. Jur.-17 v.; RH-55 v.; RI-74

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 2 - Aquele mover d'olhos excelente

Var.: Ganhei Senhora tanto em querer-vos (eliminada)

C.I.: PR-84; M-194v.; Ms. Jur.-21v.; TT-124v.; RH-59v.; RI-81

S.I.: LF-48; E-10

## 3 - Depois que Magalhães teve tecida

C.I.: Esc.-1; H-2; MA-24; RI-78 v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 4 - O poeta Simonides falando

C.I.: PR-67; LF-4; CV- 7; RH-51; RI-69 v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 5 - O sulmonense Ovídio desterrado -r-.

C.I.: PR-69; LF-1; Ms. Jur.-20; RH-57 v.; RI-76 v.

S.I.: CV – 19v

## 6 - Se quando contemplamos as secretas

C. I.: PR-70; M-104

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## SEXTINA

## 1 - Foge-me pouco a pouco a curta vida

C. I.: PR-82; RH-42; RI-68 v.

S.I.: LF-31 v.

## OITAVAS

## 1 – Como nos vossos ombros tão constantes

C.I.: PR-81; CV-127; RH-65 v.; RI-87

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 2 - Mui alto Rei a quem os Ceos em sorte

C.I.: Ms. Jur.-126; RH-69; RI-90 v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 3 - Quem pode ser no mundo tão quieto

C.I.: PR-80; Ms. Jur.-25v.; RH-60v.; RI-82

S.I.: LF-20; C-8 v.

## ÉCLOGAS

## 1 - Ao longo do sereno

C.I.: PR-89; M-139; CV – 127; RH-81; RI-102

S.I.: CrB-27; LF-32 v.

## 2 - A rústica contenda desusada

C.I.: PR - 91; RH -115; RI - 135

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 3 - As doces cantilenas que cantavam

C.I.: PR - 90; RH -121v.; RI -141 (sic 14)

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 4 - Passado já algum tempo que os amores

C.I.: LF-9 v.; M-156v.; TT-157; RH-93v.; RI-114

S.I.: CrB-27 v. (Var.:Viu por acerto o bem que incerto tinha).

## 5 - Que grande variedade vão fazendo

C.I.: PR-88; LF-134 v.; M-125; CV – 147; RH-71; RI-92 v.

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## REDONDILHAS

## 1 - Amores de ãa casada

C.I.: Ms. Jur.-24; RH-158 v.; RI-177

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 2 - A morte pois que sou vosso

C.I.: Ms. Jur.-90 v.; RH-150 v.; RI-171v.

S.I.: CrB - 22 v.

## 3 - Aquela cativa

C.I.: RH - 159; RI - 185

S. I.: CrB - 27

## 4 - Campos bem-aventurados

C.I.: RH -148; RI -169 v.

S.I.: COD. 8920, da BNL - 399 v.

## 5 - Dessa doença em que ardeis

C.I.: Ms. Jur.-1; RH-153v.; RI-174

S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

## 6 - Dama de ilustre valor

C.I.: Ms. Jur.-23; RH-141v.; RI-160  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

7 - De dentro tengo mi mal

C.I.: MA- 40; RH-163; RI-179 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

8 - Deu Senhora por sentença

C.I.: Ms. Jur.-17 (Atribuição indireta): RH-154; RI-174 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

9 - De vuestros ojos centellas

C.I.: CV – 82v; RH – 163; RI – 179v  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

10 - Este mundo es el camino

C.I.: PR- 86; MA – 40; RH -167 v.; RI -166 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

11 - Falso cavaleiro ingrato

C.I.: Ms. Jur.- 94 v.; RH-162; RI-178v  
S.I.: Ms. Jur. -1 v.; M - 64

12 - Há um bem que chega e foge

C.I.: M-I03; RH-169 v. (sic 167 v.); RI-182 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

13 - Justa fué mi perdición

C.I.: M-34 v.; RH-152; RI-173  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

14 - Mas porém a que cuidados

C.I.: M - 52 v., 54 e 56 v.; CV – 10; RH -146 v.; RI -168 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

5 - Menina fermosa

C.I.: M-200; MA-38 v.; RI-190  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

16 - Mininafermosa, e crua

C.I.: Ms. Jur.-24; RH-153 v.; RI-173 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

17 - Minh'alma lembrai-vos dela

C.I.: RH-152; RI -172 v.  
S.I.: CrB-3

- 18 - Olhai que dura sentença  
C.I.: CrB-20 v.; Ms. Jur.-91; RH-154 v.; RI-174 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 19 - Os bons vi sempre passar  
C.I.: MA - 37; RI - 183  
S.I.: CM - 185
- 20 - Peça-vos que me digais  
C.I.: CV – 81; RH – 144v; RI – 165v  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 21 - Perdigão perdeu a pena  
C.I.: MA-38 v.; RI-184 v.; Aned.-158  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 22 - Quando me quer enganar  
C.I.: TT-173; Ms. Jur.-17 e 45; RH-168v.; RI-182  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 23 - Quem no mundo quiser ser  
C.I.: Ms. Jur.-24v.; RH-155 v.; RI-176  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 24 - Querendo escrever um dia  
C.I.: PR-87; M-215; RH-139; RI-158  
S.I.: CrB- 4 v.
- 25 – Saudade minha  
C.I.: Ms. Jur. 23; RH – 164; RI – 187v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria
- 26 - Se derivais da verdade  
C.I.: CV – 9; RH – 143v; RI – 165  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria
- 27 - Se Helena apartar  
C.I.: Ms. Jur.-94v.; MA-36 v.; RI-189  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 28 - Sem olhos vi o mal claro  
C.I.: MA-37; RI-166 v.; Aned.-167 v.  
S.I.: Ms. Jur.-107 v.
- 29 - Sem vós e com meu cuidado / Amor cuja providência  
C.I.: Ms. Jur.-10; RH-151 v.; RI-172  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

- 30 - Se n'alma e no pensamento  
C.I.: MA-37; RI-166 (sic 160)  
S.I.: CrB - 25 v.
- 31 - Se não quereis padecer  
C.I.: Ms. Jur. – 24v.; RH -145; RI - 162 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 32 - Senhora, pois me chamais  
C.I.: Ms. Jur.-1; TT-149; RH-155v; RI-176  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 33 - Senhora, se eu alcançasse  
C.I.: Ms. Jur.-1v.; RH-153; RI-164 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 34- Sobre os rios que vão  
C.I.: PR-85; CrB-11 v.; M-112; RH-135; RI-154  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 35 - Triste vida se me ordena  
C.I.: CrB-7; LF-102; TT-162; RH-149 v.; RI-170 v.  
S.I.: Ms. Jur.-54; COD. 8920, da BNL- 400
- 36 - Venceu-me amor, não o nego  
C.I.: Ms. Jur.-2 v.; MA-35 v.; RI-183  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 37 - Verdes são os campos  
C.I.: Ms. Jur.-2 v.; M-200 v.; MA-36; RI-189 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 38 - Verdes são as hortas  
C.I.: Ms. Jur.-2; MA-36; RI-189 v.  
S.I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 39 - Vós teneis mi corazón  
C.I.: RH -168 v.; RI -182 v.  
S.I.: Ms. Jur.-107 v.

## CORPUS ADDITITUM

Sonetos com um testemunho quincentista

1 - Alma gentil que à suma eternidade

C.I.: CV – 22v

2 - Aqueles claros olhos que chorando

C.I.: PR- 50

- 3 - Diversos casos vários pensamentos  
C.I.:PR – 51
- 4 - Diversos casos vários pensamentos  
C.I.: PR – 51
- 5 - Este amor que vos tenho limpo e puro  
C.I.:PR- 41
- 6 - Indo o triste Pastor todo embebido  
C.I.: PR- 4
- 7 - Na ribeira de Eufrates assentado / Nos rios de Babilónia assentado (var.)  
C.I.: M- 124v
- 8 - Quando cuida no tempo que, contente  
C.I.:PR- 42
- 9 - Se a fortuna inquieta e mal olhada  
C.I.:PR- 60
- 10 - Sempre a rezaõ vencida foi d'amor  
C.I.: PR - 31  
S.I.: LF – 131; CrB - 64v
- 11 - Senhora já desta alma, perdoai  
C.I.: PR- 57
- 12 - Vencido está d'amor meu pensamento  
C.I.: M- 170
- Sonetos com mais de um testemunho quinhentista
- 1 - Amor é um fogo que arde sem se ver  
C.I.: MA- 10v; RI- 21
- 2- Amor que o gesto humano n'alma escreve  
C.I.:MA- 9v; RI- 3
- 3- Aquela fera humana qu'enriquece  
C.I.:MA- 4v; RI- 19v
- 4- Aquela triste e leda madrugada  
C.I.:RH- 6; RI- 7
- 5- Como quando do mar tempestuoso  
C.I.:MA- 10; RI- 21

6- De vós me aparto (ó vida) em tal mudança  
C.I.:RH- 5V; RI- 6v

7- Dos ilustres antigos que deixaram  
C.I.:MA- 13; RI-22v

8- Fermosos olhos, que na idade nossa  
C.I.:RH- 10; RI- 10v

9- Ilustre e dino ramo dos Meneses  
C.I.:MA- 7; RI- 2v

10- Leda serenidade deleitosa  
C.I.:MA- 6v; RI- 20v

11- No mundo poucos anos e cansados  
C.I.:MA- 20; RI- 26

12 - No mundo quis um tempo que s'achasse  
C.I.:MA- 14v; RI- 23

13 - O filho de Latona esclarecido  
C.I.:PR - 15  
S.I.: CrB - 10

14 - Ondados fios d'ouro reluzente  
C.I.:MA- 12; RI- 22

15 - Se pena por amar-vos se merece  
C.I.:MA- 11; RI- 21v

#### Sonetos contestados

1 - Aquela que de pura castidade  
C.I.: RI - 24v; MA - 17  
S.I.: LF - 230v

Atribuído a Bernardes em PR – 47

Não incluído nas obras completas de Bernardes

2- Bem sei Amor qu'é certo o que receo  
C.I.: RI - 20v; MA - 7v  
S.I.: LF – 59v; CrB - 66v

Atribuído a Bernardes em PR - 82.

Não incluído nas obras completas de Bernardes

3 - Com grandes esperanças já cantei  
C.I.: RI – 1; MA - 1

Atribuído a Bernardes em PR – 44.

Não incluído nas obras completas de Bernardes

4 - Conversação doméstica afeiçoa

C.I.:RI - 22v; MA - 13 v.; M - 170 v.

S.I.: LF – 60; CrB - 66v

Atribuído a Soropita em FT - 27 v

5 - Depois que quis Amor qu'eu só passasse

C.I.: RI – 2; MA - 1v.

Atribuído a Bernardes em PR – 45.

Não incluído nas obras de Bernardes

6 - Doces lembranças da passada glória

C.I.: RH - 4v.; RI - 5v.

S.I.: LF – 43; TT- 155; C – 25; CV – 26

Atribuído a Diego Fernandez em BR - 91/92

7 - Em prisões baixas fui um tempo atado

C.I.:RI – 2; MA - 1v

S.I.: LF - 69v;CrB - 70; MsJur. - 75v.

Autoria camoniana rejeitada por Jorge de Sena

8 - Já a saudosa Aurora destoucava

C.I.:RI - 18v.; MA - 3

Atribuído a Camões em PR – 2; TT - 151v.

S.I.:LF - 125v.; CrB - 10v. e 18v.

Atribuído a Bernardes em PR – 50.

Não incluído nas obras de Bernardes

9 - Mostrando o tempo está variedade

Atribuído a Camões em PR – 25

S.I: LF – 8v; CrB – 63v

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

Atribuído a Diogo Bernardes em PR – 93

C.I: M – 226; RH – 16; RI – 15

S.I: LF – 42v; E – 2v; Ms. Jur. – 45; CV – 36v

10- No tempo que d'Amor viver soía

C.I.: RI - 2v.; MA - 9

Atribuído a Bernardes em PR – 89.

Não incluído nas obras de Bernardes

11- Num jardim adornado de verdura

C.I.: RH -3; RI - 4

Soneto de incipit semelhante nas obras de Bernardes

12 - Pois meus olhos não cansam de chorar

C.I.: RH - 21v; RI - 17v

Atribuído a Bernardes em PR – 22.

Não incluído nas obras de Bernardes

13- Por que quereis, Senhora que ofereça

C.I.: RH – 8; RI – 9

Atribuído a Camões em PR – 9; CrB – 19; M- 16

Atribuído ao Duque de Aveiro em CM - 156v e em FG-323

14 - Quando de minhas magoas a comprida

C.I.:MA - 3v; RI - 19

Atribuído a Diogo Bernardes.

Não incluído nas obras de Bernardes

15 - Quando o sol encoberto vai mostrando

C.I.:RH - 8v; RI - 9v

TT - 151 (autor incerto)

16 - Que levas, cruel Morte? Um claro dia

C.I.: MA - 11v; RI - 21v

S.I.: LF – 140; CrB - 71v; TT – 168; E – 8; C - 19

Atribuído ao Duque de Aveiro em PR

17 - Quem fosse acompanhando juntamente

C.I.: MA - 5v; RI - 20

S.I.: LF - 60v; CrB - 67v

Atribuído a Diogo Bernardes em PR – 83.

Não incluído nas obras de Bernardes

18 - Quem vê, Senhora, claro e manifesto

C.I.: RH – 4; RI - 5

S.I.:LF - 43v ; TT - 136v

Atribuído a Camões em PR - 45

Atribuído ao Duque de Aveiro em CM - 156v e em BNL (8920) 317v

19 - Quem vos levou de mim, saudoso estado

Atribuído a Camões em PR - 52

Atribuído a Bernardes em PR – 53.

Não incluído nas obras de Bernardes

20 - Se quando vos perdi minha esperança

C.I.: RH - 6v; RI – 7

Atribuído a Diogo Bernardes em PR -23

Incluído nas obras de Diogo Bernardes

21 - Todo animal da calma repousava

C.I.: M – 169; PR - 1RH - 3v; RI - 4v

S.I.: LF – 125; CrB – 3; E - 22v

Atribuído a Diogo Bernardes em PR – 49.  
 Não incluído nas obras de Bernardes

22 - Um mover d'olhos brando e piadoso  
 C.I.: RH – 9; RI - 9v

Há um com incipit semelhante a este atribuído a Estêvão Roiz em FT – 163v

Canções com mais de um testemunho quinhentista

1 - Tomei a triste pena

C.I.: RH- 34; RI- 41

Odes com mais de um testemunho quinhentista

1 - Detém um pouco, Musa, o largo pranto

C.I.: RH- 43; RI- 50v.

2 - Nunca manhã suave

C.I.: RH-50; RI- 58v

3 - Se de meu pensamento

C.I.: RH-46; RI- 54v.

Tercetos com um testemunho quinhentista

1 -Que novas tristes são que novo dano

C.I.: PR - 66

Éclogas com mais de um testemunho quinhentista

1 - A quem darei queixumes namorados

C.I.: RH-108; RI- 128

2 - Arde por Galatea branca e loura

C.I.: RH-100 ; RI-120v

Redondilhas com um testemunho quinhentista

1 - Amaria eu, Gil amigo

C.I.: Aned. - 166 (Camões)

2 - Amor que viu minha dor

C.I.: Ms. Jur. - 123v (Camões)

3 - Ana quisestes que fosse

C.I.:Ms. Jur. - 73v (Camões)

4 - Despues que os miré y me vistas,

C.I.: CV – 83v

5 - Macho sim, mas macho de andas

C.I.: Aned. - 162v (Camões)

- 6 - Não sei se por ser do Porto  
C.I.: Aned. - 166v (Camões)
- 7 - Nesta triste despedida  
C.I.: TT- 163 (Camões)
- 8 - Para evitar dias maus  
C.I.: Ms.Jur. - 107v (Camões)
- 9 - Quem olhar para esses olhos (Var.: Quem se confia em uns olhos)  
C.I.:Ms.Jur. 1v e 94v
- 10 - Veo que todos se callan/ Todo el mal se hazeblando  
C.I.: CV - 83
- 11 – Vós Senhora tudo tendes/ Tudo tendes singular  
C.I.: Ms. Jur. - 1
- Redondilhas com mais de um testemunho quinhentista
- 1 - Amor loco, amor loco  
C.I.:RH-163v; RI-180
- 2 - Amor que todos ofende  
C.I.:RH-155; RI-175
- 3 - Apartavam-se os meus olhos  
C.I.: RH-161v; RI- 178
- 4 - Coifa de beirame  
C.I.: RH-169/sic.167 - RI- 188v
- 5 - Com vossos olhos gonçalves  
C.I.: RH-167; RI - 181v
- 6 - Conde, cujo ilustre peito  
C.I.: RH - 147v; RI - 163v
- 7 - Corre sem vela e sem leme  
C.I.: RH- 156v; RI- 162
- 8 - D'alma e de quanto tiver  
C.I.: RH- 158; RI- 177
- 9 - De atormentado e perdido  
RH- 154v; RI -175
- 10 - De piquena tomei amor

C.I.: RH-161; RI- 178

11- De que me serve fugir

C.I.: RH- 167; RI- 182

12 - Descalça vai pola neve

C.I.: RH- 157v; RI - 176v

13 - Enforquei minha esperança

C.I.: RH- 158v; RI- 177v

14 - Esconjuro-te Domingas

C.I.: MA- 37v; RI - 183v

15 - Irmequero madre

C.I.: RH- 163v; RI- 187

16 - Minina dos olhos verdes

C.I.: RH- 160 (sic.164); RI- 186

17 - Minina não sei dizer

C.I.: RH- 166v; RI- 181v

18 - Muito sou meu inimigo

C.I.: RH- 147v; RI- 164v

19 - Não estejais agravada

C.I.: RH- 155; RI- 175v

20 - Não sei se me engana Helena

C.I.: RH-166v; RI- 181

21 - Olhos não vos mereci

C.I.: RH- 169v; RI- 182v

22 - Para que me dan tormento

C.I.: RH- 162v; RI- 179

23 - Pequenos contentamentos

C.I.: MA- 38; RI- 188

24 - Perguntais-me quem me mata

C.I.: MA- 37; RI- 183

25 - Pois a tantas perdições

C.I.: MA- 39v; RI- 188

- 26 - Pois me faz dano olhar-vos  
C.I.: RH- 166; RI- 181
- 27 - Pus o coração nos olhos  
C.I.: RH- 158; RI- 177v
- 28 - Pus meus olhos nũa funda  
C.I.: RH- 159; RI- 177v
- 29 - Qual terá culpa de nós  
C.I.: RH- 157v / RI- 176v
- 30 - Quem ora soubesse  
C.I.: RH- 159v; RI- 185v
- 31 - Se alma ver-se não pode  
C.I.: MA- 37v; RI- 183v
- 32 - Se de meu mal me contento  
C.I.: RH- 162 ; RI- 179
- 33 - Se me desta terra for  
C.I.: MA- 38; RI-184
- 34 - Se me levam agoas  
C.I.: RH- 159 e 160; RI- 186 (sic 198)
- 35 - Se vossa dama vos dá  
C.I.: RH- 146v; RI- 168v
- 36 - Sospeitas que me quereis  
C.I.: RH- 142v; RI- 161 (sic 155)
- 37 - Tende-me mão nele  
C.I.: MA-39; RI- 190
- 38 - Todo es pocoloposible (I) / Vedqu'enganosseñorea  
C.I.: RH- 165v; RI- 180
- 39 - Todo es pocoloposible (II) / Possible es a mi cudado  
C.I.: RH- 165v; RI- 180
- 40 - Trabalhos descansariam  
C.I.: RH- 149; RI- 170
- 41 - Trocai o cudado  
C.I.: RH- 160v; RI- 186v

- 42 - Tudo pode ãa afeição  
C.I.: RH- 152; RI- 173
- 43 - Vede bem se nos meus dias  
C.I.: RH- 165v; RI- 180v
- 44 - Vejo-a n'alma pintada  
C.I.: RH- 151; RI- 171v
- 45 - Ver e mais guardar  
C.I.: RH- 161; RI- 187
- 46 - Vida da minha alma  
C.I.: RH- 164v; RI- 188
- 47 - Vós Senhora tudo tendes/ Dotou em vós natureza  
C.I: RH – 162v; RI – 179
- 48 - Vosso bem querer Senhora  
C.I.: MA- 38; RI- 184

#### Redondilhas contestadas

- 1 - Sem ventura é por demais  
RH- 151v / RI - 172v

Atribuído a João Pereira Pinheiro (cf. Agostinho de Campos em Antologia Portuguesa, II, p.XI.).

#### CORPUS POSSIBILE

##### Sonetos

- 1- Memória do meu bem cortado em flores  
Variante: Oh! memória do bem cortado em flores

##### Tradição manuscrita:

S.I.:LF - 119; FT-16

##### Tradição impressa:

RV – 121; HC – 195; CP – 128; SJ – 151; CSMB – 331; MLS – 210

- 2- O dia em que nasci moura e pereça

Variante: O dia, hora em que naci moura e pereça

##### Tradição manuscrita

S.I.:LF – 32; CrB – 65v.

##### Tradição impressa

RV – 171; HC – 201; CP – 131; SJ – 161;; CSMB – 333; MLS - 156. h

- 3 – Ah minha Dinameneasydeixaste

Variante: Ah, minha Dinameneassi duraste

Tradição manuscrita

S.L.: CrB-70; LF-69 v

Tradição impressa

AC – 33; FSII – 70;

Jur. – 170; TB1 – e TB 2 – 172;

RV – 115; HC – 172; CP – 101; SJ – 105; CSMB – 171; MLS – 151

4 - Diana prateada esclarecida

Variante: Diana prateada esclarecia

Tradição manuscrita

LF-122; CrB-60v.

Tradição impressa

AC – 28

Jur. – 289; TB1 e TB2 – 167

RV – 44; HC – 160; CP – 137; SJ – 127; CSMB – 166; MLS II - 174

5 \_ Senhora se do vosso lindo gesto

Variante: Se de vosso fermoso e lindo gesto

Tradição manuscrita

LF-126; CrB-71

Tradição impressa

AC – 35

Jur. – 293; TB1 e TB2 – 174

HC – 161; CP – 142; SJ – 192; CSMB – 173; MLS II - 112

6 - Ah! Fortuna cruel! Ah! duros Fados!

Tradição manuscrita

E-15

Tradição impressa

AC – 2; FS II – 74

Jur. – 174; TB1 e TB2 – 141

HC – 174; CP – 114; SJ – 104; CSMB – 140; MLS II - 207

7 - Dizei, Senhora, da beleza idea

Tradição manuscrita

LF-49

Tradição impressa

AC – 17

Jur. – 281; TB1 e TB2 – 156

RV – 55; HC – 140; CP – 121; SJ – 131; CSMB – 155; MLS II - 78

8 – Enquanto Febo os montes acendia

Tradição manuscrita:

CrB-68v

Tradição impressa

AC – 32

Jur. – 292; TB1 e TB2 – 171

RV – 177; HC – 130; CP – 124; SJ – 139; CSMB – 170; MLS II - 58

9 - Ditosa pena, ditosa mão que a guia

Variante: Ditosa pena como a mão que a guia

Tradição impressa:

MB (Arte de Escripta)

Tradição impressa

FS II-87

Jur. – 187; TB1 e TB2 – 240

RV – 165; HC – 193; SJ – 128; CSMB – 238; MLS II - 368

A descoberta do Cancioneiro Verdeleho requer que se traga à colação, de imediato, os testemunhos de textos anteriormente estabelecidos por Leodegário A. de Azevedo Filho. Afinal, nenhuma edição crítica é definitiva e cada novo testemunho requer novos estudos e até possíveis novas conclusões.

#### ABREVIATURAS UTILIZADAS

Aned. - Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista

BGUC - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BMP- Biblioteca Municipal do Porto

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

BNM - Biblioteca Nacional de Madrid

BNP - Biblioteca Nacional de Paris

BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BR - Cancioneiro da Biblioteca Riccardina; de Florença

C- Cancioneiro de D. Cecília de Portugal

CE- Códice eborense (Cancioneiro Geral. Continuação ao de Garcia de Resende, compilado por A. F. Barata e avaliado por Teófilo Braga)

CEV - Camões: época e vida. Teófilo Braga

CFT - Cancioneiro Fernandes Tomás. ed. de CMV

C. I. - Com indicação

CPR - Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro

CrB - Cancioneiro de Cristóvão Borges

DB - Diogo Bernardes

DF1 - Domingos Fernandes: edições de 1607 ou 1614

- DF2 - Domingos Fernandes: edições de 1616  
 DMP - Dom Manuel de Portugal  
 E - Cancioneiro da Biblioteca do Escorial (Ms. III - Ç - 22)  
 ERC - Estêvão Rodrigues de Castro  
 Esc. - Manuscrito b - IV - 28, da Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo del Escorial  
 FD - Foulché-Delbosc: 136 sonnets anonymes (dos manuscritos M. 2 e M. 4 da Biblioteca Nacional de Madrid)  
 F. - Fólio  
 Fs. - Fólios  
 Év. - Cancioneiro da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Manuscrito CXIV/1 - 17)  
 FS - Manuel de Faria e Sousa: Rimas várias  
 FT - Cancioneiro Fernandes Tomás  
 HPC - Hispano-Portuguese Cancioneiro of the Hispanic Society of America  
 LF - Cancioneiro de Luís Franco Correa  
 M - Cancioneiro da Real Academia da História de Madrid (Manuscrito 12-26-8/D-199)  
 MA - Manuscrito apenso a um exemplar das Rhythmas, da Biblioteca Nacional  
 MF - Cancioneiro Manuel de Faria  
 MH - Cancioneiro de D. Maria Henriques  
 Misc. - Miscelânea de Miguel Leitão de Andrada  
 MLS - Maria de Lurdes Saraiva: Lírica completa (I, II e III)  
 Ms. - Manuscrito  
 Mss. - Manuscritos  
 Ms. Jur. - Manuscrito Juromenha I e II (II - Portuguese Collection - D 70, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América). O Ms. Jur. II é, quase todo, de poesias de Sá de Miranda. Por isso, para o I, indicaremos apenas: Ms. Jur.  
 OC - Obras completas  
 OI - Obras inéditas dos nossos insígnis poetas Pedro da Costa Perestrello [...] e Francisco Galvão, por António Lourenço Caminha  
 Oxf - Cancioneiro de Oxford (Ms. 189 do All Souls College)  
 P. - Página, páginas  
 PR - Índice do Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro  
 RH - Rhythmas, edição de 1595  
 RI - Rimas, edição de 1598  
 R/V - José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira: Lírica de Camões  
 S.I. - Sem indicação de autoria  
 SJ - António Salgado Júnior: Obra completa, de Luís de Camões  
 T. - Tomo  
 TA - Tomás de Aquino: Obras de Luís de Camões  
 TB1 - Teófilo Braga: edição de 1873/74  
 TB2 - Teófilo Braga: edição de 1880 (edição Ferreira de Brito)  
 T.I. - Tradição impressa  
 T.M. - Tradição manuscrita  
 TT - Manuscrito 2209 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
 V. - Vide, verso, versos

Var.- Variante

Vol. -Volume

Vols.- Volumes

### Referências bibliográficas

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Lírica de Camões. História, metodologia e corpus*. Lisboa, Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1985.

\_\_\_\_\_. *Lírica de Camões. Sonetos*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.2, tomo I, 1987.

\_\_\_\_\_. *Lírica de Camões. Sonetos*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v. 2, tomo II, 1990.

CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. Ed.fac-simile do exemplar pertencente à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Ed. comemorativa do IV centenário da morte de Luís de Camões a 10 de junho de 1980.

\_\_\_\_\_. *Rimas*. Reprodução fac-similada da ed. de 1598. Estudo introdutório de Vitor Manuel de Aguiar e Silva. Universidade do Minho, 1980.

MELO, Ataíde e. “Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até o final do séc. XIX”. In: *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional. Série II, vol. V, 1924.

# O ENSINO DO PRONOME RELATIVO

Paulo Cesar Costa da Rosa (Uerj/Abrafil/Cesgranrio)

## RESUMO:

O objetivo deste artigo é discutir o papel do professor de língua portuguesa, em sua busca por desenvolver o domínio de estruturas da norma-padrão da língua portuguesa, especialmente o pronome relativo, por parte dos alunos iniciantes.

Palavras-chave: Ensino; Norma-padrão; Língua portuguesa; Pronome relativo.

## ABSTRACT:

The purpose of this paper is to discuss the role of the Portuguese-speaking teacher, in his quest to develop the mastery of structures of the Portuguese language standard norm, especially the relative pronoun, by the beginning students.

Key words: Teaching; Standard Norm; Portuguese Language; Relative Pronoun.

## INTRODUÇÃO

A reinterpretação do pronome relativo no português contemporâneo – especialmente no Português Brasileiro (PB) – enquadrado na categoria de simples conector subordinativo, tendo, portanto, perdido parte de sua função original. Essa é, pois, a nova estrutura adquirida pelos falantes do PB. Esse fenômeno se dá em consonância com a progressiva importância do padrão sujeito+verbo+objeto (SVO) não mais como ordem canônica, mas como ordem rígida e necessária. Nesse contexto, o professor de língua portuguesa tem o desafio de criar estratégias para ensinar essa estrutura não adquirida, bem como as repercussões de seu emprego.

O objetivo deste artigo não é propriamente discutir com profundidade a trajetória do pronome relativo no português brasileiro e sua reinterpretação como um conector subordinativo destituído de uma série de propriedades do pronome relativo das chamadas “relativas-padrão”. O objetivo maior é trazer para a discussão o papel, ou melhor, um dos papéis do professor de língua portuguesa no ensino fundamental e no médio, em sua busca por desenvolver a capacidade de manejo com estruturas da norma-padrão da língua portuguesa, especialmente o pronome relativo – estrutura que aqui será abordada.

## 1. O PORTUGUÊS SÃO DOIS?

No início deste século, em um evento na UERJ, a professora Maria Eugênia Lamoglia Duarte apresentou uma conferência com o título “O ensino da língua em contexto de mudança”<sup>1</sup> e fez questão de observar que não usaria o adjetivo “materna” para a palavra “língua” porque via ali uma inconsistência no emprego desse adjetivo. Para ela – e concordo com isso – a língua materna não se ensina; portanto, não se aprende. Língua materna se adquire, desde os primeiros meses de idade. Segundo a professora M<sup>a</sup> Eugênia, a língua aprendida na sala de aula de português é a língua oficial. Faço aqui apenas uma ressalva acerca desta última expressão – “língua oficial”. Entendo que língua oficial é a língua constitucionalmente estabelecida, e que nem sempre coincide com a língua nacional de um estado. Em Cabo Verde, por exemplo, a língua oficial é o português, ao passo que a língua nacional – a língua adquirida – é o crioulo cabo-verdiano. Aliás, a Constituição da República de Cabo Verde<sup>2</sup> dispõe que “o Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.” Ou seja, há um desejo de realizar uma transição, mas a língua oficial é o português. Enfim, isso é apenas um exemplo.

No caso do Brasil, o português é tanto a língua oficial quanto a língua nacional. Dessa forma, o professor de língua portuguesa no ensino fundamental e no médio tem de estar consciente de que não vai dar aula de língua materna, já que ensinar língua materna, conforme já dissemos, é uma contradição. Sempre que houver necessidade de abordar aspectos de gramática, esse professor vai ensinar fatos de linguagem, por assim dizer, inéditos para os alunos. Esses fatos de linguagem a que eu me refiro são comumente acréscimos parciais àquilo que o aluno já adquiriu. Posso dar como exemplo um tópico muito conhecido: “a colocação do pronome átono”. Já o próprio título do tópico não se coaduna com a realidade brasileira. A rigor, o brasileiro não adquire pronomes átonos: os pronomes oblíquos do português brasileiro são subtônicos. Pronomes átonos do português-padrão “me, te, se, lhe, nos, vos” são adquiridos como “mi, ti, si, lhi, nus, vus”. Como essa cliticização é um fenômeno sintático-fonológico, o fato de o brasileiro não fazer a redução da vogal átona final – típica, por exemplo, entre os lusitanos – retira do fenômeno qualquer naturalidade possível. Portanto, uma das tarefas do professor será criar estratégias para –

1- Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12\\_3.htm](http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_3.htm)>. Acesso em: 5 dez. 2019.

2- Disponível em: <<http://portais.parlamento.cv/rppd/legislacao/cr.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

digamos assim – apresentar a atonicidade dos pronomes átonos para os seus alunos, que os adquiriram como subtônicos.

Entretanto, é importante ressaltar que não se trata de duas línguas diferentes. Dizer que o português das ruas é uma língua e o português da escola é outro vai bem como retórica, como objeto de poesia (como em Drummond, “O português são dois; o outro, mistério”). Para falar de duas línguas diferentes, seria necessário estarmos diante de dois sistemas diferentes. Por exemplo, as preposições do inglês *of* ou *with* são definitivamente distanciadas das do português *de* e *com*. Em contrapartida, a aquisição brasileira subtônica “*di* e *cum*” não interfere dramaticamente na regência tanto padrão quanto não padrão de verbos como *gostar* ou *conversar*: quem gosta “gosta de”; quem conversa “conversa com”. O que eu estou querendo afirmar com isso é que há menos distância entre o português padrão e o não padrão do que supõe a nossa vã filosofia. Confesso que não tenho uma visão apocalíptica de que haja um abismo entre essas duas modalidades. O que há é muito trabalho a fazer, muita estratégia de ensino do português-padrão a desenvolver, sem imposições, mas com reflexões. (Aliás, a respeito da prática do professor de língua portuguesa no ensino fundamental e no médio, não custa abordar brevemente essa história de o professor ser “o dono da verdade e que impõe o português certo em detrimento do português errado do aluno”. Nos meus quase trinta anos de ensino fundamental e médio, eu nunca tive essa prática e não fui apresentado a qualquer profissional que acreditasse nisso. Conheço esse personagem ou de poemas como o de Drummond ou Oswald de Andrade ou de alguns livros da área do estudo de língua.)

## 2. O ENSINO DO PRONOME RELATIVO

No que concerne a estratégias de ensino, uma boa prática docente será entrar em sala nem achando que estamos no melhor dos mundos nem acreditando que tudo está perdido: não há paraíso nem apocalipse. É assim que eu entro no tema que eu prometi abordar neste artigo: o ensino do pronome relativo. Quando eu falo de pronome relativo, não tenho como deixar de lembrar do grande estudioso – embora infelizmente de vida breve – Fernando Tarallo. Sua sociolinguística variacionista foi para mim de extrema relevância, no sentido de me indicar caminhos para o ensino de língua. Acho que a sociolinguística tem um papel extremamente importante de apontar caminhos. Eu apenas acredito que, como professor dos ensinos fundamental e médio, não devo chegar às mesmas conclusões que um linguista. Seu papel é especular e descrever o fenômeno; meu papel é pôr em prática estratégias

que nasceram a partir dessas especulações e descrições. É meu papel, por exemplo, aprender e elaborar estratégias de ensino, quando leio em Tarallo, em seu “Diagnosticando uma gramática brasileira”, que o português brasileiro tem três tipos de estratégias de relativização: a *pied-piping* (posteriormente chamada por outros estudiosos de relativa **padrão**); a relativização com “pronomes lembrete” (também chamada de **copiadora**); e a relativização **cortadora**, que é uma relativa com lacuna, sem a possível preposição e sem o pronome lembrete.

Tarallo diz que “a estratégia com pronome lembrete e a relativa cortadora (a qual, aliás, pouco ocorre no sistema lusitano) entraram no sistema em substituição à moribunda estratégia *pied-piping*.” É exatamente aqui que meu caminho como professor de português se distancia do caminho de Tarallo. Não se trata, como eu já disse, de termos posições teóricas discordantes – longe disso. Apenas ele segue o caminho da descrição, ao passo que eu vou pelo caminho da prática na sala de aula. Aliás, Fernando Tarallo vai usar essa divergência de estratégias por parte dos brasileiros para diagnosticar indícios de uma língua nova, o brasileiro. Eu, por meu turno, vou buscar na descrição do Tarallo elementos para ensinar o uso do pronome relativo padrão aos alunos. Não acredito que haja uma “moribunda estratégia *pied-piping*”, e que, portanto, “não há mais o que fazer”, já que a mudança estaria consolidada. Ao contrário, há muito que fazer.

Entendo que a substituição da estratégia *pied-piping* pelas outras duas é uma tendência das modalidades não padrão do português brasileiro. Aliás, é assim que as línguas mudam – a partir de reinterpretações de regras e encaixamentos de uma série de outras reinterpretações. A negação brasileira do *pied-piping* não se dá de maneira solitária: ela está encaixada, por exemplo, ao enrijecimento do padrão sintático SVO. Isso é possível aprender com o próprio Tarallo. Ora, acontece que não cabe a mim, como professor de ensino fundamental e médio, levar esse debate para essa sala de aula. Esse debate deve dar-se na Faculdade de Letras. Nos níveis escolares mais abaixo, é necessário apontar soluções.

A expressão *pied-piping* está relacionada à lenda do Flautista de Hamelin, que arrastou, tocando sua flauta, os ratos para fora da cidade. Em circunstâncias de norma-padrão, a presença do pronome relativo no início da oração adjetiva não tem a simples função conectora. Seu papel vai além disso: eletem função sintática. Isso significa dizer que, caso ele seja objeto, sua colocação subverterá a ordem rígida (não padrão) do português brasileiro, SVO. A metáfora de Hamelin se justifica pelo fato de que o objeto é arrastado (como os ratos) para o início da oração. Reitero que o brasileiro, em sua

reinterpretação desse aspecto de sintaxe, não reconhece – pela simples via da aquisição – como complemento verbal um sintagma que esteja antes do verbo. Tampouco interpretará normalmente como sujeito um sintagma posposto ao verbo. Dessa forma, quando um brasileiro diz que “O filme que eu mais gostei foi *Guerra nas estrelas*”, ele não se esqueceu de empregar a preposição “de”. Apenas usou a estratégia cortadora, em que ele elide o objeto indireto “do filme”. O que estou dizendo é que o exemplo acima é o resultado da supressão de “do filme” ou “dele” que está na frase “O filme que eu mais gostei **do filme/ dele** foi Guerra nas estrelas”.

Como se pode ver, será inócua a orientação de que deveria ser “O filme de que/do qual eu mais gostei ...”, porque “quem gosta ‘gosta de’”. Qualquer brasileiro sabe que “quem gosta ‘gosta de’”. Ele sabe disso porque essa regência foi adquirida; portanto não precisa ser ensinada. O que o brasileiro desconhece é outro fato: a existência do próprio pronome relativo. Quando falo em “existência de pronome relativo”, refiro-me naturalmente ao pronome relativo da norma-padrão, com o poder de introduzir uma oração, fazer uma referência endofórica que é a anáfora e exercer uma função sintática. O pronome relativo que é adquirido pelo brasileiro perdeu a função sintática e o valor anafórico. É importante, a propósito, ressaltar que esse esvaziamento do pronome relativo é gradativo. Para ter uma ideia, em sua pesquisa, Tarallo faz um acompanhamento diacrônico (em textos de peças teatrais), e, comparando a estrutura *pied-piping* com a estratégia cortadora, conta que a primeira sai de 89% de ocorrências no texto estudado em 1775 e vai a 35% no texto de 1880. A ocorrência da cortadora sai de 0,9% e vai a quase 60% no mesmo período. É realmente uma mudança de estratégia. Não custa lembrar que em 1930 (50 anos depois de 1880) era gravado o samba de Noel Rosa *Com que roupa?*, em que se pergunta “Com que roupa eu vou pro samba que você me convidou?”. Já nessa época, soa absolutamente natural a estrutura cortadora “que você me convidou” em vez da *pied-piping* “**para que** (ou **para o qual**) você me convidou”

Portanto, eu entendo que o professor, ao ensinar o emprego do pronome relativo, deve partir do pressuposto de que seu aluno conhece parcialmente o pronome relativo. Nesse sentido, será necessário, por assim dizer, recolocar na gramática internalizada pelo aluno (aquela que foi adquirida desde os primeiros meses de vida) o pronome relativo perdido. Alguém há de perguntar por que é necessário recuperar essa estrutura em particular. Eu respondo que não se trata de particularidade. É importante pensar na norma-padrão como um todo. Eu não tenho dúvidas de que a necessidade de ensinar e aprender a norma-padrão passa por um anseio das elites da nossa sociedade. Entendo

que esse debate é crucial e que o aluno deve participar dele. Entretanto, quero ater-me especificamente à prática de sala de aula e lembrar que essa norma é a modalidade de referência para a produção de muitos gêneros textuais importantes entre nós. Somente para ficar em um exemplo, citemos um gênero textual valorizadíssimo em nosso grupo social: o texto de lei. Quero dizer que os textos legais devem lançar mão de estruturas tradicionais, sob pena de não haver segurança na precisão das intenções de um enunciado legal qualquer. Não estou com isso afirmando que a norma-padrão tem mais poder de comunicação do que uma variedade não padrão – não se trata disso. Apenas afirmo que quem está às voltas com as leis não vê com bons olhos as mudanças linguísticas, ainda que isso seja um fenômeno intrínseco às línguas. Nesse sentido, não há como negar que estamos diante de um poderoso manancial que produz as forças centrípetas que agem sobre as mudanças linguísticas, com o intuito de detê-las. Não há, entre a sociedade letrada, manifestações veementes em prol de mudanças no código linguístico supostamente ideal para exprimir leis com precisão, o qual se constitui na norma-padrão. Pelo contrário, existe entre essa parcela da população a crença de que há um português certo e um português errado.

Desse modo, ao professor de língua portuguesa no ensino fundamental e no médio não resta senão ensinar a estrutura que não foi adquirida, sem, naturalmente, defender a ideia de que haja uma modalidade superior. Quero ilustrar a questão com uma breve passagem do Código de Processo Civil<sup>3</sup>, de 2016. O artigo 106 da Seção IV do Título I do Livro III dispõe o seguinte: “Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado declarar, na petição inicial ou na contestação, o endereço, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações.”

Quero destacar o emprego do pronome relativo combinado com a preposição: “o nome da sociedade de advogados **da qual** participa”. Se o pronome **qual** não estivesse preposicionado, não haveria instruções seguras de que é o “advogado quem participa da sociedade de advogados”. A informação seria outra: “a sociedade de advogados participa para recebimento de intimações”. Aqui não cabe a recuperação do implícito da canção de Noel Rosa ou da mensagem da secretária eletrônica, que diz e todos entendem que “o número que você ligou está desligado”. Aqui o objetivo é evitar qualquer traço de ambiguidade.

Neste passo, cabe a pergunta: como então é possível ensinar essa estrutura que não foi adquirida?

Creio que a estratégia mais adequada será fazer o caminho inverso da perda a estratégia  *pied-piping*  padrão. Se a estrutura padrão perdeu força por causa do enrijecimento do padrão sintático SVO, cabe ao professor exercitar com os alunos as possibilidades de movimento dos constituintes envolvidos na estruturação padrão do pronome relativo. Nesse sentido, observo que os livros didáticos, em sua seção destinada a exercícios de emprego de pronomes relativos, via de regra trabalham com dois tipos de exercícios. Um exercício é o de preencher lacunas com os pronomes relativos e as preposições necessárias. O outro consiste em apresentar duas orações absolutas e solicitar que se subordine a segunda à primeira, com o auxílio de pronomes relativos.

As estratégias que eu desenvolvi e vou mostrar aqui foram amplamente empregadas por mim como do professor de língua portuguesa no ensino fundamental e no médio, tendo obtido algum êxito.

O primeiro momento é perguntar aos alunos quais são os pronomes relativos. De um modo geral, lembram-se do pronome **que** e muito raramente do **qual** e do **cujo**. Nesse momento, eu peço que eles organizem os pronomes relativos em dois grupos: um contém o pronome **cujo(a/s)**; o outro contém o pronome **que** e suas faces. Chamo de “faces do **que**” os outros pronomes relativos listados comumente pelas gramáticas: (o,a/s) **qual(is)**, **quem**, **como**, **quanto(a/s)**, **onde**. Entendo que são “faces do **que**” porque eles se comportam como ocorrências especiais de **que**, a saber: o pronome **o qual** é um **que** dotado de número e gênero; o **quem** é um **que** especial para humanos; o **como** é um **que** com ideia de modo; o **quanto** é um **que** com valor de indeterminação; o **onde** é um **que** com ideia de lugar físico. Portanto, é como se existissem dois pronomes relativos: o **cujo** e o **que** e suas faces. Eu entendo que essa reorganização é pedagogicamente positiva, pois delimita o alcance dos pronomes relativos e ressalta o comportamento exclusivo do pronome **cujo**. Observe-se que, em momento algum, será necessário falar das funções sintáticas, seja de **que**, seja de **cujo**. Esse conhecimento metalinguístico em nada contribui para o aprimoramento do desempenho dos alunos no emprego do pronome relativo.

O segundo momento consiste em apresentar o passo a passo da resolução do exercício. Eu entendo que, ao orientara resolução do exercício, o professor estará na verdade introduzindo o aluno num ambiente sintático que é desconhecido por ele, já que não foi adquirido: um ambiente no qual onde a ordem sujeito+verbo+objeto deixa de ser indispensável para ser opcional. Será a partir dessa experiência que fará sentido produzir um enunciado empregando a oração relativa-padrão.

## 2.1. Exercício de preenchimento de lacunas

Apresentam-se no quadro (lousa) alguns períodos, cujas lacunas serão preenchidas com pronomes relativos eventualmente preposicionados. Devem-se apresentar no mínimo quatro períodos, de modo a abordar orações introduzidas por **quecujo**, preposicionadas ou não. Por exemplo:

a) Cancelamos a matrícula do clube \_\_\_\_\_ nós frequentamos desde 1989.

b) Cancelamos a matrícula do clube \_\_\_\_\_ nós nunca gostamos.

c) Cancelamos a matrícula do clube \_\_\_\_\_ presidente está envolvido em negócios escusos.

d) Cancelamos a matrícula do clube \_\_\_\_\_ presidente nós nunca concordamos.

A seguir, apresenta-se o passo a passo para o preenchimento das lacunas. Os passos são os seguintes:

1) Preencha a lacuna com o pronome relativo adequado\*.

\* Deve-se aqui fazer a seguinte observação para os alunos: o pronome relativo adequado será **cujo**se, logo após a lacuna, houver um **substantivo comum**, com o qual aliás o **cujo** deverá concordar. Caso não o seja, o pronome relativo adequado será **que** ou uma de suas faces.

2) Verifique se existe uma preposição sendo exigida para introduzir a lacuna. Essa verificação deve ser feita da seguinte forma: procura-se combinar o substantivo que está imediatamente antes da lacuna com o primeiro verbo que está depois dela.

No período (b), por exemplo, o aluno vai chegar a uma oração como “nós nunca gostamos **do** clube”. O aluno descobre facilmente a preposição que faltava, justamente porque, em virtude da preponderância do padrão SVO, um brasileiro só reconhece seguramente um termo como complemento verbal, caso esse termo esteja posposto ao verbo.

Dessa forma, começarão a fazer sentido, além do emprego do simples **que**, seqüências como **de que/da qual**; **cujo presidente** ou **com cujo presidente**.

## 2.2. Exercício de subordinar a segunda oração à primeira

Apresentam-se no quadro as orações a serem transformadas em um período. Por exemplo:

a) O clube é o melhor do país. Nós frequentamos o clube desde 1989.

A seguir, apresenta-se o passo a passo das substituições e dos movimentos implicados na transformação. Os passos são os seguintes:

- 1) Sublinhe os dois termos que se repetem.
- 2) Substitua o segundo sublinhado pelo pronome relativo adequado\*.
- 3) Transfira o pronome relativo (com a preposição, se houver) para o início da oração em que ele se encontra.
- 4) Transfira toda a oração transformada para logo após o primeiro sublinhado.

\* Deve-se aqui fazer a seguinte observação para os alunos: o pronome relativo adequado será **cujo** se o sublinhado estiver na fórmula **substantivo comum + preposição de + termo sublinhado**. Caso não o seja, o pronome relativo adequado será **que** ou uma de suas faces.

Nesse ponto, será preciso orientar o aluno no procedimento a ser seguido para empregar o pronome **cujo**. Nesse caso, poderá ser apresentado um exemplo como este:

b) O clube é o melhor do país. Nós frequentamos a piscina do clube desde 1989.

No caso acima, existem condições para o emprego do pronome **cujo**, já que a fórmula “substantivo comum(**piscina**) + preposição *de* + termo sublinhado (**do clube**)”. Dessa forma, o aluno deve ser orientado a substituir a sequência “*de* + termo sublinhado” por **cujo**, que deve concordar (em gênero e número) com o substantivo da fórmula: “cuja piscina”. Será importante aqui aproveitar para mostrar para o aluno algumas das principais restrições do pronome “cujo”: 1) não existe “cuja a”; 2) não se espera a sequência “cujo Brasil”, mas “cujo país”; 3) não se esperam sequências como “cujo falei”, “cujo ele”, “cujo alguém”, etc. Em termos de norma-padrão, a combinação adequada para o pronome “cujo” será necessariamente com um substantivo comum.

### 3. CONCLUSÃO

O objetivo deste breve artigo foi discutir o papel do professor de língua portuguesa no ensino fundamental e no médio, em sua busca por desenvolver a competência e o desempenho dos alunos no manejo de estruturas da norma-padrão da língua portuguesa, especialmente o pronome relativo. Isso exigirá do professor a capacidade de criar estratégias para ensinar estruturas não adquiridas, bem como as repercussões de seu emprego.

Dessa forma, o professor de língua portuguesa no ensino fundamental e no médio tem de estar consciente de que vai dar aula de uma língua que não

é propriamente a materna, mas uma língua de estruturas alheias à aquisição dos alunos, podendo, portanto, ser comparadas a ocorrências linguísticas de uma língua estrangeira. Nesse sentido, o professor tem de estar cômico de que vai ensinar fatos de linguagem, por assim dizer, inéditos para os alunos, constituindo-se em fatos que serão acréscimos parciais àquilo que o aluno já adquiriu.

Enfim, cabe reiterar que nossa prática docente nos níveis fundamental e médio, no que concerne especificamente ao ensino de gramática, não deve ser entendida como reacionária, mas essencialmente conservadora, no sentido de que está a serviço das forças que atuam centripetamente sobre a natural e esperada mudança linguística.

#### 4. REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?** São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. **Código de processo civil e normas correlatas.** 9. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde** Disponível em: <<http://portais.parlamento.cv/rppd/legislacao/cr.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

DUARTE, M. E. L. **O ensino da língua em contexto de mudança.** Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12\\_3.htm](http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_3.htm)>. Acesso em: 5 dez. 2019.

MATTOS E SILVA, R. V. Variação, mudança e norma. In: CARDOSO, Suzane A. M. **Diversidade linguística.** Salvador: Edufba, 1996.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica (homenagem a Fernando Tarallo).** 2.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 1995.

# A LINGUAGEM DO PODER: AS ESTRATÉGIAS (DES)INFORMATIVAS DA GRANDE MÍDIA

Terezinha Bittencourt (UFF-ABRAFIL)

## RESUMO:

Este trabalho tem por escopo mostrar as estratégias linguísticas utilizadas pela grande mídia para produzir discursos de caráter marcadamente apelativos, ocultos em discursos de aparência informativa.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, mídia, persuasão

## ABSTRACT:

This paper intends to show the language strategies used by the media to produce appealing discourses disguised as information.

KEY WORDS: discourse, media, persuasion

O tema proposto trata das relações, algumas vezes delicadas e sutis, outras tantas vis e espúrias entre a linguagem e o Poder. Para refletir sobre tema de tão longo alcance, já que envolve tanto questões de natureza linguística, pois de linguagem se trata, quanto questões de natureza ideológica, pois diz respeito ao exercício do poder, começo utilizando como mote para a discussão o seguinte fragmento de Fernando Pessoa: *Os campos são mais verdes no dizer-se do que no seu verdor. As flores, se forem descritas com frases que as definam no ar da imaginação, terão cores de uma permanência que a vida celular não permite.* Já se vê que é do primeiro sintagma de nosso tema, o poder da linguagem, que nosso poeta está falando e é sobre esse fenômeno e seu fantástico poder demiúrgico de dar existência ao cosmos que vou discorrer.

A linguagem verbal apresenta tantas facetas distintas, complexas e misteriosas que qualquer afirmativa que se faça sobre tal fenômeno se mostra sempre insuficiente e nunca consegue abarcá-lo em sua integralidade. Parece, aos olhos do investigador, um caleidoscópio, assumindo novas feições, novo recorte, novo desenho, à mais pequenina mudança de posição do observador, como se fosse mesmo uma miragem, algo que parece ser apenas fruto da ilusão de nossos sentidos.

Talvez advenha daí o seu caráter tão misterioso, temeroso e fascinante. Misterioso, porque, embora já haja uma tradição de mais de dois mil anos de estudos a seu respeito, seu conhecimento dá sempre a impressão de estar no começo. Temeroso, porque, penetrar em universo tão denso e complexo, provoca sempre, senão um respeito quase sagrado, ao menos o medo que todos sentem pelo Desconhecido. Fascinante, porque tentar conhecê-la é sempre um risco que se impõe a todos os que têm a coragem de se meter em semelhante empreitada, pois é necessário algum engenho, muita arte e uma grande dose de audácia para buscar a essência do ser humano, aquilo que o faz ser o que é, seu sentido e finalidade última, enfim, sua completude absoluta.

Sábios foram os hindus que ensinavam que a palavra é a própria alma do universo, já que o nome das coisas é o seu próprio movimento e dinamicidade, e só a palavra é capaz de lhes dar luminosidade. Daí que, no mundo védico, a deusa Voz seja, dentre todas as divindades, a mais celebrada e, por isso mesmo, a mais orgulhosa também, por conhecer a sua força.

Há um provérbio árabe, lido já não me lembro onde, que diz que as palavras são como setas, depois de lançadas só param quando atingem o seu alvo. E, seja lá como for, elas sempre o atingem, pois funcionam como uma ponte a ligar universos tão solitários e absolutos como a consciência humana.

Desde criança comecei a perceber - e creio que essa experiência não foi um privilégio meu, sendo, na verdade, compartilhada por todas as pessoas - como era incrível haver, atrás de meros sons que saíam de nossa boca, uma infinidade de significados que, juntos, podiam construir mundos fantásticos, tornar existente aquilo que ainda não existia, afirmar, negar, mentir, consolar, amar, odiar, sonhar, escapar, voar, enfim, criar, dar vida àquilo que ainda era nebuloso e informe.

Deixando a voz do grande poeta pantaneiro, Manoel de Barros, ajudar a tecer o meu discurso, fui, cada vez mais, descobrindo que *um homem pode enriquecer a natureza com a sua incompletude*. Talvez, em virtude mesmo desta incompletude, por ser um ser não perfeito, já que não acabado é que, com o poder conferido pela linguagem, nos transformamos subitamente em Prometeu, tentando roubar o fogo sagrado do conhecimento da essência humana. Esse fogo se encontra na linguagem verbal, pois como diz Heidegger, ela é a casa do ser e em sua habitação mora o ser humano.

Para se conhecer o ser das coisas, é necessário penetrar no universo da linguagem e tentar responder à pergunta: *Que é linguagem verbal?* É a senha para descobrir a essência do homem. Muita pretensão de minha parte ter a ousadia de sequer colocar semelhante questão. Todavia, com um pouco da arrogância que todos nós temos - e se não tivéssemos, o que seria do engenho e da arte? - estamos aqui, transformando nossa vida numa busca incessante pela deusa Voz.

Se ainda não conseguimos desvendar o mistério de seu poder, ao menos sabemos que isso se deve à própria natureza do fascinante fenômeno que queremos conhecer. Entretanto, nem *todos os caminhos levam à ignorância*, como quer Manoel de Barros, e eu creio que já conseguimos compreender uma, ainda que muito minúscula, parte do fantástico poder da linguagem.

Descobrimos, fascinados, que aprender uma nova língua é penetrar em outro mundo, ver o universo com outras cores, em fragmentos sempre inéditos, estar em comunhão com muitos outros seres, compartilhar de um segredo até então oculto, tornando-nos, assim, íntimos de pessoas que sequer imaginamos existir.

Aprendemos que todo discurso tem seu próprio merecimento, seu próprio valor, sua justa serventia, seja ele antigo ou moderno, produzido por ricos ou por pobres, privilegiados ou desvalidos, pretos, brancos ou amarelos, loucos, sonhadores ou desesperados, pois qualquer ato de fala é sempre um ato de conhecimento e de criação, em não importa que circunstância.

Todavia, esse mesmo poder que permite inaugurar luminosos amanheceres, transformar o verde efêmero das plantas num verde permanente, organizar o assustador caos de nosso mundo interior e exterior, esse mesmo poder que a deusa Voz do bramanismo confere aos humanos toda vez que falam, não se esgota no logos fantástico, no ato de dar existência ao misterioso universo da imaginação. O fascinante fenômeno da linguagem é eros criador, mas também é tánatos destruidor e, enquanto tal, ostenta sua face obscura, sombria e tenebrosa. Por isso mesmo, serve também para oprimir, reprimir e deprimir, serve igualmente para calar, humilhar e devastar, serve, desafortunadamente, para mascarar, simular e ocultar. É desse lado odioso que a linguagem permite a seus usuários, é da distorção que esse instrumento fabuloso conferido à espécie humana sofre, é da linguagem do Poder, da Dominação e do Autoritarismo, que vou tratar agora, refletindo acerca do

primeiro sintagma que constitui o título de nosso tema: a linguagem do Poder.

A linguagem do Poder é insidiosa, melíflua e sub-reptícia. Como a hidra de Lerna, possui um sem-número de cabeças, como a Esfinge, cobra sua decifração com o sangue humano. A linguagem do Poder é onipotente: invade todos os espaços, imiscui-se em todas as relações, deita raízes em todos os cérebros, abafa o clamor de todas as almas. A linguagem do Poder é onisciente: transita com desenvoltura dentro dos lares, penetra silenciosamente as salas-de-aula, percorre com rapidez os corredores das escolas e das universidades, caminha, enfim, com segurança em todas as instituições e instâncias em que o tom monocórdio do Autoritarismo denuncia a prática espúria de dominar, massacrar, coagir e subjugar o outro. Esta é a face vil, abjeta e degenerada em que chafurda a nossa arrogante deusa Voz, a nossa sublime e preciosa linguagem.

Essa face sombria da linguagem pode-se manifestar em todas as situações em que o homem comum, o Zé Ninguém de Wilhelm Reich, interage com outro homem comum, com outro Zé Ninguém: entre pai/mãe e filho, entre patrão e empregado, entre professor e aluno, entre escritor e leitor, enfim, entre falante e ouvinte nas mais diversas práticas sociais. E para que enfrentemos esse monstro devastador, para que tenhamos êxito no combate travado contra ele no dia a dia, é preciso conhecer e examinar todos os ardis, todas as artimanhas, todos os artificios que utiliza para explorar e submeter suas vítimas.

Entre as armas venenosas empregadas pelo Poder para, através da linguagem, aliciar, manipular e corromper, sobressai aquela que inegavelmente tem fabulosa força de destruição, a grande mídia, consubstanciada quer na permanência do texto escrito, quer na transitoriedade da oralidade e da imagem.

Já se tornou um lugar-comum a afirmação de que a mídia constitui um quarto poder ao lado dos outros três – legislativo, executivo e judiciário –; mas, a rigor, ela configura mesmo o primeiro poder, ou melhor, um suprapoder ou o Poder *tout court*, pairando sobre os outros três e determinando o curso de suas próprias decisões. E esta não é uma mera ilação, baseada em singelas impressões, são os próprios fatos, haja vista aqueles relacionados à história recente do Brasil.

A grande mídia apresenta uma única voz, um único discurso e, conseqüentemente, uma única ideologia. Se tomarmos a oposição proposta por Bakhtin entre textos polifônicos e textos monofônicos, poderíamos dizer que os textos de nossa mídia são marcadamente monofônicos e seu discurso eminentemente autoritário, pois nele, se abafam as vozes dos percursos em conflito, o discurso se cristaliza e se faz discurso da verdade única, absoluta, incontestável. Sob a conveniente alegação de que num estado democrático deve haver liberdade de imprensa, os detentores do Poder exercem apenas a liberdade de empresa, liberdade de promoverem campanhas gigantescas e ferozes para garantirem o *status quo*, como mostra o sociólogo Jessé Souza (2018), em sua obra magistral, na qual traça de maneira clara, objetiva, bem fundamentada e, sobretudo, corajosa um perfil de nossa classe média - o segmento social mais importante da população, no que concerne à formação de opiniões e de ideologias - e de sua cegueira e falta de discernimento causadas pelo bombardeio permanente do discurso da grande mídia. A transcrição do fragmento abaixo, retirado de uma das entrevistas realizadas pelo sociólogo com o CEO, como se costuma dizer atualmente, de um banco privado mostra o uso que o Poder da elite, que de fato governa nosso país, faz da mídia, para alcançar seus objetivos espúrios:

Não há nenhum caso de corrupção em que o dinheiro não venha de um banco. Ou seja, os bancos são os intermediários, sempre. A imprensa nunca toca nisso porque é tabu. Afinal, a imprensa é nossa.

Vou lhe contar um caso. Assim que cheguei no banco, o João Carlos estava com problemas com um jornalista, metido a investigador, que publicava todo dia uma notinha chata sobre negócios nossos aqui em São Paulo. O João ofereceu milhões ao cara para apoiar projetos dele se aliviasse a pressão, mas o cara não aceitou. Foi um caso raro, pois era uma grana e tanto na época. O que fizemos? Compramos o jornal, um dos maiores do Brasil, e demitimos o fulano.

Agora decidimos o que sai ou não, pois somos os donos do jornal. Não precisamos pedir nada a ninguém. O jornal é literalmente nosso. Toda a imprensa hoje em dia é assim, de um modo ou de outro. Ou eles devem os olhos da cara aos bancos ou os bancos são os donos diretamente. Por isso não sai nada na imprensa contra os bancos. A imprensa é toda nossa: televisão, jornais, internet, o que você pensar. (Souza, 2018, p.174-5. Os

grifos são meus)

Vale lembrar que a entrevista integral vai nessa direção, com relatos chocantes, despidorados e obscenos da descrição de cenas sexuais dignas de filmes da mais baixa e abjeta pornografia, contando com a participação de representantes do poder público. Com total cinismo e desfaçatez, achando até divertida a ingenuidade do entrevistador, revelada por suas perguntas acerca do envolvimento, além da imprensa, de juizes, do Banco Central, de deputados do Congresso Nacional, o entrevistado mostra, com a segurança garantida pela impunidade, todas as estratégias utilizadas pelo Poder – entre as quais, se encontram redes de prostituição e orgias promovidas com o fito de seduzir aqueles que o Poder quer corromper -, representado pelo capital financeiro dos bancos, para espoliar uma nação, para roubar seus recursos, para aniquilar o pensamento crítico dos cidadãos. Esta é a prova mais inquestionável do “compromisso com a verdade”, como dizia a propaganda de um grande jornal carioca, da grande mídia. Seu único e exclusivo propósito é dominar corações e mentes, a fim de que possa formar a opinião de seu público da maneira que lhe seja conveniente.

É evidente que, para a manutenção do Poder, não há nenhum interesse em se formar o cidadão efetivo, consciente, crítico e reflexivo, ao contrário, o importante, para que a dominação seja exercida com eficácia, é transformar o cidadão numa massa amorfa e acrítica, a fim de que ele se cristalice num ser infantilizado, idiotizado e atrofiado. Para alcançar tal objetivo, os cães de guarda do Poder fazem uso das mais diferentes formas de linguagem, empregam os sistemas significativos mais sedutores, utilizam os discursos mais inocentes, de modo a mascarar seus sórdidos propósitos, utilizam as mais sutis e inteligentes estratégias de manipulação. Assim, por exemplo, se querem combater um movimento popular, simplesmente silenciam-no, não lhe concedendo a palavra e, desse modo, não lhe conferem sequer existência, já que é o ato de dizer que dá existência às coisas; se o objetivo é gestar uma concepção mais funesta ainda de capital, como a do neoliberalismo, basta “plantar”, como se diz no jargão midiático, pequenas notas, singelas observações no jornal diário, ou num diálogo banal entre dois personagens de novela, ou no conteúdo de uma propaganda de produto descartável. Se o Poder tem interesse em subjugar um país miserável para se apropriar de suas riquezas, é suficiente transformar-se o covarde bombardeio em ato de heroísmo e a defesa da pátria em ato de terrorismo. Se se trata de desestabilizar um governo democraticamente eleito, basta, em doses diárias, emitir, no noticiário, denúncias – sempre seletivas, já

que se noticiam apenas denúncias contra os opositores do Poder - de suposta corrupção, sem apresentar-se provas nem dar ao acusado a chance de defesa. Se o objetivo é destruir o serviço público, é suficiente mostrar o espetáculo macabro dos hospitais, das escolas e das universidades destruídas por esse mesmo Poder, que se faz invisível para implantar o modelo econômico que mais favoreça às elites dominantes.

Dentre as estratégias utilizadas pela grande mídia, - todas, é mister destacar, bastante eficazes, como comprovam seus resultados nefastos para o país e seus cidadãos – a mais astuta, arguta e ardilosa é a que costumo designar de “estratégia do mágico”. Em qualquer truque de mágica, da mais simples à mais complexa e criativa obra de ilusionismo, a pedra de toque para que o espectador tenha seus sentidos ludibriados e acredite nos efeitos produzidos pela atividade que se desenrola diante de seus olhos, é apenas conduzir sua atenção para um foco diferente da própria mágica. Essa técnica também é amplamente utilizada pela grande mídia, quando, para alcançar seus interesses, via de regra contrários aos interesses do cidadão comum, ilude as pessoas, escamoteando fatos importantes ou colocando notícias relevantes em locais de pouca importância no veículo que, para todos os efeitos, é “informativo”. Consequentemente, questões relevantes que mereceriam receber a mais ampla cobertura, como o gravíssimo problema da desestabilização climática – problema para o qual os maiores cientistas do mundo não se cansam de nos alertar - ou não são tratadas com seriedade ou, o que é ainda pior, recebem o total desprezo da grande mídia que lhes confere tempo e espaço mínimos, a fim de que o público dirija sua atenção para outros temas, não lhes atribuindo importância, e não desagradando, assim, com sua pressão, aos verdadeiros responsáveis (veja-se, por exemplo, o silêncio sepulcral da grande mídia a respeito da informação fornecida pela Nasa, em 2015, de que a Terra aqueceu 1°. Para que o meu leitor possa avaliar a dimensão trágica da informação, basta pensar na hipótese de sua própria temperatura, via de regra, 36.6°, aumentar subitamente para 37.6°...).

Além da “estratégia do mágico”, outra estratégia ardilosa bastante utilizada pela grande mídia consiste na seleção cuidadosa dos significados, no eixo paradigmático da língua, para a construção precisa e justa do que se almeja efetivamente comunicar. Vamos aos exemplos: 1) para evitar-se o chamado “controle social da mídia” – exercido, cumpre destacar, por todos os países da Europa ocidental desde o pós-guerra, quando a televisão começou a difundir-se –, ele é chamado de “censura”, a fim de que o discurso

monofônico e autoritário não seja contraditado e os interesses do Poder não sejam contrariados; 2) um presidente eleito com 67,4% dos votos, - de uma nação que possui a maior reserva de petróleo do planeta - em eleição com observadores internacionais de órgãos respeitados em todo o mundo, é chamado de “ditador” e o seu opositor, sem receber um único voto da população, se auto intitula representante de uma nação soberana e recebe imediatamente da grande mídia o título de “presidente interino”; 3) a matança de pessoas e a destruição do ecossistema de uma grande região designam-se de “acidente”; 4) o aquecimento global, que pode provocar simplesmente a extinção da vida humana na Terra brevemente, é chamado de “mudança climática”, de modo a dar a ideia ao leigo de que se trata de uma alteração natural e cíclica no planeta (esta obra-prima de criatividade não foi da mídia brasileira, mas da mídia estadunidense; a nossa, espertamente, tratou de incorporá-la); 5) “ajuda humanitária” é a expressão usada para a operação que bem poderia designar-se “cavalo de Tróia”, de invasão de um país soberano cujas riquezas interessam ao imperialismo, sob o manto hipócrita de se levarem alimentos, remédios etc. a esse mesmo país cujo povo padece de tais carências, em virtude do bloqueio de seu dinheiro por aqueles mesmos países que “oferecem ajuda” .

Essas são as principais – não únicas, há outras de que pretendo tratar oportunamente – estratégias empregadas pela grande mídia para DES-informar a população, mantendo-a ludibriada, e assim, enganá-la com facilidade. E nós, personagens dessa trama infernal, vamos pouco a pouco nos transformando nos homens da caverna de Platão, prisioneiros de eterna insatisfação e de permanente mal-estar, sem conseguirmos ver que criaram para nós um mundo de sombras, um mundo de aparências, um mundo de ilusões em que tudo é mercadoria: nosso corpo, nosso pensamento, nosso espírito.

Vale lembrar ainda que até a linguagem científica da academia incorporou esse jargão diabólico e transformou a sublime deusa Voz em objeto de compra-e-venda, pois não se fala mais em “partilhar o sentido de um texto”, mas em “negociar o seu sentido”. Não resta dúvida de que se trata de uma metáfora, mas a escolha das metáforas não é, absolutamente, inocente, a escolha é sempre, sem sombra de dúvida, condicionada por fatores de natureza ideológica. E, assim, de “negociação” em “negociação” do sentido, vamos vendendo nossa cultura, penhorando nossa identidade, leiloando nossas crenças, pelo preço vil e despidorado da perda de nossos valores mais elementares de humanidade, dignidade, coletividade.

Mas o que se constitui em realidade verdadeiramente assustadora é a constatação de que as instituições que deveriam denunciar, combater e repudiar com total veemência e com todos os instrumentos disponíveis a espúria negociação dos laços que tecem nossa identidade como povo, essas mesmas instituições não raro ainda avalizam o modelo funesto, legitimando-lhe a prática com seu discurso de autoridade travestido de discurso científico e reproduzindo, como ventríloquo do sistema, a linguagem do Poder. É, caro leitor, as instituições a que estou fazendo referência são essas mesmas nas quais você está pensando: a escola e a universidade.

Pouco a pouco o Poder, através de sutis instrumentos, foi entronizando em todas as instituições os conceitos de produtividade e competitividade, de tal forma que os interesses da sociedade passaram a vincular-se aos interesses do mercado e a escola e a universidade substituíram o espírito de cooperação e de crítica pela adesão absoluta à ideologia neoliberal, incorporando o conhecimento imediato e improvisado, resultado de leituras superficiais, em nome da meritocracia produtivista.

Chegou-se a tal ponto de insensatez que a nobre tarefa de ensinar é hoje considerada uma tarefa menor; dar atendimento ao aluno é encarado como perda de tempo; pesquisar determinado tema que não comporte de imediato a elaboração de “produtos” é a prova da ineficiência do professor. A própria figura do docente está sendo substituída pela do “pesquisador”, como se, para ensinar, o professor não fizesse justamente um trabalho de pesquisa permanente. Hoje, o que se vê nas universidades, em virtude da mentalidade produtivista e da competição desvairada, fruto da nefasta ideologia neoliberal, é o professor transformado num “catador de papel”, estimulado a importar-se menos com a formação de seus alunos que com a formação de seu currículo e o ensino inteiramente aviltado, relegado a um secundaríssimo plano em todas as instâncias que caberiam por definição valorizá-lo e incentivá-lo.

Esse discurso utilizado pelo Poder para destruir o “quase”, do quase nada que nos resta em termos de soberania e autenticidade cultural, foi sendo gestado paulatinamente e, ainda que muitas vozes - entre as quais sobressaem os libelos de Antônio Cândido e Marilena Chauí - clamassem desde sempre contra o assassinato cultural que estava sendo perpetrado no âmbito das escolas e das universidades com a incorporação do hediondo ideário neoliberal, ainda assim, ainda que com tantas vozes denunciando esse perverso paradigma e suas desastrosas consequências para uma frágil nação como a nossa, a

linguagem do Poder, consubstanciada por seu ventríloquo, a grande mídia, tem sido eficiente e vem conseguindo instalar com êxito o distorcido modelo.

Vivemos no século da comunicação, vivemos num período nunca antes experimentado pela espécie, período em que o mundo se transformou, como previa McLuhan nos anos sessenta, numa imensa aldeia global. Somos bombardeados diariamente por uma quantidade absurda de informações, através dos mais diferentes meios: rádio, televisão, telefone, panfletos, jornais, revistas, livros, cartazes, fôlderes, internet. Todavia, paradoxalmente, nunca o homem esteve tão só, nunca o homem esteve tão atacado, como diria Guimarães Rosa com sua fina sensibilidade linguística, do mal da *sozinhidão*, nunca o homem esteve tão desinformado, nunca o mal-estar da civilização a que se referia Freud se manifestou de forma tão avassaladora e destrutiva., nunca assistimos de forma tão rápida à decadência do *homo socialis* em proveito da ascensão do monstruoso *homo individualis*, ramo da espécie inteiramente desvirtuado, artificialmente modelado, imposto como paradigma a ser seguido pelo discurso autoritário, ardiloso e cínico do Poder.

Por estarmos sempre sincronizados com nosso próprio tempo, o estado de coisas que encontramos e no qual estamos imersos nos dá a ilusória impressão de que tudo sempre foi de tal forma e, portanto, não pode ser alterado. Basta, porém, que apliquemos o princípio da oposição, tão caro à ciência da linguagem, e comparemos as diversas sincronias de nossa História, para que tomemos consciência de que, como diz o poeta António Machado, o caminho se faz no caminhar e o processo histórico continua a se desenvolver inexoravelmente. Por isso, porque nada está feito e acabado de uma vez por todas, é que temos de continuar resistindo, com o poder da linguagem, à linguagem do Poder, mesmo que essa resistência só possa manifestar-se num singelo NÃO a esse modelo perverso e pervertido que o Poder quer-nos impor e que num espaço de tempo muito menor do que a população iludidamente crê, destruirá, de forma irremediável, nosso único e possível lar: a Terra. E se só nos restar como único e possível instrumento de nossa indignação, o grito sonoro e retumbante de nosso NÃO, ainda assim terá valido a pena lutar, denunciar e resistir, pois, como diz José Saramago, *bem-aventurados os que dizem NÃO, porque deles será o reino da terra.*

**Referências bibliográficas**

COSERIU, Eugenio & LAMAS, Óscar Loureda. *Lenguaje y discurso*. Navarra: Eunsa, 2006.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder; dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

MORAES, Wallace de. *A história política da Venezuela que não te contaram na tv: a Era Chávez em foco*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (org.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Contracorrente/Boitempo, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WU, Tim. *Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

# **ESTUDO DE QUATRO ATOS PARA OÁSIS & DESERTOS - ROMANCE- POEMA DO IMORTAL DA ACADEMIA ACREANA DE LETRAS (AAL), PROF. RENÃ LEITE CORRÊA PONTES**

**Luísa Galvão Lessa Karlberg - Presidente da Academia Acreana  
de Letras - AAL**

## **RESUMO:**

Estudo do romance-poema do imortal Renã Leite Pontes, preparado em quatro capítulos e neles um olhar sobre a vida, a morte, a fé, os sonhos, o amor. Um estudo debruçado sobre aspectos da Semântica, da Estilística e à luz da Epifania da teoria dos quatro elementos - terra, água, ar, fogo – presentes, na obra, como recursos literários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem. Literatura. Semântica/Estilística. Epifania.

## **ABSTRACT**

Study of the novel-poem of the immortal Renan Leite Bridges, prepared in four chapters and in them a look at life, death, faith, dreams, love. In a study on aspects of Semantics, of Style and in light of the Epiphany of the theory of the four elements - earth, water, air, fire - present in the work as literary resources.

**KEYWORDS:** Language. Literature. Semantics/Stylistics. Epiphany.

## **I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O estudo toma por base as ciências: Semântica (Campos semânticos ou significativos, que divide o livro em quatro partes ou capítulos), Estilística (que observa o estilo da linguagem, denotativa e conotativa, função poética ou emotiva da linguagem, e a epifania (sobre os quatro elementos: ar, terra, água, fogo) presente na obra de Correa Pontes.

Observar-se que a relação entre texto e estilo sempre merecem um cuidado especial nos estudos da língua, com destaque para o fenômeno da expressividade da linguagem, aqui de uso elegante e estilístico das palavras, tendo em vista as (im)precisões e o subjetivismo responsável por caracterizar os elementos afetivos dos discursos, inclusive, o literário tão rico de

significados.

A Estilística é a parte dos estudos da linguagem que se preocupa com o estilo. Nela, a linguagem pode ser utilizada para fins estéticos, conferindo às palavras dados emotivos e os sentidos que lhes empresta o escritor, como no vasto uso dessa obra “ Quatro atos para Oásis & Desertos”.

A linguagem afetiva é representada por esse importante recurso, no qual se podem observar os processos de manipulação da linguagem utilizados para extrapolar a mera função de informar. Pelo emprego estilístico o autor faz interessante contraste entre o emocional e o intelectual, estabelecendo uma relação de complementaridade entre seu conhecimento, sentimentos e expressividade, no uso da linguagem de uma maneira mais normativa e sistematizada.

## II – ASPECTOS SEMÂNTICOS NA OBRA “OÁSIS & DESERTOS”

Muito embora as reflexões sobre o significado das palavras empregadas pelo poeta-escritor conduzam o leitor aos ciclos da vida, dificuldades, desigualdades, destruição e, também, a reconstrução pelo amor, tudo induz a observar os aspectos semânticos, significativos do livro. Sem essa leitura de sentidos e sem a intenção do poeta em se comunicar, falar das dores do mundo, do seu “Eu” escritor, não se teria a presença e o reconhecimento dos componentes da Semântica, ciência tão presente na vida, a partir do “Ensaio de Semântica” de Michel Bréal, em 1897.

Nota-se, então, que a importância da análise do sentido e, sobretudo, da evolução do significado das palavras, se destaca por ser essencial à compreensão do emprego da linguagem utilizada pelo poeta. Ora, se por um lado o objeto da Linguística é o estudo da linguagem, que tem demandado tempo e esforço de pesquisa, em toda parte, não é muito, pois, que de ora em diante se desprenda à atenção merecida ao objeto desta ciência, que lança as bases da compreensão e do emprego dos signos, pelos usuários da língua, em todos os lugares onde eles se comunicam. Urge, portanto, a necessidade de se deixar de lado o costume de tratar de relance o tema, apoiando-se somente na semântica descritiva e presente nas gramáticas que exploram, timidamente, esta área para adentrar no campo das significações e sentidos.

Aqui, então, retoma-se à questão do objeto – a linguagem – para traçar um paralelo entre a Linguística geral e a Semântica. A Linguística parece partir do discurso para extrair o significado dos termos empregados. É o que se depreende da análise de Mattoso Câmara ao dizer, com Saussure, que há na linguagem humana um *significante* e um *significado* e que, uma enunciação só vale, linguisticamente, quando e como o significante se relaciona a algo que é

o seu significado.

Assim, Mattoso afirma (1989) que a frase, ao contrário do que sucede no vocábulo, é um ato transitório de linguagem e, como tal, depende do uso que no momento o falante faz da língua, ao criar uma enunciação particular. Arremata ao dizer que nela – na frase – se combinam a contribuição permanente coletiva e a efêmera individual. Ao passo que o vocábulo é, evidentemente, um elemento da língua, no sentido saussuriano. A enunciação deste é uma repetição de tudo que se avista, se sente e se compreende (CÂMARA JR., 1989).

O sentido é o ponto-base onde a Semântica busca seu objeto (Sentido/Significado), considerando que cada palavra da língua nomeia uma entidade, um acontecimento da realidade. O significado da palavra é a coisa por ela nomeada, o seu referente. Por outro lado, as palavras são concebidas como reflexo da realidade e, em suas relações com as coisas, objetos, ideias que representam, possibilitam uma distinção entre a parte material sensível, sonora, e uma parte conceitual, inteligível, convencionalmente associada à parte sonora. Assim, as palavras se concretizam em sons articulados de valor simbólico, e os seus significados são o conceito mental que elas evocam. Porém, as palavras não significam meramente estes conceitos, ou configurações abstratas, uma vez que refletem e evocam, na mente humana, as coisas que designam (MARQUES, 2003).

Ainda, fazendo uma revisita a Ducrot (1977), diz-se que a descrição semântica de uma obra literária não permite a exigência da previsão de significação dos enunciados, tomados independentemente de sua situação de emprego. Essa situação de emprego só pode remeter a fatos, que registram, sem dúvida, um momento histórico, significativo para o escritor. Assim fala Ducrot:

[...] a descrição semântica é um conjunto de conhecimentos que permitem prever o sentido que recebe efetivamente cada enunciado da língua, em cada situação em que é empregado (muito embora, seja utópico tal objetivo). Seja A um enunciado da língua L, e X uma situação de emprego: a descrição de L deve dar o sentido de A empregado nas circunstâncias X. (DUCROT, 1977, p. 116).

Então, admitindo-se que a descrição semântica pudesse se apoiar, apenas, no componente linguístico, acabaria por se ocupar da análise de uma imensidão de figuras de linguagem que compõem os quatro campos semânticos do poema-romance: **1) água e vida; 2 – o poeta e seus sentimentos; 3 – a terra e os conflitos; 4 – a Amazônia.** Capítulos de discursos poéticos, todos ricos em estrutura, melodia, rima, métrica, sintaxe, estilo. E para se

estudar tudo demandaria tempo, anos. Por isso, para se resolver essa questão, evidencia-se, na obra, o tal componente retórico, reconhecendo-se que toda a significação atrela-se à descrição contextualizada dos enunciados, em todo o livro.

### **III- ASPECTOS ESTILÍSTICOS**

A Estilística é a disciplina que se ocupa dos efeitos produzidos pela linguagem, num dado contexto e com um dado fim. Distingue-se, habitualmente, da Gramática, porque não se ocupa das formas linguísticas e das funções que desempenham na comunicação verbal. A Estilística pode promover o estudo de todas as operações internas do texto literário, servindo-se de outras disciplinas como a Semiótica, a Gramática, a Sociolinguística, a Prosódia, a Retórica etc.

A Estilística foi até ao século XX uma espécie de ciência exata, capaz de fornecer os dados técnicos necessários à produção de um discurso literário. Está, ainda, presa à Retórica, porquanto envolve discurso. Dessa forma, a Estilística estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos, por meio das palavras. Além disso, estabelece princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua.

Dividida por Pierre Guiraud (1970, p. 62) em Estilística da língua ou da expressão (linha estruturalista de Bally: ênfase à expressividade latente no sistema) e Estilística genética ou do autor (corrente idealista de Vossler e Leo Spitzer: ênfase à criação expressiva individual), trabalha com algumas categorias básicas, como funções da linguagem, estilo, desvio e escolha. Existem, pois, os seguintes campos da Estilística: Estilística fônica; Estilística morfológica; Estilística sintática; Estilística semântica.

Assim, a Estilística ocupa-se do estudo dos elementos expressivos, abraçando, então, a conceitualização e os diversos usos das figuras, vícios e funções de linguagem.

### **IV – ESTUDO DE “QUATRO ATOS PARA OÁSIS & DESERTOS”**

Primeiramente, faz-se o estudo semântico para o verbete “oásis” – termo plural que significa ambiente fértil, em área deserta, graças à presença da água. Assim, quando o poeta Correa Pontes convida o leitor à reflexão sobre oásis, rios, lagos, o elemento água, significa chamar à atenção para a beleza do fruto, do milagre da vida, a “água” que alimenta e rega a terra, mata a sede e faz nascer e florescer a mãe natureza e mais aquilo tudo que vem da terra, do ar, do fogo que a água faz cessar. O rio oásis - magnânimo

personagem das paisagens acreanas – que antigamente brindava o cidadão com o acesso livre às suas águas não poluídas, que trazia, sazonalmente, a fartura das piracemas, representação maior de uma gama de eventos de grata memória do Acre ancestral da Amazônia – é apresentado no terceiro ato “Poemática Amazônica”.

O segundo caminho descerra-se a partir da análise do nome “desertos” – substantivo plural que significa: região seca, de escassa diversidade e pluviosidade – Aponta, provavelmente, não para um deserto tangível, como o Atacama, Saara e Namíbia, mas, antes, indica um provável “deserto moral”, que causa angústia ao cidadão brasileiro, ao poeta, aqui enfastiado com a ameaça constante da corrupção dos valores, condição anômala que beneficia, apenas, aqueles que, invocando a privacidade para pecar, molham o pão no suor dos trabalhadores, condenando jovens vulneráveis ao desperdício dos talentos e frustração vocacional, ao medo do futuro, a perda da esperança. Tudo isso são particularidades que não passam despercebidas ao olhar esquadrinhador do poeta-romancista Correa Pontes, quando oferece, neste livro, um tributo àquilo que aparentemente não pode ser mudado, mas pode ser poetizado (denunciado), conforme brinda o leitor nos quartetos do seu soneto “Condenação do não ser” (p.35), da seção 1- *Oásis & Desertos*:

*Quando me fere o teu sorriso agro,  
ante a minha impotência, eu sofro e engulo  
o meu critério, meu juízo nulo,  
e o sal que escorre no meu rosto magro.*

*volta-me a azia, perco a fé, me anulo,  
quando me feres com tua confiança,  
quase chorando como uma criança,  
por teus esforços de retorno chulo.*

Ante esta análise, “Condenação do não ser” salta como um retrato, em cores vivas e fosfóricas, do sentimento de abatimento que acomete os mortais frente ao inevitável e, apenas a poesia, que trás internalizada, parece fazer o autor superá-lo [esse sentimento de abatimento e desesperança] e comportar-se não como um incluído no grupo dos refêns das circunstâncias, mas como um moderno alquimista que testemunha os problemas sociais do seu tempo, transmutando, pela palavra, o chumbo dos dilemas existenciais, desejoso de que a beleza e a perfeição, contidas nos versos que compõem “Oásis & Desertos”, livro instrutivo e educativo, redima o leitor, ao menos, dos dramas

e tragédias do tempo atual.

Ressalte-se, ainda, que este livro trás provas da maturidade que Renã desenvolveu no domínio dos versos alexandrinos, modalidade poética clássica, que reclama do seu autor um excepcional domínio no trato com as palavras. Talvez, por esta dificuldade, o verso alexandrino seja pouco utilizado, hoje em dia, principalmente quando o público leitor reclama a harmonia da sua beleza originária, com domínio o da técnica que o poeta do Quinari apresenta, por exemplo, nos versos 13 e 14 do seu soneto “Desencontro” (p.69): [...] agora que encontrei em outra o meu destino/ tu voltas para mim, como que por encanto”.

Ao contemplar e cotejar “Último Verso de Amor”, poema que aformoseia a seção “Nós” – título usado, também, pelo estro de Guilherme de Almeida – verifica-se que este imortal, o sucessor de José Hígino de Souza Filho, na AAL, a quem dedica um poema na p. 102, “A Luta Contra os Astros”, faz uma construção bela, em todos os aspectos: semânticos, estilísticos e recursos literários. Aqui, Renã Leite Pontes eleva-se, poeticamente, aos clássicos da poesia romântica brasileira, tanto no metro e melodia, quanto na beleza insuperável da expressão, adoração a uma diva quase rarefeita (p.74 – Amor sem Par), mas capaz de despertar no poeta o amor sublime, como aquele retratado por J. G de Araújo Jorge, em’ “Os versos que te dou”: Se neste tempo eu já tiver partido/ [...] podes colher no chão todas as flores,/ pois são os versos de amor que ainda te dou.

Ao que Corrêa Pontes, prontamente, responde: “Se ali na rua, aos pés ajoelhado,/ do teu divino vulto cobiçado/eu implorar por teu amor também/Olhes de largo, se me censurares/direi teu nome ante os letais olhares/no último verso de amor que eu fiz pra alguém”.

E, esta semelhança ocasional, entre os poemas que Renã insere no livro e os clássicos que se conhecem, o alto padrão poético apresentado em *Oásis & Desertos* é prova incontestável de que, passado o ciclo dos poetas da estampa de Juvenal Antunes, J. G. de Araújo Jorge, Laura Viterbo, a poesia acreana começa a dar amostras de regeneração, anunciando que o poeta está vivo e disposto a contribuir para a continuidade do movimento da grande roda da história literária da região. É um texto enriquecido pela função poética/emotiva da linguagem: p. 70 – Te procuro nos campos que exalam teu cheiro/p. 70 – Adoro a imagem que em transe contemplo/ p. 68. (...) num delgado leito amei uma mulher perdidamente/p. 89 – Respiro teu Dior/ p. 67 – (...) a música não diz quanto eu amo/os céus fogem de mim quando eu te chamo/ p. 64 – Vou entalhar a golpes de martelo/teu retrato sublime/ o teu semblante/ p. 64 – (...)

darei os matizes da realeza/ na madeira/e os contornos do teu colo/tão perfeito (...) a escultura da própria irmã de Apolo (comparação). Na p. 61 – À Dona Socorrinha (esposa do poeta) – [...] se nos virem passar (...) irei contigo – à pluma de um sorriso: p. 110 – vou retornar ao fino pó..; Ainda, a presença de metonímias, metáforas, sinédoque: p. 109 – O mundo ouvirá meu canto/ p. 106 – A natureza é uma imensa mesa lauta / porém ao negar o pão/obtemos a morte/perde o mundo/ p. 105 – Mas as massas têm fome, p. 105 – Dedicção a Luísa Karlberg (confreira do sodalício): p. 105 - A liberdade sem pão/ é um perfume em corpo morto/p. 104 – nos séculos de esperança/ p. 69 - neste império/ de vírus e vacinas, p. 59.

#### 4.1 Considerações sobre Epifania

Na tentativa de explicar qual a natureza da matéria, surgiram várias teorias. Uma delas foi criada por um filósofo grego, Empédocles, por volta do século V a.C. Segundo ele, tudo que existe no universo seria composto por quatro elementos principais: terra, fogo, ar e água. Surgiu aí a Teoria dos quatro elementos.

Por volta de 350 a.C., outro filósofo grego muito conhecido, Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.), retomou essa ideia e acrescentou que cada um desses elementos tinha um devido lugar e procurava permanecer nele ou encontrá-lo. Por exemplo, a terra estava no centro dos quatro elementos, em seguida vinha a água, acima vinha o ar e, por último, acima de todos, o fogo.

Gaston Bachelard (Bar-sur-Aube, 27 de junho de 1884, Paris, 16 de outubro de 1962, foi filósofo e poeta francês) tem seu pensamento focado, principalmente, em questões referentes à filosofia da ciência. Ele traz um “novo espírito científico”, e este se encontra em descontinuidade, em ruptura, com o senso comum, o que significa uma distinção, nesta nova ciência, entre o universo em que se localizam as opiniões, os preconceitos, enfim, o senso comum e o universo das ciências, algo imperceptível nas ciências anteriores, baseadas, em boa medida, nos limites do empirismo, em que a ciência representava uma continuidade, em termos epistemológicos, com o senso comum. A “ruptura epistemológica” entre a ciência contemporânea e àquela do senso comum é uma das marcas da teoria bachelardiana. A realidade social é objeto de avaliação por todos aqueles que vivem na sociedade, o que torna a tarefa do cientista social ainda mais difícil, pois deve construir seu conhecimento apesar e contra o senso comum; apesar e contra a realidade. Também a inglesa que viveu em Nova Zilândia, Katherine Mansfield (1998), trabalhou bastante sobre a epifania em obras poéticas e ressalta o valor imensurável dos quatro elementos para a riqueza da literatura que traduz, sempre, a vida.

Igualmente, pode-se dizer que nos momentos epifânicos de “Quatro atos para um Oásis & Desertos” há a apreensão do mundo desvinculado do tempo e o objeto tomado pelo poeta mantém-se em sua beleza eterna e imutável. Assim, a perfeição desejada é obtida nos versos da obra poética, pois o tempo, fator causador da degenerescência, está momentaneamente afastado (porquanto parado para o olhar esquadrinhador do poeta). Na epifania, tem-se, então, a eliminação do tempo causador de mudanças. Na citação que vem a seguir, Mansfield (1998) descreve o que denomina “eternidade do momento”, a “suspensão” do fluir temporal, o “fora-da-vida”, os “lampejos”: que são, acredita-se, termos correspondentes à epifania a que se refere o presente estudo.

Poeticamente, poder-se dizer ser possível impedir a marcha do tempo: é o que parece ocorrer durante a epifania, cuja concepção aproxima-se bastante do que Bachelard denomina “devaneio cósmico”, que é um estado de alma em que se escapa do fluir temporal.

Epifania, então, significa aparição ou manifestação de algo, normalmente relacionado com o contexto espiritual e divino. Aqui, a epifania centra-se nos quatro elementos que unidos formam o mundo. E se um único homem fosse capaz de controlá-lo ele moveria montanhas, o céu e a terra para transformar o mundo. Talvez aqui esteja a maior mensagem do poeta Correa Pontes: sentir e dizer das dores do mundo, na busca de transformar tudo em paraíso de amor e paz. De outra parte, o poeta sente que essa epifania, do ponto de vista filosófico, significa uma sensação profunda de realização, no sentido de compreender a essência das coisas, boas ou não. Ou seja, a sensação de considerar algo como solucionado, esclarecido ou completo, porque está acontecido.

A Epifania também pode ser considerada como um “pensamento iluminado”, tido como uma inspiração divinal que surge em momentos de impasse e complexidade, solucionando as frustrações e dúvidas sobre determinada angústia. Aqui, neste romance-poema, o escritor sente as mazelas do mundo, da vida e, de certo modo, não as soluciona, mas confia no poder revelador das palavras, ao denunciar, de forma literária, os deslizos da vida.

Nessa direção, os ingleses costumam utilizar muito este termo dizendo: “*I just had an epiphany*”, no sentido de “pensamento indescritível e único”. Os elementos da natureza podem ser associados aos estados físicos da matéria, todos eles presentes na obra que respira, transborda a vida na terra, o ar necessário, a água para regar a vida, e o fogo que corre em chamas, ora na vida, ora nas veias do poeta: Terra → Sólido/ Água → Líquido/ Ar → Gasoso/ Fogo → Plasma.

## 4.2 Epifania na literatura

Na literatura, epifania é uma forma de mostrar um conceito ou um olhar sobre, para o autor produzir um texto que transmita um entendimento completo das suas ideias para o leitor. Em suma, consiste em tornar legível para outras pessoas aquilo que só o escritor sente, compreende, externaliza. Assim, ele traduz, por meio de palavras, imagens formais e imagens materiais originadas do anseio da alma, em suas paixões, ora pelo novo inesperado, buscando a descrição da natureza externa ao ser, ora pela busca interna que investiga o interior desse mesmo ser. Essas são forças imaginantes que impulsionam a mente poética, dando vida à causa formal e à causa material.

Com isso, essas tais forças imaginantes, atuando, em conjunto, funcionam como chamariz a envolver o leitor. Assim que o devaneio considerado singularmente não poderia levar a cabo sua essência de sedução, necessitando, por isso, apoiar-se nas exuberâncias da beleza formal de versos, como explicita Bachelard (1997).

Esse pensamento parece ganhar impulso ao se considerar a função poética da linguagem, assinalada por Jakobson (1998) e largamente difundida no nicho da ciência da comunicação, visto que a citada função da linguagem tem como centro gravitacional a forma de apresentação daquilo que se comunica. Ou conforme Bachelard (1997, p. 3-4)

Com efeito, acreditamos ser possível estabelecer, no reino da imaginação, uma *lei dos quatro elementos*, que classifica as diversas imaginações materiais conforme elas se associem ao fogo, ao ar, à água ou a terra. E, se é verdade, como acreditamos, que toda poética deve receber componentes — por fracos que sejam — de essência material, é ainda essa classificação pelos elementos materiais fundamentais que deve aliar mais fortemente as almas poéticas. Para que um devaneio tenha prosseguimento com bastante constância para resultar em uma obra escrita, para que não seja simplesmente a disponibilidade de uma hora fugaz, é preciso que ele encontre sua *matéria*, é preciso que um elemento material lhe dê sua própria substância, sua própria regra, sua poética específica.

Percebe-se a crença do poeta, no devaneio com o elemento água, à medida que a imaginação poética provém de um temperamento forte na fé e no poder da água como fonte de vida. E, para tanto, uma das formas comuns que a poesia toma para traduzir isso é a escrita, porém os termos que performam este gênero obedecem ao rigoroso processo de associação à matéria. Esse processo é largamente esclarecido nos escritos de Bachelard. A proposta do estudioso é realizar o que chama de psicanalisar a poesia, ou seja, assim como o psicanalista vai perceber a complexidade da vida, pela necessidade premente

de sair da passividade aos perigos e desafios nos esforços de sobrevivência e na busca da harmonia com o cosmo.

Para Bachelard (1999) o devaneio se diferencia dos sonhos e o ponto que marca essa diferença é a associação aos quatro elementos (água, terra, ar, fogo). O autor aponta para uma doutrina que possa revelar a estreita relação que se guarda entre os temperamentos refletidos no devaneio poético e a doutrina dos quatro elementos físicos, esclarecendo que:

Em todo caso, as almas que sonham sob o signo do fogo, sob o signo da água, sob o signo do ar e sob o signo da terra revelam-se muito diferentes entre si. Em particular, a água e o fogo permanecem inimigos até no devaneio e, aquele que escuta o regato dificilmente pode compreender o que ouve cantar as chamas: eles não falam a mesma língua.” (BACHELARD 1999, p. 132)

Esses pressupostos se apresentam, inicialmente, na *Psicanálise do fogo* e se repetem em água e terra. Gomes (2015) esclarece a forma como Bachelard organizou esse pensamento no primeiro livro, em que revela as principais imagens do fogo, dando-lhes as seguintes denominações: o complexo de Prometeu, o desejo de possuir o fogo contra a vontade dos deuses (1999b, 11-19; 1990b, 89-112); o complexo de Empédocles, o desejo irracional de se deixar consumir pelo fogo (1999b, 21-31; 1990b, 113-142); o complexo de Novalis, o fogo associado ao amor correspondido (1999b, 33-63), o complexo da dissociação entre o fogo sagrado, a luz divina e as chamas que ardem nos infernos, o sexo (1999b, 145).

O destino humano se assemelharia ao desaparecimento revelado na imagem de águas profundas, ou a continuidade pela infinidade dessas mesmas águas. Adiante este detalhe se vislumbra, na obra de Correa Pontes, ora analisada, onde se percebe que os termos utilizados na poemática narrativa mantêm estreita ligação com os elementos da matéria, o que enriquece, significativamente, o olhar, a dor, a esperança, a fé do poeta em “Quatro atos para um Oásis & Desertos”.

Renã Leite Pontes valoriza as imagens da água, como fonte de vida e alimento, junto aos demais elementos, ao tempo em que descreve imagens desse elemento em singularidade, como, por exemplo, (p. 21) – “As águas cristalinas que, em cascatas ...Todos dependem destas águas claras/ as matas verdes/ flores e searas”. Vejam que beleza desnuda o poeta com o elemento água, água é vida, água é bíblico: Jesus transformou água em vinho no casamento em Caná da Galileia. É o primeiro sinal, João fala (João 2:11). É uma epifania da palavra feita carne. Jesus não transforma só água em vinho. A água é a água da purificação dos Judeus, e quando Jesus a transforma em vinho ele não está apenas manifestando poder divino, mas manifestando sobre

a transição das regras de pureza do velho para a celebração jubilosa do novo. Aqui o poeta, ao trazer o elemento ÁGUA quer traduzir a vida, com os amores e os dissabores de demolição, ebulição, mas com esperança, fé e o amor no coração.

Ora, sabe-se que os corpos, em vida, possuem expressiva composição aquosa em sua formação química e que, na morte, tornar-se-ão, materialmente, pó, pela decomposição. Porém, as operações semânticas, (escolhas de termos) inerentes ao devaneio poético, apresentado em sua forma escrita, permitem riqueza de expressividade tal que o oposto torna-se óbvio, capaz de revelar uma nova ideia formada na mente poética e transcrita graças às associações com um dos quatro elementos.

### 4.3 A epifania em “Quatro Atos para um Oásis & Deserto

#### 4.3.1 Conceito

O vocábulo epifania vem do grego *epi* (sobre) e *phaino* (aparecer, brilhar); as duas palavras resultam em *epipháneia* (manifestação, aparição). A definição de epifania que a maioria dos dicionários de língua portuguesa traz é religiosa, neles a epifania é sinônimo de “aparição ou manifestação divina”. (Novo Dicionário Aurélio, por exemplo) No Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa de Caldas Aulete (1958) e no Dicionário Mor de Língua Portuguesa de Candido de Oliveira (1967) encontra-se a definição litúrgica de epifania como sendo uma comemoração religiosa da “manifestação de Jesus Cristo aos gentios”. Mas, por extensão, os mesmos dicionários designam a epifania como “revelação, manifestação”.

É esse último sentido de revelação, ao olhar do autor, para os fatos da vida, no contexto poético, que conjuga as formas e a matéria e o contexto do romance protagonizado pelo autor, onisciente e onipresente, que tudo percebe e tudo sente, em: Oásis & Desertos (27 poemas); Nós (11 poemas); Do êxtase ao êxodo (4 poemas); Poemática amazônica (17 poemas)

E no outro livro (Oásis & Desertos) o autor acrescenta mais um ato:

#### 1. Tributo a Góis e seus poemas (5 poemas)

Trabalha, também, por realçar as figuras de linguagem utilizadas para enriquecer a narrativa pelo uso das componentes da retórica aristotélica, *pathos*, *logos* e *ethos*, isto é, a construção das imagens de personagens e de cenários, a comunicação que perfaz o diálogo com os leitores da narrativa, buscando atingir e modificar seu estado emocional, pela simples ou complexa utilização da palavra.

## V - BREVE ANÁLISE

### 5.1 Epifania nos elementos

**5.1.1 Ar:** p.69 – Tua voz, teu cheiro e o teu andar felino (última estrofe)/ p.105 – Deus está no calor do Atacama/ p. 24 – Um lindo jardim/ um planeta afundando em um mar/ (água)/ reagindo/ ar sufocante (calor)/violento sem precedentes (p.24); Dobra o calor (ar) que esta areia gera (terra) – p.23, 2ª estrofe; p. 50 - A primeira batida deu-me a vida/ quando inalei o frio oxigênio (ar que respirou)/Chorei/num mundo sem Deus e sem gênio/pensei/ que era hora da partida; p. 59 – porque a hemoglobina/tem mais afinidade/ com a fumaça (fogo)/neste império/ de vírus e vacinas; p. 68 – 1ª estrofe – Respiro o teu Dior, teu cheiro fixado (no ar, no corpo); p. 69 – 1ª estrofe – Te procuro nos campos que exalam teu cheiro (ar); p. 70 – 1ª estrofe, 2º verso – que me engasgo no ar que do teu corpo exala.

**5.1.2 Água:** 1ª estrofe de “Oásis & Desertos, p. 20 - Na cordilheira de alimento o lago/ Sem as geleiras que garantem a vida/ 2ª estrofe “Oásis & Desertos”, p. 20 - nas águas cristalinas que, em cascatas/Perambulando as vidas abstratas (personificação)/ 3ª estrofe: E, um solitário peixe em meio ao rio/ todos dependem destas águas claras p.20.

**5.1.3 Fogo** - outro elemento da epifania: aqui embaixo um friozinho turvo (6º verso)p. 58 - 3ª e última estrofe: morre o oásis/ o ar sufocado/, sufoca (aliteração), até a *vegetogênese* do alimento que me envenena/ p.22 – Hoje, o astro rei, como diz a profecia/cumpre sua missão/ de calcinar a pele/a planta (terra) e o ânimo de cá (terra)/ e daqueles que estão mais abaixo (terra)/ e mais distante,/ no oásis do rio. Nossa cabeça uma alcatéia de remorsos (personificação) p.53 – 1ª estrofe – Frente à Judia, desaguando em dique (água)/ a velha Quinaria de antigamente/ de casebres de palha – em paus a pique/ cobria os sonhos meus e a minha gente (terra)/ p... 54 – 2ª estrofe – É funério perder a fé em tudo/ No diálogo/No trabalho/ Na cultura da paz/ Na justiça/ Em si/ No outro, no presente, no amanhã, na vida/ na morte, não! No feio e no bonito, (p.55) /No raso/E no profundo/E, no fim, perder a fé/Até o fim do mundo. p. 22 – 6º verso – lá em cima numa nuvem de fumaça (p.22)/ O fogo simbólico está presente nos versos de amor...Também no clima, no sol... p. 23.

**5.1.3 Terra:** Belém também celebrou a Epifania. Foi lá que, há mais de 2 mil anos, uma estrela brilhou indicando aos Reis Magos o local da manifestação de Deus. Aqui, em Oásis & Desertos a Epifania da terra retrata a vida humana no planeta, conquistas e perdas. Assim o poeta de Oásis & Desertos, igualmente os reis magos – Guiados pela estrela no céu e pela estrela de uma

grande esperança no coração, os Magos começam a caminhar. Na sua busca, examinam o céu e auscultam o próprio coração – Põem-se a caminho porque tem perguntas e inquietações no coração, como deixa vazar em muitos versos: p.23 – abrigando-se ao sol/ na própria sombra (última estrofe/ p.26 - por isso vem me ver!/ Apresenta-te/ com Tua imagem – 4ª estrofe/ p.25 – o barro não julga (Personificação)/a forma e a fornalha (aliteração) p. 24 – Por isso vem me ver!/ p.29 – a força de vontade me há poupado/ de desmaiar na frágua do deserto – 2ª estrofe.

A presença de Deus, em toda obra, como a clamar pelos ajustes no mundo, na vida tão desigual. Vejam p. 29 – última estrofe: em preto e branco/ que Deus não determinou/ Se Deus me concedesse, ir além disso/p.34 – Pedi a Deus fortuna em teu caminho – 3ª estrofe/p.37 – Queria crer em um Deus apreciável/ na mitocôndria de uma folha amazônica/ p. 37 - Um Deus que faz poemas à Conceição da vida/ altruísta e desprendido qual nosso irmão Francisco de Assis/ p.37 - Deus arrependido/ e de tormentos eternos/ eu não queria p.37 .

## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando a máxima filosófica de Renè Descartes, esta obra possibilita a seguinte interpretação: a existência precede o entendimento do ordenamento das relações humanas ou, melhor dizendo, nas palavras de Sartre, a existência precede a essência. Assim, o nosso existir pressupõe a existência de outros. E essa compreensão da vida, em conjunto, em grupos, na terra, na água, no ar, no fogo, conforme está posto no livro, em quatro Campos Semânticos ou Significativos – rico em figuras de linguagem – denota a consciência humana sobre a existência do AMOR. A vida precisa melhorar, sempre, e para tanto as pessoas e o mundo necessitam mudar. E somente os seres humanos, pela educação, leitura, arte, linguagem, literatura, ética, respeito, cidadania, serão capazes de fazer essa travessia.

Então, nesta obra, percebe-se a importância do poder da imaginação, que dá sentido a um mundo que, sem ela, se torna estéril. Portanto, ter imaginação é condição *sine qua non* para transformar a experiência, rica de nuances e detalhes, em sabedoria, que faz valer a pena nossa existência.

Dito isto, deseja-se expressar que os humanos são, pois, responsáveis por eles mesmos. E as escolhas feitas trazem, consigo, consequências que podem interferir na existência do outro, por isso, talvez, Sartre tenha dito que as pessoas estão condenadas a serem livres nas escolhas. Ainda, nesta obra, pode-se aduzir que o poeta-romancista se debruça sobre a experiência de vida, do seu olhar atento sobre o Brasil, para oportunizar, nos quatro capítulos,

um terreno propício a manifestação da epifania sobre os elementos da vida. Também, um vasto campo para estudos semânticos, estilísticos, literários, filosóficos, históricos, antropológicos e sociais.

Distante de exaurir as complexas questões que envolvem a linguagem de “Quatro atos para um Oásis & Desertos”, bem como o plano da comunicação pela decodificação do significado dos vocábulos então utilizados na construção do romance-poema, acredita-se que esse breve estudo alcança o objetivo de despertar outros olhares sobre o livro, no sentido de melhor explorar os recursos semânticos, estilísticos e epifânicos dessa literatura de autoria amazônica.

## REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A água e os Sonhos**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A poética do devaneio**, São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 105.

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: Éditions Francke Berne, 1965.

CÂMARA, J. M. **Princípios de Linguística Geral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.

DUCROT, Oswald *et al.* **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria polifônica da enunciação**. In: \_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*.

GUIRAUD, Pierre. **A estilística**. Trad. de Miguel Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

\_\_\_\_\_. **A semântica**. São Paulo, 1980

MANSFIELD, Katherine. **Bliss & other stories**. Great Britain: Wordsworth Editio

# UM GRANDE ERUDITO : J. DE MATOS IBIAPINA

**Francisco da Cunha e Silva Filho (ABRAFIL, CMRJ, UFRJ)  
À minha esposa Elza, com muito amor**

## **RESUMO:**

Este artigo apresenta um resumo dos principais dados biobibliográficos de um dos ilustres membros co-fundadores da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL, sigla em português). Aludo ao Major J. de Matos Ibiapina, consoante sua forma de usar o nome o nome completo em todos os seus livros, ("J," forma abreviada para "Julio,"), mestre de línguas (francês, inglês e alemão), escritor, filólogo, político, jornalista, ensaísta e tradutor que, em todas estas atividades, ganhou muita notoriedade, máxime no campo do ensino de línguas estrangeiras.]

**Palavras-chave:** Língua - Livro didático - Método direto – Ensino – Tese – Biobibliografia - Acadêmico - Geração

## A GREAT SCHOLAR: J. DE MATOS IBIAPINA

### **ABSTRACT:**

This article sums up the main biobibliographical information about one of the distinguished co-founders members of Brazilian Academy of Philology (ABRAFIL in Portuguese acronym). I am referring to Major J. de Matos Ibiapina according to his usual way of putting his full name in his published works ("J," short form for "Julio"), a teacher of languages (English, French and German), a writer, a philologist, a politician, a journalist, an essayist and a translator who, in all these activities, achieved a highly respected position, chiefly in the field of teaching foreign tongues.

**Keywords:** Language - Textbook - Direct method - Teaching - Thesis – Biobibliography - Academic – Generation

J. de Matos Ibiapina nasceu em Aquiraz, Ceará, em 22 de setembro de 1890 e faleceu no Rio de Janeiro em 1947. Era filho de um chefe político. Cursou os preparatórios no Liceu do Ceará. Ingressou na Faculdade de Direito do Ceará e, em seguida, transferiu-se para a Escola de São Paulo. No entanto, não concluiu Direito. Preferiu viajar para a Europa onde ficou por um bom tempo estudando com afinco inglês, francês e alemão, respectivamente, na Inglaterra, França e Alemanha

De 1911 a 1912, permanece no Ceará e vai trabalhar no *Jornal da Manhã*. Em 1913, retorna à Europa, passando pelos Estados Unidos. Voltando ao país, viaja para o Ceará e retoma o jornalismo dirigindo o *Diário do Estado*. Ao mesmo tempo leciona no Liceu do Ceará, na Escola Normal. Posteriormente, exerceu o cargo de Secretário de Fazenda do Ceará e ainda cumpriu um mandato de deputado estadual no seu estado.

Era positivista, combateu o clericalismo e foi jornalista aguerrido. Fundou um jornal de oposição, *O Ceará* (1924). Em seguida, fundou *A Nação*, jornal oposicionista, contra a política local e nacional. Segundo dados colhidos na Internet, a ficcionista Rachel de Queiroz (1910-2003) estreada na vida literária naquele periódico por ele fundado. No Rio de Janeiro colaborou para os jornais *Correio do Povo* e *Correio da Manhã*.

Há muitos anos, pesquisando na famosa Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, casualmente me deparei com um livro que me chamou a atenção, cujo título, se me lembro bem, era *Cearenses ilustres no Rio*. Não me recordo tampouco do seu autor, da editora e data de publicação. Por mera curiosidade, solicitei ao funcionário da biblioteca que me trouxesse o livro sobre os cearenses no Rio. Qual não foi minha alegria quando dei com um capítulo que apresentava uma síntese biográfica de Matos Ibiapina, introduzida por uma foto dele, um senhor ainda jovem e de semblante simpático. Foi, então, que me informei sobre alguns fatos de sua vida de autor didático e de sua formação intelectual.

A trajetória intelectual e biográfica de J. de Matos Ibiapina é uma bela história de amor aos estudos, de inteligência inteiramente devotada à cultura na sua mais larga dimensão. Interessei-me por sua figura de intelectual e de professor pela admiração crescente que dele ia tendo à medida que lia suas obras para o ensino das línguas inglesa e francesa.

Matos Ibiapina, na época de sua intensa atuação docente, era major do exército, tanto é verdade que nos pareceres críticos sobre suas obras dão-lhe o tratamento de Major Ibiapina. Parece-me que professores civis daquela época tinham direito à patente de oficial superior quando na função de professor de uma instituição de ensino militar.<sup>1</sup>

Seus dados biográficos informam que os seus estudos feitos na Europa foram através de bolsas de estudos, seguramente em razão de seus dotes para idiomas. Tanto assim que sua produção didática se divide em estudos de

---

1- Em pesquisa ulterior, obtive a informação de que Matos Ibiapina, ao se aposentar pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro fora agraciado com a patente de “coronel honorário” do Exército Brasileiro. Pertenceu também à Academia Cearense de Letras(ACL).Foi sócio-fundador da Associação Cearense de Imprensa, criada em 1925.

inglês, francês e alemão. Entretanto, seu foco maior em línguas foi o inglês, seguido do francês e do alemão. Todavia, o período que me parece o mais fértil de sua produção didática se situa nos anos de 1930 a 1940.

Na língua inglesa foi brilhante e fecunda a sua atividade, resultando nos seguintes livros: *From facts to grammar* em quatro volumes, editados de 1934 a 1937. O primeiro volume teve 4 edições; o segundo, duas edições; o terceiro, uma edição; o quarto, também uma edição. Todos publicados pela conhecida Edição da Livraria do Globo, de Porto Alegre.

Sua produção didática em francês, até onde pude verificar, se restringiu apenas aos volumes *Lecture expliquée*, que teve 3 edições, respectivamente, de 1933, 1935 e 1937, à *La grammaire par la langue* em três séries e à obra *Les premiers pas*. Quanto à obra *La grammaire par la langue* só encontrei a data da publicação da primeira série, edição de 1936. A obra *Les premiers pas*, conforme se vê na capa, indica tratar-se de uma série de livros. Entretanto, não consegui descobrir se o autor escreveu os volumes seguintes. Em alemão, todavia, não encontrei tampouco nenhuma indicação de que tivesse publicado algum trabalho didático.

Em 1933, escreveu ainda o volume único *English easily mastered*, que teve três edições, sendo que a terceira edição, aumentada e ilustrada (quase todas as suas obras didáticas eram ilustradas), desse volume é de 1940, se destinava aos dois últimos anos do curso ginásial e escrito nos moldes do *Lecture expliquée*. Aquele volume veio a lume no mesmo ano da famosa série *From facts to grammar*. Escreveu ainda o livro *First steps*, porém, na minha pesquisa não nenhuma indicação da imprensa.

Convém ressaltar que Matos Ibiapina, já no remoto ano de 1921, apresentou uma tese, *Construção alemã*, que foi aprovada pela Congregação do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Isso quando o autor tinha 31 anos, o que prova que, em geral, os espíritos talentosos são precoces.

A par de sua imensa atividade docente, publicou a obra *Brasil de ontem e de hoje* (igualmente sem as indicações de imprensa. Essa obra trabalho é de natureza política. Na condição de tradutor, creio que foi o primeiro tradutor brasileiro da obra de Adolph Hitler, *Mein Kampf* (*Minha luta*), na qual o ditador nazista narra a sua autobiografia. A tradução foi diretamente do alemão e lhe valeu rasgados elogios de Djacir Menezes (1907-199), sociólogo, ensaísta, jurista e filósofo. Por outro lado, a tradução do livro de Hitler causou polêmica e foi impedida de circular no país. Não obstante isso, alguma editoras continuarem publicando a tradução, posto que judicialmente proibidas.

Matos Ibiapina, um erudito nos estudos filológicos de línguas estrangeiras, escreveu seus livros didáticos acompanhando os mais atualizados conhecimentos para o ensino de línguas vivas, bastando afirmar que utilizou o *direct method* - abordagem no ensino de idiomas na qual o conteúdo textual, gramatical e de aplicação prática era escrito em inglês, segundo podemos deduzir da leitura de seus elucidativos prefácios às edições de seus livros, nos quais expõe sua defesa do *direct method* que, no país, foi introduzido no início de 1932 por Henrique Dodsworth (1895-1975), diretor então do Externato Pedro II e, segundo ele, estimulado pelo professor e filólogo Delgado de Carvalho (1884-1980), que foi vice-diretor do Externato Pedro II.

Matos Ibiapina, no entanto, ao utilizar o *direct method*, não o fez com os exageros de um novo *approach* linguístico. Procurou adaptá-lo à sua longa experiência no ensino do francês e inglês no Colégio Militar de Fortaleza, do qual foi catedrático, no Colégio Militar em Porto Alegre e no então Distrito Federal.

Suas obras didáticas foram bem recebidas por ilustres professores e filólogos do Brasil, como, entre outros, João Ribeiro (1860-1934), Hygino Aliandro,<sup>2</sup> A par disso, foram adotadas em grandes estabelecimentos de ensino pelo país afora e até mesmo - é lícito frisar - na Inglaterra, onde foram elogiadas e mesmo adotadas por professores ingleses e favoravelmente resenhadas pelo *The Times Educational Supplement* de Londres, que sublinhou o valor e a oportunidade da série *From facts to grammar*.

Não é minha intenção fazer neste artigo uma resenha geral de todos os volumes publicados pelo grande mestre. No entanto, não escondo o prazer que me propiciou a leitura dos demais volumes que só vim a conhecer no Rio, pois, em Teresina, Piauí, só havia lido, na biblioteca de meu pai, o primeiro volume daquela série juntamente com o primeiro volume da *La grammaire par la langue* (1936). Foi nos sebos do Rio de Janeiro que adquiri toda a série de *From facts to grammar* e o volume *English easily mastered*.

São obras obviamente já defasadas didática e metodologicamente, porém, são ainda muito válidas do ponto de vista histórico-filológico e constituem um farto e fecundo material para pesquisas metodológicas de avançados estudos comparativos no campo da língua inglesa nos níveis de pós-graduação.

A despeito disso, i.e., de serem obras didáticas antigas, eu as queria ler pelo prazer de conhecê-las, quiçá impelido pela saudade dos meus tempos de ginasiano e secundarista em Teresina.

2- No que tange às informações sobre a data de nascimento e falecimento de um autor, por falta de, infelizmente, não as encontrar na pesquisa realizada, só indico o nome do autor.

São livros cheios de ensinamentos filológicos de alta erudição e de bem escolhidos textos informativos e literários dos melhores autores ingleses e americanos. Contêm lúcidas anotações sobre dificuldades e idiomatismos das línguas inglesa e francesa, textos humorísticos da época, ilustrações, bem formulados exercícios de prática oral e escrita a serem respondidos na *target language* que ainda são um regalo ao espírito, constituindo deliciosos momentos de prazerosas leituras, essas que muito tempo depois fiz desse notável estudioso de línguas estrangeiras.

### **Referências bibliográficas.**

ALIANDRO, Hygino. Apud MATOS IBIAPANA, J. de. *From facts to grammar*. 1st. vol. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, p. 156, 1933.

CARVALHO, Delgado de. Ibidem, p. 154-155.

DODSWORTH, Henrique. Ibidem, p. 3. Prefácio à primeira edição de *From facts to grammar*.

RIBEIRO, João. Ibidem, p.155. Júlio de Matos Ibiapina – Wikipédia, a enciclopédia livre

MATOS IBIAPINA, Júlio. In: Wikipédia, a enciclopédia livre .(Ver no Google)

MENEZES, Djacir. Ibidem, p. 158-159.

# ENTREVISTA

O Prof. Manoel Pinto Ribeiro entrevista o Prof. Dr. José Carlos Gentili.

Brasília, Jovem e Sexagenária Capital

## BRASÍLIA, JOVEM E SEXAGENÁRIA CAPITAL

Atualmente, constituindo-se um ícone de Brasília e uma referência brasileira no exterior, quando é que chegou à Capital Federal?

- Meu dileto filólogo Manoel Pinto Ribeiro, da Academia Brasileira de Filologia, quando cheguei a Brasília, ela ainda não era a Capital Federal, pois o nascimento se deu no dia 21 de abril de 1960. A época, fui convidado para ser professor de português da nascente Academia Nacional de Polícia. O mundo dá voltas!

Então, o amigo é um pioneiro?

- Sem dúvida, pioneiro da primeira hora, como dizem. Assim, presidi por quase onze anos o Clube dos Pioneiros de Brasília, criado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, uma entidade das mais representativas do país. Ainda em plena atividade social.

E a sua vivência como Presidente da Academia de Letras de Brasília?

Após o falecimento do ilustre Presidente Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, um brilhante gestor e amigo, durante 17 anos, relutei em assumir o encargo. Todavia, ao assumir, permaneci durante dez anos, projetando-a, nacional e internacionalmente. Por não mais desejar permanecer com o encargo, pedi afastamento, em caráter irrevogável, quando concederam-me um título jamais visto no mundo: Presidente de Honra Perpétuo! Estou a examinar as inconveniências entre a imortalidade e a perpetuidade. É algo surreal! Mas, o que fazer?

Este seu monumental livro, a Infernização do Hífen, tornou-se verdadeira

referência no mundo lusófono. Como nasceu?

Ao saudoso amigo professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho e aos atuais filólogos João Malaca Casteleiro e Evanildo Cavalcante Bechara, perguntei-lhes quem criara o hífen? Sem respostas, fui estudar na Torre do Tombo, na quase tricentenária Academia das Ciências de Lisboa (da qual sou membro), na Biblioteca de Portugal, na Biblioteca Nacional do Brasil, na Real Academia Española, encontrando a origem, finalmente. A importância foi reconhecida pela Academia Brasileira de Filologia, que concedeu à obra o Prêmio Nacional Antenor Nascentes, distinguindo a láurea a um escritor da Capital da Esperança, no dizer de André Malraux. Inigualável honraria!

Além das quarenta obras já editadas, sobre o que atualmente escreve neste momento?

Finalizei um trabalho que foi titulado de Vivências, a registrar passagens da minha existência, a ser lançada, depois do carnaval. Agora, ganha alento outro romance histórico, que denominei de Os Ossos de Tomás. Na vertente da poesia, encontra-se no prelo a obra Odisseia da Gnose.

Palestras, conferências no Brasil e exterior, como consegue tempo para tudo?

O Tempo é uma criação dos homens, não pertence à Natureza. Como resolver? Sempre me perguntam e respondo que a solução é a eleição de prioridades. Tudo tem começo, meio e fim. As atividades desenvolvidas devem ter limites e ordenamentos pragmáticos. O foco é o farol que rege o sucesso. Atualmente, finalizo o projeto do Fórum Internacional da Língua Portuguesa, a feitura do Fórum de Davos. Verdadeiro desafio!

Recentemente, foi indicado para ser Ministro da Educação. Como reagiu?

Indicações são gestos de amizade! Muitas vezes, atos de reconhecimento público.

No caso concreto, jamais aceitaria encargo de tal natureza. A existência de problemas administrativos, funcionais, políticos e partidários, nas órbitas da Educação e Cultura, nestes últimos decênios, é algo gigantesco e desafiador.

O Brasil não é um mero país, mas sim um continente multifacetado, que viveu durante séculos na faixa litorânea, a feitura de um caranguejo, abandonando a hinterlândia da nação. Os três poderes desvirtuaram-se de seus rumos constitucionais!

Todavia, a solução deverá passar pelo funil da Educação, geração, após gerações.



# RESENHA

No dia 19 de novembro de 2019, a Academia Brasileira de Letras entregou o Prêmio Senador José Ermírio de Moraes de 2019 ao professor e escritor Roberto Acízelo de Souza pela autoria de *E a literatura brasileira, hoje? Estudos de crítica, história e teoria literárias*. Chapecó, SC: Argos, 2018.

Trata-se de uma reunião de textos, em estilo de depoimentos e entrevistas, com temática, por exemplo, sobre as relações entre “Literatura e ensino” e ainda entre “Universidade, imprensa, mercado editorial e educação” ...

Nos textos mais dissertativos, como em um deles, “E a literatura, hoje?”, compara-se o comportamento alvoroçado dos fãs de Angélica, instruído pela mídia apoiada na força de Rede Globo, com a curiosidade de Nélide Piñon, que então está presidindo a Academia Brasileira de Letras, escritora conhecida nas universidades e nos círculos intelectuais nacionais e internacionais, mas não despertou tanta atenção como a apresentadora de televisão acima. Um recuo no tempo, em síntese, ainda comprova que outrora grande interesse pela ficção literária, quer fosse apresentada em folhetins e noticiada em jornais e revistas nacionais. No entanto, na linha do tempo lê-se neste mesmo ensaio que um discípulo, Aristóteles, há muito tempo atrás também tentou responder ao seu mestre Platão sobre o papel social do poeta.

Aspectos diversos ainda são debatidos, como nos ensaios “A confluência literatura/educação: suas realizações históricas”: debate-se, aqui, de modo complementar e em contraste dissertativo com o texto de depoimento na relação de literatura e suas “alteridades”, mais acima... Seguem-se “Humanidades em tempos de crise”, cuja abordagem se constitui interessante para aqueles que escolhem o curso de Letras de faculdade universitária. O interesse em que se insiste aqui é aquele de superar a incompletude que está sempre presente na subjetivação do homem: ele propõe tudo que deseja aos astros, ou seja, “desejo” deriva do latim vulgar *\*desidiu-* e se relaciona etimologicamente com a forma do latim clássico “desidēro”, se afastar ou “deixar de ver (o astro = “sidus”), ansiar...” em sentido de que os astros influenciam o destino e

finitude do Homem, daí a astrologia... Depois “desejo” se apresentará à Psicanálise como sintoma de uma falta, uma privação...

“A ideia de história da literatura”; “Definição de literatura: dependência recíproca entre as perspectivas conceitual e historiográfica”; “O gênero romance: algumas concepções antemodernas”; “Joaquim Norberto e sua contribuição à edição de textos”; “Amadeu Lopes Sabino e suas biografias imaginadas”; “Portugal segundo o Brasil: história, sociedade, cultura, literatura”.

Ainda se apresentam como “Depoimento e Entrevistas”: “Historiografia literária brasileira oitocentista: um ciclo de estudos (1996 - 2015)” e “Invenção de campo literário”.

Amós Coêlho da Silva

# HOMENAGENS PÓSTUMAS

## Cilene da Cunha Pereira

A Profa. Dra. Cilene da Cunha Pereira descreveu seu perfil na Plataforma Lattes da maneira mais simples e modesta, apenas dizendo que ela “possui graduação em Letras Português Francês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966) , mestrado em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975) e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988) . Na ocasião estava como Professora do Centro Universitário de Barra Mansa e Professora do Fundação Cesgranrio.”

Porém, além da filha extremosa do luminar Celso Cunha, ela responsabilizou-se pela 7ª. edição, 2008, da “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, de Celso Ferreira da Cunha e Luis Filipe Lindley Cintra, pela Lexicon, cujo Editor, em “Nota”, demonstra o zelo de reapresentá-la com a revisão do “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990”.

Note-se, contudo, que é dela o cuidado em restaurar a edição anterior texto escrito anteriormente, intitulado “Noções históricas, na Gramática da Língua Portuguesa. (...), do Ministério da Educação de 1970” por um novo capítulo: “Do Latim ao Português”. Registre-se nossa admiração pelo carinho que ela sempre demonstrou ao ilustre pai, e ainda a manifestação da sua natureza filológica, ou melhor, o amor ao texto, pois como ressalta C. G. Jung, em “Os arquétipos e o inconsciente coletivo” (Petrópolis: Vozes,2008), há neste comportamento a noção de “inconsciente coletivo”, (aliás, debate científico que ajudou na separação definitiva de um outro grande pesquisador da alma humana: Sigmund Freud), afirmou: “Não se trata portanto de ideias herdadas, mas de suas possibilidades. Não se trata também de heranças individuais, mas gerais, como se pode verificar pela ocorrência universal dos arquétipos.” (Grifos do próprio Autor) Em exegese fica bem nítida a importância dos estudos etimológicos “nota 26 “...mediante o uso histórico da linguagem.”

**FRANCISCO VENCESLAU DOS SANTOS****HONRA AO MÉRITO**

**A FRANCISCO VENCESLAU DOS SANTOS**, *Doutor em Teoria da Literatura (UFRJ). Prof. Adjunto de Teoria da Literatura (aposentado) no Inst. de Letras da UERJ, com atuação nos Cursos de Graduação; Mestrado em Lit. Brasileira e Doutorado em Lit. Comparada, onde continuava a orientar alunos. Procientista da UERJ. Foi Vice-Coordenador Geral e Coordenador Geral (Substituto) do Programa de Pós-Graduação em Letras por dois períodos. Pesquisador do Estado de São Paulo (Fapesp); membro efetivo (cadeira n.º 21) da ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOGIA. Principais livros: Samuel Rawet: fortuna crítica em jornais e revistas, Rio de Janeiro, Editora Caetés, 2008, Editora Europa, 2004; Dissertações, Editora Caetés, 1997; Autoritarismo e solidão: o roteiro da conciliação, Tempo Brasileiro, 1999 e Edit. Europa, 2004; Callado no lugar das ideias, Rio de Janeiro, Editora Caetés, [1999] e 2004. A convite das Nações Unidas, estabeleceu o texto crítico de Lima Barreto, para a coleção Archivos da UNESCO, Paris, 1997; Coordenador do Projeto Samuel Rawet: fortuna crítica em jornais e revistas junto ao Ministério da Cultura (Lei Rouanet) com o objetivo de produzir e publicar o livro sobre o escritor judeu-brasileiro; obteve parecer favorável do Minc e o patrocínio do Programa Petrobras Cultural/Memória das Artes. Recentemente conseguiu da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro aprovação do projeto Paisagem urbana do Rio de Janeiro na Literatura.*

**RIO DE JANEIRO, 30 de setembro de 2017.-**

O Prof. Dr. Antônio Martins de Araújo recordou o vivo interesse do Prof. Francisco Venceslau dos Santos pela Academia Brasileira de Filologia, dada a sua assiduidade em todas as reuniões, bem como o zelo especial da Profa. Dra. Cilene da Cunha Pereira pela linha filológica aberta pelo Prof. Dr. Celso Cunha e recitou os versos de Maranhão Sobrinho:

“Na vida, aprendi que a vida  
Nenhuma beleza tem,  
Se não é vida vivida  
Em prol da vida de alguém.”

## **HOMENAGEM IN MEMORIAM Á CILENE CUNHA PEREIRA**

Rio de Janeiro, 7/12/2019

Sessão da ABRAFIL

Os laços de amizade entre mim e Cilene iniciaram-se no curso de Mestrado na UFRJ, orientada pelo professor Celso Cunha, seu pai.

Posteriormente, passamos a ser colegas de trabalho como professoras de língua portuguesa da Faculdade de Letras e a conviver estreitamente. Já no Doutorado, iniciamos o projeto do Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Rio de Janeiro, com outros colegas da UFRJ, pesquisa que nos fazia viajar para lugares nem sempre acolhedores, o que nos aproximava ainda mais. Juntas trabalhamos em avaliações de larga escala (ENEM, ENADE), publicamos obras de referência. Divertíamos-nos juntas também: viajávamos habitualmente no réveillon para começarmos o ano em festa. Essa estreita convivência nos tornou amigas e me permitiu apreciar a profissional inteligente, competente – perfeccionista até – que era a Cilene.

Por isso, não tenho palavras suficientes para descrever a lacuna deixada pela ausência de Cilene, colega inspiradora e amiga confiável, sempre otimista, conciliadora e pronta para ajudar.

**Edila Vianna da Silva**

# MEMÓRIA

A revista da ABRAFIL chega, agora, ao número XXIV, com um número expressivo de trabalhos acadêmicos. Começamos com o número I, edição comemorativa dos 57 anos de fundação, em 2002. Em 2003, publicamos o número II. Em 204/205, foi editado o número III. Em 2006/2007, veio o número IV da nova fase. O número V corresponde ao ano de 2008. Em 2009, o número VI. O VII aparece em 2010. Em 2011, tivemos dois números (VIII e IX) em homenagem ao PRF. DR. LEDEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO. Em 2012, surge o número X. Em 2012, uma homenagem a ADRIANO DA GAMAKURY. Em 2013, homenageia-se SÍLVIO EDMUNDO ELIA. Em 2014, o homenageado é ANTENOR NASCENTES, além de OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA. Em 2015, SOUSA DA SILVEIRA e SERAFIM PEREIRA DA SILVA NETO. Em 2016, vem DAVID JOSÉ PÉREZ, ANTONIO HOUAISS e ANTÔNIO JOSÉ CHEDIAK. Em 2017, são homenageados CÂNDIDO JUCÁ FILHO e CELSO FERREIRA DA CUNHA. Em 2018, CLÓVIS MONTEIRO e JUNITO DE SOUZA BRANDÃO. Em 2019, CARLOS HENRIQUE DA ROCHA LIMA e AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA. Temos, ainda, as homenagens póstuma a FRANCISCO VENCESLAU DOS SANTOS e CILENE DA CUNHA PEREIRA.

(a.) MANOEL PINTO RIBEIRO

EDITOR-CHEFE

DIAGRAMAÇÃO:  
DANILO VILLELA  
danilo.villela@icloud.com  
(21) 98149-5478



Rua Vaz de Toledo, 536 - Engenho Novo  
Rio de Janeiro - RJ